



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**DJENIFER SAMANTHA MARX**

**FEMINISMOS DIGITAIS: APROPRIAÇÕES DE CONTEÚDOS FEMINISTAS**  
**COMPARTILHADOS EM REDES SOCIAIS**

**FLORIANÓPOLIS**

**2021**

DJENIFER SAMANTHA MARX

FEMINISMOS DIGITAIS: APROPRIAÇÕES DE CONTEÚDOS FEMINISTAS  
COMPARTILHADOS EM REDES SOCIAIS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de mestra em Psicologia. Orientadora: Profª Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel.

Florianópolis  
2021

Marx, Djenifer Samantha

FEMINISMOS DIGITAIS: : APROPRIAÇÕES DE CONTEÚDOS  
FEMINISTAS COMPARTILHADOS EM REDES SOCIAIS / Djenifer  
Samantha Marx ; orientadora, Raquel de Barros Pinto  
Miguel, 2021.

136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Gênero. 3. Feminismo digital. 4.  
Redes sociais. 5. Quarta onda feminista. I. Miguel,  
Raquel de Barros Pinto . II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III.  
Título.

Djenifer Samantha Marx  
**FEMINISMOS DIGITAIS: APROPRIAÇÕES DE CONTEÚDOS FEMINISTAS  
COMPARTILHADOS EM REDES SOCIAIS**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>ª</sup> Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel  
(PPGP UFSC - Orientadora)

Prof<sup>ª</sup> Dra. Marivete Gesser  
(PPGP - UFSC Examinadora Interna)

Prof<sup>ª</sup> Dra. Milena C. B. Freire de Oliveira-Cruz  
(POSCOM UFSM- Examinador Externo)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi  
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel  
Orientadora

Florianópolis, 2021

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente à toda minha família, especialmente meus pais, Paulo e Marclei, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho: esta dissertação não teria sido escrita sem o apoio incondicional de vocês!

À minha família em Florianópolis, Inês, Patricia e Hélio, que me acolheram na sua casa e me acompanharam durante toda essa trajetória.

Aos meu avós, especialmente minha avó Venilda, por todas as mensagens e vídeos que aqueceram meu coração durante os dias de escrita.

Agradeço à minha orientadora Raquel, que me introduziu à pesquisa ainda na graduação e acreditou no meu trabalho. Sou muito grata por todas as conversas, trocas e orientação que guiaram o meu aprendizado e a escrita desta dissertação.

Às minhas colegas de pesquisa e do NUGEMS, em especial Paula e Gilmara, por todos os conselhos, revisões, risadas e apoio. Tenho muita sorte de compartilhar este caminho com pessoas tão talentosas e generosas como vocês.

Ao meu namorado, Daniel, pela paciência e cumplicidade. Obrigada por ouvir (e ler) cada palavra e me fazer acreditar que eu conseguiria encarar esse desafio.

À minha gatinha, Cordy, pela companhia e por trazer tanto amor à minha vida.

Às mulheres por mim entrevistadas, que se dispuseram com tanta generosidade a compartilhar comigo um pouco de suas histórias.

Agradeço à CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa por meio da bolsa de mestrado, essencial para a formação profissional e para a elaboração de trabalhos científicos.

Por fim, agradeço a todas, todos e todes que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

## Resumo

As novas tecnologias da informação e comunicação, em especial as redes sociais digitais e a Internet, perpassam as discussões atuais sobre gênero e subjetividade. Ao ultrapassar fronteiras de tempo e espaço, elas modificam as formas de interação humana e, conseqüentemente, o modo como nos constituímos sujeitos através da relação com o outro. Ao abrir novos espaços de discussão, elas também modificam a relação dos sujeitos com os feminismos. Assim, a Internet e as redes sociais provocam alterações significativas no movimento feminista, o que motiva algumas autoras a classificar o momento presente como uma quarta onda do feminismo, que tem como característica principal o uso de plataformas digitais como espaços privilegiados para a divulgação, mobilização e discussão do feminismo. Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo geral verificar de que forma as mulheres se apropriam dos conteúdos feministas compartilhados em redes sociais. Como abordagem metodológica este estudo utilizou o método qualitativo com delineamento de caráter exploratório. Foram entrevistadas quatro mulheres, com idade entre 30 e 45 anos, que tinham contato e interesse em discussões feministas em redes sociais. As entrevistas ocorreram de modo *on-line*, por meio de chamadas de vídeo, e foram posteriormente transcritas na íntegra. Os dados obtidos foram analisados sob a ótica da Análise de Discurso francesa (AD), de inspiração pecheutiana, que tem como principal representante no Brasil a autora Eni Orlandi. A análise do material possibilitou uma reflexão acerca das permanências e mudanças do movimento feminista, especialmente na forma como as mulheres entram em contato com suas discussões. As entrevistadas que são mães destacaram maternidade como porta de entrada para discussões feminista, demonstrando a importância de pensar a maternidade como uma temática interseccional e a construção de um feminismo matricêntrico, que se preocupe com as necessidades de mulheres mães. Entre as diferentes estratégias de engajamento político, problematizar e debater questões de gênero dentro e fora do ambiente digital foi entendido como uma ação fundamental para as entrevistadas. Foi possível perceber que as experiências através de redes sociais digitais são uma parte constituinte de seus processos de subjetivação e de sua construção identitária. Seja em ações coletivas, seja por práticas individuais e cotidianas, as mulheres entrevistadas mostram que incorporam e atuam a partir de políticas feministas e do contato com os feminismos digitais. Percebe-se que, apesar de alguns autores falarem em uma possível mercantilização do movimento, o fato do feminismo estar sendo pautado em diferentes veículos midiáticos, traz visibilidade às agendas feministas.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo digital; Redes sociais; Quarta onda feminista.

## **Abstract**

The new information and communication technologies, especially social media and the Internet, permeate the current discussions about gender and subjectivity. By crossing boundaries of time and space, they modify the forms of human interaction, and consequently, the way we constitute ourselves as subjects through the relationship with others. By opening new spaces for discussion, they also change the relationship of subjects with feminisms. Thus, the Internet and social media cause changes in the feminist movement, which can motivate some authors to classify the present moment as a fourth wave of feminism, which has as its main characteristic the use of digital platforms as privileged spaces for the dissemination, mobilization and discussion of feminism. Thus, this research aimed to verify how women appropriate the feminist content shared on social media. As a methodological approach, this study used the qualitative method with an exploratory design. Four women, aged between 30 and 45, who had contact and interest in feminist discussions on social media were interviewed. The interviews took place online, through video calls, and were later transcribed in full. The data obtained were analyzed from the perspective of French Discourse Analysis (DA), inspired by Michel Pêcheux, whose main representative in Brazil is the author Eni Orlandi. The analysis of the material allowed a reflection on the permanencies and changes of the feminist movement, especially in the way women come into contact with its discussions. The interviewees who are mothers highlighted maternity as a gateway to feminist discussions, demonstrating the importance of thinking about motherhood as an intersectional theme and the construction of a matricentric feminism that is concerned with the needs of women mothers. Among the different strategies for political engagement, problematizing and debating gender issues inside and outside the digital environment was understood as a fundamental action for the interviewees. It was possible to see that experiences throughout social media are a constituent part of their processes of subjectivation and their identity construction. Whether in collective actions or through individual and daily practices, the women interviewed show that they incorporate and act from feminist policies and contact with digital feminisms. It is noticed that, despite some theorize about a possible commodification of the movement, the fact that feminism is being based on different media vehicles brings visibility to feminist agendas.

**Keywords:** Gender; Digital feminism; Social media; Fourth wave of feminism.

## Sumário

<b>1. Apresentação .....</b>	<b>7</b>
<b>2. Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>3. Mídia e Feminismos .....</b>	<b>16</b>
3.1 Nas ondas do movimento.....	17
<b>4. Caminhos Metodológicos .....</b>	<b>31</b>
<b>5. Elas e o digital .....</b>	<b>35</b>
5.1 Elas: Kelly, Eliza, Paola, Denise .....	35
5.2 "Essas coisas simplesmente aparecem": Algoritmos, hiperlinks e novas dinâmicas na relação com a informação .....	38
5.3 "Mas o presencial é real, né?": Linguagem, subjetividade e a dimensão imaterial .....	49
<b>6. Maternidade e feminismos .....</b>	<b>63</b>
6.1 "A partir do momento que você é mãe, o buraco já fica um pouco mais embaixo": A maternidade como porta de entrada para o feminismo .....	63
6.2 "Que tipo de ensinamento que você vai passar pra essa criança?": por uma maternagem e uma educação feminista .....	75
<b>7. Identidades e práticas feministas.....</b>	<b>82</b>
7.1 "Fez parte da construção que me trouxe até aqui": Buscando o feminismo e os grupos de conscientização feministas .....	82
7.2 "Hoje eu posso falar com certeza que sim, eu sou feminista": definindo o feminismo e reclamando a identidade feminista.....	94
7.3 "E se alguém reclamar eu vou postar mais uma vez": utilizando as redes sociais digitais como ferramentas para práticas feministas .....	102
<b>8. Considerações finais .....</b>	<b>118</b>
<b>Referências .....</b>	<b>122</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>130</b>
1.1 Apêndice A - Instrumentos .....	130
1.2 Apêndice B - TCLE .....	131



## 1. Apresentação

Como mulher, as questões de gênero, desde muito cedo, deixaram marcas na minha existência – tanto físicas quanto emocionais - provocando inquietações. Quando criança, aprendi que existia uma separação bem definida entre os universos femininos e masculinos, cada um com suas brincadeiras, formas de agir, de falar, tarefas, roupas e até mesmo interesses específicos. Ao mesmo tempo, frequentemente burlava essas regras, exibindo comportamentos diferentes dos que eram prescritos ao meu gênero. Assim, quando aos quatorze anos vivi uma situação de assédio sexual, perguntei-me – e foi-me perguntado por alguns adultos - quais foram as minhas ações que levaram a tal acontecimento. Foi a partir desse episódio, que tive um primeiro contato com algumas discussões feministas – ainda que de forma tímida.

Anos depois, ao ingressar no curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, deparei-me novamente com essa temática, agora através de outras lentes: a da pesquisa e da militância. Pouco a pouco, fui me inserindo nos debates, participando de eventos e cursos sobre o tema, lendo mais sobre as questões de gênero – dentro e fora da Psicologia - e acompanhando as discussões através das redes sociais e da Internet.

Ainda na graduação, tive a oportunidade de fazer parte de um programa de iniciação científica no Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade – NUGEMS. A pesquisa que desenvolvemos fez parte de um projeto intitulado "Mocinhas, heroínas e vilãs: reflexões à luz das transformações do conto 'A Bela Adormecida'", onde investigamos a violência presente nas diferentes versões do conto "A Bela Adormecida".

Tal experiência proporcionou-me um contato com a pesquisa, seus caminhos, desafios e possibilidades. Ainda, despertou em mim o interesse em pesquisas que trabalham na interface gênero e mídia, entendendo essa última como um instrumento de mediação que é tanto produto como produtor de subjetividades.

Assim, ao desenvolver o projeto de mestrado, instigou-me pensar os discursos sobre os feminismos que são veiculados através das redes sociais digitais, visto que, atualmente, as relações dos sujeitos são frequentemente mediadas pela tecnologia. Pensando nos meus primeiros contatos com o feminismo, quando residente de uma cidade pequena do interior do estado, as mídias sociais desempenharam um importante papel para a aproximação com a temática.

Assim, surgiu a ideia de pesquisar sobre a relação entre feminismos, redes sociais e subjetividade, particularmente no campo da Psicologia Social. O propósito é refletir e abrir espaço para as discussões críticas a respeito da mídia, procurando entender quais feminismos

estão no ambiente digital e como estes estão se apropriando das novas tecnologias para propagar suas pautas e agendas.

Ao debruçar-me sobre o tema e o campo de pesquisa, percebi uma multiplicidade de discursos que abordam as questões de gênero sob um enfoque feminista. Interessou-me entender o que, desse universo de postagens virtuais, ressoa na vida cotidiana das mulheres – que podem ou não se definirem como feministas. Dessa forma, escolhi conversar com mulheres, visando responder a seguinte pergunta: **De que forma as mulheres se apropriam dos conteúdos feministas compartilhados nas redes sociais digitais?**

## 2. Introdução

As novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) perpassam as discussões atuais sobre gênero e subjetividade. Ao ultrapassar fronteiras de tempo e espaço, as TICs, e em especial a Internet, vêm mudando as formas de interação humana e, conseqüentemente, o modo como nos constituímos sujeitos através da relação com o outro (Santos, 2002; Bruno, 2004; Pereira, 2011). Ao abrir novos espaços de discussão, elas também modificam a relação dos sujeitos com os feminismos.

Essa relação entre os movimentos feministas e as tecnologias não é nova, e podemos considerar que a mídia sempre foi palco de disputa entre pautas feministas e discursos conservadores. Nesse sentido, as novas mídias, ao mesmo tempo em que possibilitam maior informação e participação de mulheres, também podem ser utilizadas para atacá-las. Como uma forma de enfrentamento a essas situações, há a criação de grupos e materiais que divulgam o feminismo por meio dessas redes.

O ativismo *on-line* e a criação de vínculos através de redes sociais digitais, portanto, são questões importantes para as discussões feministas e para os estudos sobre o ciberfeminismo. Assim, a presente pesquisa pretende colaborar nesse debate, refletindo sobre os conteúdos feministas compartilhados em redes sociais digitais e suas - muitas - possíveis leituras.

Para entender essas relações, parto de uma visão de sujeito que tem como base a psicologia histórico-cultural inaugurada por Lev Vigotski, para a qual este é constituído por suas relações, visto que o coletivo, o “nós”, é imprescindível para a constituição do “eu” (Groff; Maheirie; Zanella, 2010). Este entendimento é proposto por Vigotski e outros psicólogos russos, tendo como base o materialismo histórico dialético de Karl Marx. Nesse sentido, Marx e Engels abordam o ser humano como produtor e produto da sociedade, uma vez que “ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx & Engels, 1986, p.37). Há, portanto, uma posição ativa do sujeito em relação ao seu meio, bem como uma aproximação entre subjetividade e matéria, que até então eram colocados em pólos opostos - o materialismo como campo da objetividade e o idealismo como relacionado às ideias e ao espírito.

Alicerçado nesse pensamento, Vigotski aborda o desenvolvimento do sujeito e do psiquismo humano como marcados pelo contexto social, histórico e econômico em que vivem. Assim, o que caracteriza o sujeito como humano é justamente o ato de apropriar-se do mundo e da cultura, em uma relação dialética entre o externo – ou seja, aquilo que é fundamentalmente

social – e o interno – a constituição sempre inacabada de sua subjetividade (Aita & Facci, 2011). A partir disso, podemos pensar que somos uma totalização aberta de experiências. É justamente nessas experiências e nos sentidos que atribuímos a elas, que vamos nos co-criando e significando nossas relações. Entretanto, essas relações são sempre mediadas por signos e significados. A esse respeito, Vigotski diferencia sentidos e significados, sendo que os significados são “sentidos generalizados” (Groff et al., 2010, p. 100), compartilhados socialmente por conceitos, enquanto sentidos referem-se às vivências singulares de cada indivíduo, mas que também são constituídas nas suas relações com o outro e o mundo.

Esse processo de apropriação se dá de forma mediada por outros sujeitos, como também por meio da linguagem e do contexto histórico-cultural. Apesar da gênese da subjetividade encontrar-se nas relações sociais, e não no interior aos sujeitos, cada um apropria-se e internaliza aquilo que apreende, ressignificando e transformando em algo único e singular (Aita & Facci, 2011).

Destarte, um conceito importante para Vigotski (2009) é o de atividade humana, que, mediada por instrumentos e signos, possibilita ao ser humano a construção de suas próprias condições de existência. Segundo Andréa Zanella, (2004) “a atividade mediada [...] é categoria fundamental de análise, pois é através desta que o homem transforma o contexto social e, via apropriação de sua(s) significação(ões), constitui-se a si mesmo como sujeito” (Zanella, 2004, p. 134).

Nesse sentido, Raquel Miguel (2012) aponta a concepção de mídia como o outro, ou seja, como uma categoria fundamental para a constituição do sujeito, entendendo que, “ao mesmo tempo em que participa do processo de constituição dos sujeitos, retrata um contexto cultural e social construído e transformado por estes sujeitos” (Miguel, 2005, p. 48). Assim, a mídia se constitui em um importante instrumento de mediação dos sujeitos e, especialmente, na relação de mulheres com os feminismos. Ao discutir a articulação entre mídia e subjetividade a partir desse aporte teórico, entendo que há um imbricamento entre elas, em uma relação de duas vias - o sujeito tanto é produto quanto produtor daquilo que consome midiaticamente. Suas experiências através de redes sociais digitais são uma parte constituinte de seus processos de subjetivação, embora essa relação não se dê na forma linear de causa e efeito.

Atualmente, um locus importante para a veiculação de discursos feministas, bem como para a socialização e organização política, são as redes sociais. Carolina Ferreira (2015) argumenta que as redes sociais, enquanto ferramentas de comunicação, possuem um impacto social, combinando ações comunitárias e tecnopolíticas. Segundo a autora, as redes político-comunicativas feministas não apenas articulam manifestações e lutas nas ruas, mas também

permitem a identificação dos sujeitos com o feminismo, por meio de trocas e produção de discursos.

Algumas autoras argumentam que a Internet pode reforçar comportamentos e identidades normativas, considerando que o campo tecnológico ainda é predominantemente masculino (Van Zoonem, 2002, como citado em Abreu, 2017). Porém, estudos já apontam para a potencialidade da Internet na criação de espaços de trocas e expressão, particularmente através de redes sociais e coletivos (Abreu, 2017; Coelho, 2016). Segundo Carla Abreu (2017), as redes digitais e a incorporação das tecnologias às práticas cotidianas ampliaram significativamente as possibilidades de colaboração e participação em ações coletivas para grupos historicamente discriminados, e vêm contribuindo para o florescimento de feminismos plurais, participativos e contraculturais.

Assim, autoras como Abreu (2017) e Ferreira (2015) afirmam que essas redes atuam a partir de um feminismo interseccional, articulando diversos marcadores e pautas de diferentes sujeitos (como pessoas trans, pessoas com deficiência e o movimento negro, entre outros) e suas experiências. Nesse sentido, o movimento interseccional se apropria de discussões teóricas e acadêmicas, ao mesmo tempo em que amplia os sujeitos que se identificam com o movimento feminista (Ferreira, 2015).

No contexto brasileiro, já eclodiram várias campanhas fazendo uso de *hashtags* como estratégia política, principalmente em ações contra a violência e o assédio às mulheres (Abreu, 2017). Podemos citar as campanhas #primeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, ambas lançadas em 2015 por iniciativas de coletivos feministas, a saber o coletivo Think Olga e o coletivo Não Me Kahlo, através de redes sociais digitais. As campanhas incentivaram meninas e mulheres a contar situações de abuso, assédio e agressão, promovendo um debate sobre a naturalização dessas violências. Ainda nesse sentido, as campanhas "Chega de Fiu Fiu" e #VamosJuntas, contra o assédio sexual em espaços públicos, estimularam ações de colaboração e união entre mulheres, no caminho de um enfrentamento a essas situações (Abreu, 2017).

Além das campanhas, há diversas páginas e grupos no *Facebook*, *blogs*, perfis no *Instagram* e canais de *YouTube*, revistas e jornais *on-line* que se dedicam a temáticas feministas. Dentro desse universo dinâmico que são as redes sociais digitais, e que não para de se expandir, podemos citar, como exemplo, as páginas do *Facebook* "Empodere Duas Mulheres" e "Moça, você é machista", com debates sobre o machismo cotidiano; o *blog* coletivo "Blogueiras feministas", que discute feminismo, suas pluralidades e particularidades, o *blog* "Escreva Lola Escreva", da professora universitária Dolores Aronovich Aguero, que discute feminismo, cinema, literatura, política e violência de gênero; os canais de *YouTube* "Jout Jout Prazer", que

versa sobre diversos temas, entre eles o feminismo e violências de gênero, e o “Você é feminista e não sabe”, um canal de entrevistas sobre o movimento feminista; a revista *on-line* independente “Capitolina”, que aborda o feminismo para o público adolescente, e a revista digital “AzMina”, que promove debate sobre o combate à violência contra mulheres.

Além de divulgar e debater diversas questões, as redes sociais digitais também estão constituindo novas formas de ativismo, chamado por alguns autores de net-ativismo (Babo, 2017). Segundo Isabel Babo (2017), esse novo formato de protesto público marca a Internet (e as redes sociais conectadas a ela) como arena política, onde ocorre a disseminação, organização e mobilização da ação coletiva. Assim, a tecnologia reconfigura as práticas de ativismo, que acontecem no ambiente virtual e/ou nas ruas.

Nesse mesmo movimento, também os feminismos e as mobilizações de mulheres encontram-se imersos no ambiente digital. Da articulação entre o feminismo e as tecnologias surge o ciberfeminismo, que se constitui em uma prática feminista ligadas às redes eletrônicas de comunicação (Lemos, 2009), em um campo de atuação política e artística (Abreu, 2017). Deste modo, podemos entender o ciberespaço como um território de subversão e desconstrução de discursos de poder-saber normalizantes, oferecendo novas possibilidades para processos de subjetivação dissidentes.

Sua potencialidade surge, justamente, no encontro, na (re)união de afinidades e ideias feministas. Os estudos sobre esse campo têm se preocupado, sobretudo, com os efeitos políticos e de ativismo que a Internet e as redes sociais podem provocar (Areu, 2017; Coelho, 2016; Salvador & Correia, 2017) não focando, contudo, na temática relacionada a subjetividades. Portanto, a produção de subjetividades constitui uma lacuna nesse campo de estudo, o que torna relevante o desenvolvimento de pesquisas com esse enfoque.

Assim, esta pesquisa buscou articular o estudo do feminismo propagado pelas redes sociais, na sua interface com as experiências pessoais das mulheres. Nesse sentido, ao adotar uma postura crítica, cabe ao/à pesquisador/a historicizar esse conhecimento, estando atenta/o aos jogos de verdade vinculados nos discursos e práticas que produz (Filho & Martins, 2007). Michel Foucault vai pensar as relações de poder-saber, procurando mostrar como os discursos vinculados à saberes científicos - especialmente médicos e biológicos - sobre o sujeito, são também práticas concretas e históricas, que “não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento” (Foucault, 2002, p. 8).

Da mesma forma, o conceito de gênero também foi sendo construído e modificado, tanto por influência do movimento feminista, quanto pela transformação da própria ciência

psicológica positivista em uma disciplina comprometida e crítica da realidade, sobretudo com a psicologia social (Nogueira, 2001). No que se refere ao movimento feminista, podemos afirmar que quando se fala em feminismos, precisamos empregar o plural, uma vez que não existe uma única definição. Assim, como um movimento histórico e político, agregou – e agrega - diferentes agendas, pautas e sujeitos de fala.

Com relação à concepção de gênero que perpassa essa pesquisa, parte-se do entendimento deste como uma construção social. Assim, o gênero não está localizado nos indivíduos, mas nas relações sociais entre os sujeitos historicamente situados (Nogueira 2001). Nesse sentido, “quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais” (Saffioti, 1992, p.187), entre todos os atores sociais envolvidos.

Outra autora importante para pensar relações entre gênero e subjetividade é Judith Butler. Para Butler (2009), o gênero é uma norma que opera dentro das práticas sociais, regulando e subjetivando os sujeitos. Logo, um efeito da norma é a performatividade, entendida como a reiteração de atos, práticas e discursos que dão inteligibilidade a corpos generificados, produzindo um aspecto ontológico ao gênero. Assim, gênero e subjetividades se interligam enquanto produções discursivas, permeadas por relações de poder, construindo-se e destruindo-se a todo momento a partir de atos performáticos.

Desse modo, Butler se aproxima do pensamento de Foucault, entendendo que nos processos de subjetivação há sempre a possibilidade de renegociações, subversão e resistência aos discursos hegemônicos, sendo que o aparato regulatório que naturaliza as noções de gênero, pode ser o mesmo que contesta e desconstrói tais conceitos (Butler, 2009). Assim, a política é entendida como um jogo de forças, onde poder e resistência não estão em pólos opostos, mas se interligam a partir de práticas de micropolíticas (Foucault, 2008). Esse pensamento é importante quando consideramos o meio virtual, em especial as redes sociais digitais, como um espaço relevante para o estudo da psicologia social. Dessa forma, através de uma psicologia crítica e comprometida com as questões de igualdade de gênero, é imprescindível que sejam consideradas as construções, implicações e relações estabelecidas nessas redes digitais, uma vez que as mesmas podem ser usadas como instrumento de transformação crítica e social.

Diante do exposto, ressalto que foi através do diálogo com as mulheres que fizeram parte desta pesquisa, que busquei compreender a participação dos feminismos, propagados em redes sociais, nas práticas cotidianas destas mulheres, bem como nos discursos que elas produzem sobre si. Desse modo, o problema de pesquisa proposto neste estudo é: De que forma as mulheres se apropriam dos conteúdos feministas compartilhados em redes sociais digitais?

Para responder a essa pergunta, foram entrevistadas quatro mulheres, com idade entre 30 e 45 anos, que tinham contato e interesse em debates feministas nas redes sociais. Os objetivos específicos foram: analisar quais são os feminismos propagados em redes sociais digitais; investigar os sentidos dos feminismos para mulheres que têm contato com conteúdos feministas em redes sociais digitais; investigar a participação de redes sociais digitais para a aproximação das mulheres com discussões feministas atuais; e contribuir para estudos com temáticas de gênero, mídia e subjetividade.

No primeiro capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica com a intenção de desenvolver reflexões sobre a relação entre os feminismos e as mídias, nas diferentes fases do movimento. A fim de entender o modo como os movimentos feministas no Brasil tem se apropriado do meio digital como espaço de divulgação de suas pautas, é necessário olhar para a forma pela qual os veículos de comunicação têm sido utilizados como um espaço de luta através da mídia feminista, que adquire diferentes formatos de acordo com o momento histórico. Por fim, é discutido a articulação entre os feminismos contemporâneos e as mídias digitais, especialmente na atual fase do movimento, que algumas autoras vão chamar de quarta onda feminista. Na sequência serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa.

No segundo capítulo é iniciada a apresentação dos resultados da pesquisa aliados à discussão. Nesse capítulo apresento as quatro participantes deste estudo e a relação destas mulheres entrevistadas com as redes sociais que elas utilizam. Ainda, discuto como o meio digital – com suas características e particularidades – produz efeitos na subjetivação dos sujeitos que circulam pelo ciberespaço.

No terceiro capítulo discuto a relação entre feminismos e maternidade, entendendo a última como uma “porta de entrada” para discussões feministas. São propostas reflexões sobre mitos e tabus em relação à maternidade e à maternagem e a forma como essas questões são discutidas nos espaços digitais. Ademais, é feita uma discussão sobre a criação de um feminismo matricêntrico e o comprometimento destas mulheres com uma educação não sexista para suas/seus filhas/os.

No quarto capítulo exploro a variedade de maneiras pelas quais as experiências e o contexto das entrevistadas participaram do processo de identificação com o feminismo, a reivindicação de uma identidade feminista e as práticas cotidianas pautadas em políticas feministas. É feita uma discussão sobre o que é considerado como ação e participação política em movimentos sociais, retomando a crítica feminista à separação de espaços públicos e privados e, especialmente, individuais e políticos.



No último capítulo são apresentadas algumas considerações finais, e em seguida as referências e os apêndices. O objetivo não é apresentar conclusões definitivas ou fechar o debate, mas convidar as/os leitoras/es a refletir conjuntamente a partir dos resultados discutidos ao longo deste estudo.

### 3. Mídia e feminismos

Ao falar de “feminismo”, ou “movimento feminista”, faz-se referência a uma multiplicidade de posições e entendimentos sobre esses conceitos. Assim, é importante marcar essa pluralidade, entendendo que os feminismos também têm suas histórias, transformações, avanços e contradições (Alves & Pitanguy, 2003). Segundo Simone Schmidt (2004), o feminismo pode ser entendido como um campo teórico, mas também como uma arena e lugar político. Nesse sentido, diferentes discursos e práticas sobre os feminismos estão em constante disputa e negociação de poder, seja no âmbito dos movimentos sociais, seja no âmbito acadêmico, de modo que “vozes marcadas por diferenças geográficas, sexuais, étnicas, raciais, religiosas, geracionais, convivem, dialogam, disputam e se intersectam, acentuando-se reciprocamente, em variações que muitas vezes nos escapam” (Schmidt, 2004, p. 17).

Logo, falar da história dos movimentos feministas só é possível se entendermos que ela é uma síntese provisória, traçada a partir de marcos, reivindicações, enfoques e estratégias predominantes de cada época (Bittencourt, 2015). Cabe ainda ressaltar que essa síntese histórica do movimento feminista hegemônico parte principalmente de recortes da Europa e dos Estados Unidos, tornando necessário voltar-se para as especificidades do contexto brasileiro e latino-americano.

Assim, nas classificações mais frequentes, divide-se o movimento feminista em três “ondas” ou “gerações”. Por ser uma periodização artificial, algumas autoras criticam seu caráter linear, argumentando que ele ignora as diversidades entre as gerações de feministas, supondo que as características de cada período não estiveram presente nas mobilizações anteriores (Hemmings, 2009; Pedro, 2006). Em vista disso, utiliza-se a metáfora da onda para entender que existe uma fluidez no movimento, que acompanha avanços e retrocessos, novas pautas e novas discussões para pautas antigas (Gonçalves & Pinto, 2011). A partir desse ponto, considera-se essa periodização como uma divisão didática, que ajuda a compreender alguns caminhos dos movimentos feministas até o momento.

Ao traçar esses caminhos, percebe-se também que a relação entre mídia e feminismo não é nova, mas acompanha a própria história do movimento. Assim, diferentes vertentes do feminismo se preocuparam com a participação da mídia na construção e manutenção de padrões e estereótipos de gênero, da mulher e do próprio feminismo. Ainda, os meios de comunicação têm sido usados como espaços para expressão e reivindicações de direitos das mulheres, desde os primeiros folhetins à criação de jornais feministas, até os mais recentes meios virtuais, com a disseminação de *blogs*, revistas digitais e a utilização de redes sociais para propagar novas

formas de militância.

Surtem então, em diferentes períodos, um movimento de se apropriar e utilizar os veículos de comunicação como um espaço de luta através da mídia feminista, que adquire diferentes formatos de acordo com o momento histórico. Para entender como se dá a divulgação dos feminismos no mundo digital hoje, é interessante fazer um passeio nessa história do movimento, buscando identificar alguns discursos, sentidos e pautas que se entrelaçam com o contexto social e político de suas protagonistas.

### **3.1. Nas ondas do movimento**

A primeira onda do feminismo, também conhecida como “sufragista”, surge no final do século XVIII, em meio à Revolução Francesa, e segue até o começo do século XX. Isso não significa que antes desse período as mulheres não refletissem ou lutassem contra a opressão patriarcal, mas suas vozes eram fortemente silenciadas, de modo que não é possível afirmar a existência de grupos organizados de mulheres contra as desigualdades de gênero (Bittencourt, 2015). A principal luta das sufragistas foi pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, principalmente no que se refere ao voto. Assim, esse primeiro momento do movimento feminista buscou ampliar as noções de cidadania e democracia, reivindicando igualdade no campo jurídico.

O Brasil acompanha esse movimento, com manifestações e lutas por direitos políticos que surgem no final do século XIX e se estendem pelas primeiras décadas do século XX. Nesse período, ele esteve relacionado com vozes individuais, geralmente de mulheres pertencentes a núcleos familiares das classes mais altas e com um nível intelectual elevado (Pinto, 2003). Assim, muitas delas estudaram no exterior, onde tiveram contato com o movimento sufragista, trazendo as pautas feministas para o cenário brasileiro. Nesse sentido, a primeira onda no Brasil teve como protagonistas algumas personalidades que realizavam um esforço pessoal para organizar e divulgar as ideias feministas (Pinto, 2003).

É importante sublinhar que as sufragistas brasileiras se valeram de diversos meios para organização e divulgação de suas lutas, como a criação de partidos e organizações feministas, atos públicos e manifestações nas ruas, busca de apoio político de parlamentares e partidos, abaixo-assinados, organização de encontros e eventos feministas e de mulheres, campanhas de mobilização da opinião pública por meio de jornais da época e a criação de uma imprensa feminista alternativa (Pinto, 2003; Alves & Pitanguy, 2003).

Um movimento importante desse período está associado com a difusão do feminismo e a criação da imprensa feminista independente. Ela é formada principalmente por professoras, escritoras e jornalistas, como Leolinda Daltro e Gilka Machado. Essas mulheres abordam, além dos direitos jurídicos, questões mais amplas, antecipando algumas pautas da segunda onda do feminismo, como o acesso à educação, a dominação masculina das mulheres e sua exclusão do mundo público, além de temas como a sexualidade e o divórcio (Pinto, 2003).

Nesse cenário, cabe destaque para o uso da mídia como um espaço político, uma vez que a comunicação impressa era a única forma de comunicação de massa e, portanto, o principal veículo de divulgação de ideias feministas durante esse período (Costa, 2003; Pinto, 2003). No entanto, é preciso atentar-se para a realidade da época, entendendo que a circulação desses jornais tinha como principal público a classe média urbana e culta, em um país onde a maior parte da população vivia no campo e era analfabeta (Pinto, 2003). Ainda assim, a luta pela liberdade de informação e a intensa produtividade de uma mídia feminista alternativa – seja através de jornais, pasquins ou panfletos –, mostram que as mulheres da época estavam rompendo com sua limitação ao espaço privado e assumindo um protagonismo na propagação de seus ideários (Duarte, 2016).

Nesse sentido, considerando as produções jornalísticas voltadas para as mulheres, Constância Lima Duarte (2016) assinala a diferença entre imprensa feminina e feminista, uma vez que esta última tem caráter contestador e está comprometida com a luta das mulheres por direitos. No cenário brasileiro do século XIX, a escrita feminista se expressava tanto através de artigos em jornais de grande circulação, quanto pela criação e manutenção de pequenos jornais, muitas vezes artesanais, e com uma posição mais radical sobre a condição da mulher (Pinto, 2003). É interessante notar também a existência de uma rede de apoio intelectual, sendo que o mesmo texto podia ser publicado em diferentes periódicos, além da colaboração entre escritores e a divulgação de novos títulos por jornais já estabelecidos (Duarte, 2016).

Conforme Céli Pinto (2003), a imprensa feminista dessa época tinha algumas características próprias. Segundo a autora, elas eram normalmente dirigidas por uma ou duas pessoas dedicadas à causa e possuíam um caráter efêmero, muitas vezes limitando-se a cinco ou seis números (Pinto, 2003). Apesar das dificuldades que as fundadoras dos jornais feministas enfrentavam para mantê-los em circulação, esses periódicos não se restringiram aos centros urbanos, multiplicando-se pelos estados e alcançando uma larga amplitude no território brasileiro, participando na formação da opinião pública sobre a luta das mulheres (Duarte, 2016).

Nesse sentido, o primeiro jornal brasileiro fundado por uma mulher surge em 1833, sob

direção de Maria Josefa Barreto, com o título *Beladona Irada contra os Secretários de Momo*, editado em Porto Alegre. Foi um periódico de circulação regional com posicionamento político em relação aos conflitos locais, mostrando a participação das mulheres na cena política nacional (Duarte, 2016). Outros jornais dirigidos por mulheres também continham discussões políticas e debates sobre a condição feminina, como é o caso de *A mineira no Rio de Janeiro* (1833) e *A filha do Timandro ou A brasileira patriota* (1849).

Dentre os jornais feministas com maior destaque nesse período estão o *Jornal das Senhoras* (1852-1855), dirigido por Paula Manso de Noronha, e *O Sexo Feminino* (1873-1889), sucedido por *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), dirigidos por Francisca Senhorinha da Mota Diniz. Esses jornais se propunham a divulgar a “causa das mulheres”, defendendo a instrução e emancipação feminina e contestando o papel da mulher na sociedade (Pinto, 2003; Duarte, 2016).

Há ainda algumas mulheres que se dedicaram a divulgar textos que se centravam na articulação entre a luta feminista e antiescravagista, publicados em jornais como *O Porvir* (1873), *A Rosa* (1883) e *Ave Libertas* (1885), sendo esse último um jornal criado por uma sociedade abolicionista de senhoras em Recife (Duarte, 2016).

Ademais, o jornal *Pela Mulher*, criado em 1898 por Andradina de Oliveira em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, é um exemplo de que as publicações feministas não estavam concentradas apenas nos grandes centros. O periódico durou nove anos, transformando-se posteriormente em uma revista ilustrada com sede em Porto Alegre. Andradina também publicou outros sete livros, sendo o mais polêmico *O divórcio*, onde defende o divórcio como forma de resolução para casamentos infelizes (Pinto, 2003).

Nas primeiras décadas do século XX, a luta feminista conquista alguns direitos formais, como o direito ao voto, a frequentar universidades e ingressar no mercado de trabalho. Com isso, o movimento feminista entra em um estado latente entre as décadas de 1930 e 1940, tanto no Brasil como no cenário internacional (Alves & Pitanguy, 2003; Costa, 2005).

Essas décadas também são marcadas pela ascensão de discursos fascistas e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo que a última exige a abertura do mercado de trabalho para a entrada das mulheres, especialmente nos países envolvidos diretamente no conflito, como Inglaterra e Estados Unidos (Alves & Pitanguy, 2003). Com o fim da guerra e o retorno dos homens, reativam-se as campanhas de diferenciação dos papéis de gênero, relegando a mulher ao trabalho e espaço doméstico, na tentativa de passar seus postos novamente aos homens.

Nesse momento, os meios de comunicação tiveram um papel fundamental. É a partir, principalmente, das propagandas, que a indústria e o Estado reforçam o lugar destinado às

mulheres, conferindo um aspecto mitificado à figura da “rainha do lar”, dona-de-casa, esposa e mãe (Alves & Pitanguy, 2003). Esse discurso esteve presente em vários canais midiáticos, refletindo os valores morais da época e naturalizando a “essência feminina” como ligada à maternidade, ao casamento e ao lar.

Houve, por outro lado, um movimento de questionar tais preceitos, em um cenário mundial de intensa efervescência, marcado pelos movimentos da contracultura, que fomentaram a retomada das organizações políticas de mulheres (Pinto, 2010; Bittencourt, 2015). É nesse contexto que surge a segunda onda feminista, que abrange o período entre as décadas de 1960 a 1980.

Nesse momento, há uma análise do movimento, reconhecendo que as garantias formais conquistadas anteriormente precisam estar acompanhadas de um entendimento e denúncia do sistema patriarcal e das estruturas de poder baseadas na dominação masculina. Outro marco importante para as pautas feministas foi o lançamento da pílula anticoncepcional no início da década de 1960, o que incitou debates sobre sexualidade, prazer feminino, corpo e direitos reprodutivos (Pedro, 2012).

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o feminismo de segunda onda é extremamente marcado pelo contexto político da ditadura militar, que se instala a partir do golpe de 1964. Nesse sentido, houve uma inserção massiva de mulheres nas chamadas “lutas gerais”, contra o regime ditatorial e pela redemocratização, principalmente nos movimentos sociais com viés de esquerda (Pinto, 2003). No entanto, a luta específica contra a opressão das mulheres e em favor de seus direitos, nesse momento, foi mal vista tanto pelos grupos conservadores e de direita, como também por muitos companheiros de esquerda (Pedro, 2012). As mulheres que se organizavam em grupos feministas foram acusadas de serem apolíticas e provocar a divisão do movimento, deixando de lutar contra a ditadura em prol de uma “revolução pessoal” (Pinto, 2003).

Assim, as mulheres que lutavam por essas frentes começaram a organizar-se nos chamados “grupos de reflexão” ou “grupos de consciência”, de modo que pudessem compartilhar experiências e elaborar estratégias de intervenção. Esses grupos, inspirados sobretudo em experiências nos Estados Unidos e na França por mulheres exiladas pelo regime militar, tornaram-se uma metodologia de divulgação e uma forma de popularizar o feminismo (Gonçalves & Pinto, 2011).

A entrada nesses grupos era feita através de convites pessoais e, quando o grupo ultrapassava um certo número de pessoas, ele dividia-se, visando a formação e multiplicação de uma rede de apoio entre mulheres (Pedro, 2012). Dentre os muitos assuntos debatidos, Joana

Pedro (2012) destaca a centralidade de discussões comumente classificadas como “privadas”, como aquelas relacionadas ao corpo, à sexualidade e às violências sofridas pelas mulheres nas mais variadas áreas. Nesse sentido, uma discussão importante foi o caráter político das opressões presentes nas relações cotidianas, entendendo que há um sistema estrutural que não só legitima essas violências, como também as invisibilizam, relegando-as como situações individuais e mascarando seu caráter sistemático (Varikas, 1997). Dessas discussões nascem alguns slogans marcantes dessa onda, como “O pessoal é político” e “Nossos corpos nos pertencem”.

Além desses grupos, que tinham um alcance limitado através das redes pessoais de amizade, as feministas também se organizaram para divulgar suas pautas na arena públicas através de manifestações como peças de teatro, congressos e seminários (Zirbel, 2007). Ainda, as discussões e pressões do feminismo internacional possibilitaram a cooperação de entidades como a ONU na articulação de demandas feministas, conferindo maior legitimidade ao movimento. Cabe destaque para uma série de conferências de mulheres a partir de 1975 por toda a América Latina, e a instauração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, também em 1975, que teve um grande impacto no Brasil.

A publicação de trabalhos e livros, bem como a tradução de livros feministas do exterior, também contribuíram para a circulação do discurso feminista, especialmente entre as feministas acadêmicas. Sobre a produção intelectual feminista, Heleieth Saffioti (1987) afirma que o Brasil foi pioneiro na difusão dessa temática. Segundo a autora, ainda que algumas obras estrangeiras fossem lidas e serviram como um despertar para a luta de gênero, como o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado originalmente em 1949, a produção brasileira foi intensa e original (Saffioti, 1987).

Nesse mesmo sentido, Ilze Zirbel (2007) cita que as revistas femininas também passaram a abordar novos temas durante esse período, alternando-se entre reforçar os padrões tradicionais e divulgar “uma ‘nova mulher’, consumista e transgressora dos valores” (Zirbel, 2007, p. 34). Da mesma forma, alguns periódicos começavam a publicar em suas páginas textos escritos por autoras feministas – ainda que de forma tímida e pontual (Zirbel, 2007).

Ainda assim, o movimento e as feministas eram frequentemente retratados com uma conotação negativa nos diversos canais midiáticos. Joana Pedro (2012) assinala que no Brasil, o termo feminismo foi, em geral, veiculado como oposição ao universo feminino. Assim, muitas mulheres tinham receio de apresentarem-se como feministas, pois essas eram descritas como “masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (Pedro, 2012, pp.238-240), em uma tentativa de desqualificar o movimento.

Nesse sentido, as discussões sobre temáticas feministas durante esse período são abordadas principalmente do âmbito da imprensa alternativa, também chamada de imprensa nanica ou independente (Zirbel, 2007). Buscando escapar da censura, essa mídia engloba diferentes atores e posturas políticas, que convergiam pela oposição ao regime militar. Sobre essas produções, Rosalina Leite (2003) assinala que ela possui uma tiragem irregular e circulação restrita, sendo que, apesar de seus exemplares serem vendidos em bancas na rua, “a venda mais significativa ocorria no âmbito da militância” (Leite, 2003, p.234), sendo distribuídos e comercializados mão a mão, em eventos ou nas sedes das próprias organizações. Assim, a maioria dos jornais feministas tinha alcance limitado, pois circulavam principalmente entre mulheres que já tinham alguma familiaridade com essas discussões.

Ainda é importante destacar que, mesmo no cenário da mídia alternativa, as pautas feministas não foram tratadas da mesma forma, podendo ser valorizadas ou ridicularizadas. Entre aqueles mais alinhados com o pensamento feminista Zirbel (2007) cita os periódicos *Opinião* (1972 – 1977) e *Movimento* (1975-1981), que traziam discussões sobre o preconceito contra mulheres no mundo do trabalho, libertação sexual da mulher e entrevistas com feministas. Já entre os jornais independentes desse período que mais depreciaram as mulheres e o feminismo está *O Pasquim*, fundado em 1970. Esse jornal é caracterizado por um “humor” misógino, que realiza uma verdadeira campanha anti-feminista, utilizando-se do deboche para depreciar qualquer pessoa que apoiasse o feminismo (Zirbel, 2007).

Nesse sentido, o papel da mídia para a produção de estereótipos de gênero, sobretudo através da representação das mulheres, passou a ser um tópico importante para as feministas de segunda onda (Woitowicz, 2012). Essas preocupações apontavam para a necessidade das mulheres feministas criarem seus próprios meios de comunicação, podendo divulgar suas agendas e construir um discurso próprio.

Nessa perspectiva, em 1974 começa a circular o jornal feminista *Nosotras*, que irá influenciar o ressurgimento da imprensa feminista no Brasil. *Nosotras* foi um periódico inteiramente artesanal, editado pelo Grupo de Mulheres no Exílio em Paris, e contava com a participação de brasileiras, cubanas, venezuelanas, albanesas e chilenas (Zibel, 2007). Esse periódico tinha uma linguagem mais acadêmica, com textos em português e espanhol, que abordavam desde temas controversos como prostituição e aborto, até questões ligadas ao cotidiano das mulheres, como saúde, trabalho e relacionamento familiar.

Assim, a mídia alternativa se mostra também como uma arena de disputa e um campo de resistência, a partir da retomada da imprensa feminista no Brasil, agora com um posicionamento mais radical daquele identificado durante a primeira onda, e articulando-se de



forma mais organizada, especialmente através de coletivos feministas. Nesse sentido, Mariana Cestari (2008) argumenta que os jornais feministas foram importantes para a expressão pública e legítima das mulheres, contribuindo para a formação do projeto feminista do país. O objetivo dessa imprensa foi, além de divulgar o movimento e seus ideais, proporcionar um espaço para debates entre mulheres (Woitowicz, 2008).

Assim, no cenário brasileiro, a imprensa feminista da segunda onda surge na e da guerrilha, de forma que a diversidade de pautas e lutas das mulheres durante esse período fica clara também nas páginas desses periódicos (Teles & Leite, 2013). Para Maria Araújo (2000), essa imprensa mostra novas práticas políticas em construção, pois busca “politicizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares” (Araújo, 2000, p. 160), dando importância para as questões do cotidiano e para a troca de experiências. Embora existissem um número grande de grupos feministas que começaram a criar seus próprios veículos, Karina Woitowicz (2008) aponta que entre os jornais de maior destaque desse período estão o *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós-mulheres* (1976-1978), e *Mulherio* (1981-1987), todos dirigidos por grupos de mulheres organizadas e engajadas nas lutas dos movimentos sociais da época.

O primeiro jornal feminista dessa época dirigido por mulheres brasileiras foi o *Brasil Mulher*, em 1975. O periódico foi publicado pela Sociedade Brasil Mulher – SBM, e contou com 20 edições, sendo 16 edições regulares e 4 edições “extras” (Leite, 2003). Esse foi um periódico de circulação nacional, que tinha como público alvo mulheres trabalhadoras dos meios populares, e trazia a emancipação feminina como atrelada à luta de classes. Assim, havia uma priorização para discussões sobre direitos básicos e condições de trabalho, o que gerava críticas de outras militantes feministas (Zirbel, 2007).

Essas divergências causaram tensões internas que levaram a uma mudança na direção da SBM, aproximando as diretrizes do jornal com as chamadas “lutas gerais” e afastando-se do movimento feminista (Woitowicz, 2008). Na segunda edição sob nova direção, o feminismo é “descrito como uma ideologia burguesa desviante da causa principal das mulheres: o capitalismo, para um inimigo imaginário: o homem.” (Leite, 2003).

Surge então o *Nós-Mulheres*, em 1976, vinculado a brasileiras exiladas pelo regime militar, como o primeiro jornal que se assumia feminista no Brasil. Segundo Zirbel (2007), o uso da primeira pessoa do plural no título do periódico já demonstra a tentativa de se aproximar das leitoras, enfatizando o universo comum que as unia: a condição de mulher. Assim, o jornal se comprometia com a luta específica das mulheres e realizava um trabalho de base com camadas populares (Woitowicz, 2008). Entre os temas debatidos estão as responsabilidades dos homens nos afazeres doméstico e no cuidado dos filhos, a educação diferenciada por gênero, o

lugar reservado à mulher na sociedade e as desigualdades no mercado de trabalho (Leite, 2003).

Outro jornal importante, o *Mulherio* surgiu em São Paulo em 1981, organizado por pesquisadoras que tinham como foco o estudo da mulher brasileira. Não estando ligado a nenhum grupo feminista específico, o periódico contou com a colaboração de mulheres associadas a vários grupos e de vários lugares do país. Dentre os assuntos debatidos em suas páginas, há um destaque para as questões relacionadas a comportamento e sexualidade (Woitowicz, 2008).

Ainda, esse jornal se destaca pela circulação fora do espaço de militância, atingindo mulheres que não se apresentavam como feministas. Segundo Woitowicz (2008), o que possibilitou essa abrangência foi a estratégia de divulgação do jornal, que era distribuído de forma gratuita em instituições, emissoras de televisão e rádio, bem como em grupos acadêmicos e feministas. Além disso, o material escrito no *Mulherio* era reproduzido – parcial ou integralmente – por outros jornais e algumas rádios do interior de São Paulo. Isso demonstra que as publicações do periódico iam além das assinaturas, chegando a um público mais amplo (Woitowicz, 2008).

Dessa forma, o movimento feminista de segunda onda no Brasil foi caracterizado por um engajamento na militância, ocupando as páginas dos jornais e a rua como forma de divulgar suas pautas. As mulheres que participaram desse movimento lutavam por duas frentes: pela redemocratização do país e para chamar atenção da sociedade – inclusive de outros membros dos movimentos populares de esquerda – acerca dos problemas enfrentados pelas mulheres.

No entanto, com a reestruturação do país, sobretudo a partir do final da década de 1980, os movimentos sociais perdem parte de sua força política (Goldberg, 1992), de modo que as feministas passam a se articular em outras esferas e instituições, dialogando com a academia, as organizações não governamentais e o Estado, especialmente para o desenvolvimento de políticas públicas (Zirbel, 2007). Surge então a terceira onda do feminismo, entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990.

Segundo Carla Gomes e Bila Sorj (2014), esse é um momento em que o movimento critica seu caráter burguês-liberal, feito por e para mulheres brancas, heterossexuais, intelectualizadas e de camadas médias. Nesse sentido, no contexto norte-americano, destacam-se algumas feministas negras pioneiras como Hazel Carby, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Patrícia Williams e Kimberlé Crenshaw, que procuram incorporar a categoria raça nos estudos sobre gênero (Rodrigues, 2013). No Brasil, tem destaque a intelectual Lélia Gonzales, pioneira nos estudos sobre a cultura negra e militante tanto do feminismo quanto do movimento negro. Com base nas discussões dessas autoras, é formulado e difundido o conceito de

interseccionalidade, como uma ferramenta para o entendimento de múltiplas opressões que se articulam ao gênero (Crenshaw, 1989). Assim, as feministas interseccionais argumentam que essas experiências de opressão não podem ser entendidas a partir de uma simples “soma” desses marcadores, mas deve ser visto como sobreposições complexas de diversas estruturas de dominação, que agregam questões de classe, raça, deficiência, orientação sexual, entre outras.

No Brasil, essa fase também é caracterizada por uma “dissociação entre o pensamento feminista e o movimento” (Pinto, 2003, p. 91), onde os movimentos sociais defrontam-se com novas formas de se organizar coletivamente. Nesse sentido, Eliane Gonçalves e Joana Pinto (2011) apontam que a terceira onda do feminismo brasileiro “oscila desde a emergência das teorias de gênero, para algumas, ao chamado ‘pós-feminismo’, para outras” (Gonçalves & Pinto, 2011, p. 30).

O pós-feminismo, segundo Rosalind Gil (2007), seria uma resposta ao movimento feminista, construída sob uma lógica neoliberal, por meio do fortalecimento de princípios como livre escolha e individualismo. Para a autora, o pós-feminismo articula uma mensagem ao mesmo tempo feminista e antifeminista, a partir de conteúdos midiáticos contraditórios, onde as ideias feministas são, ao mesmo tempo, absorvidas, reformuladas, despolitizadas, criticadas e combatidas.

Porém, nesse mesmo período, é evidente o crescimento dos estudos que fazem uso do conceito de gênero no país, que passou a circular em espaços ligados ao feminismo, como núcleos, ONGs, instituições, centros de pesquisa, grupos ligados à causa das mulheres e a academia (Zirbel, 2007). Quanto ao feminismo acadêmico, Gonçalves e Pinto (2011) argumentam que esse é construído principalmente por militantes da segunda onda que seguiram carreiras profissionais nas universidades e que passam a divulgar o feminismo através do tripé acadêmico clássico – ensino, pesquisa e extensão.

Porém, ao mesmo tempo em que a produção científica se voltava para a realidade das mulheres brasileiras e os movimentos de mulheres conquistavam políticas públicas específicas para elas, o feminismo desaparece dos jornais e a imprensa feminista começa a se extinguir (Schmidt, 2000). É nesse momento que o mercado editorial brasileiro e a mídia cultural decretam “a morte do feminismo, confundindo a crise das esquerdas e o esgotamento das palavras de ordem feministas dos anos 70 com a morte do próprio feminismo” (Schmidt, 2000, p. 80). Assim, o discurso “pós-feminista” declarava que os ganhos do movimento já haviam sido conquistados, e a falta de movimentações frequentes nas ruas era usada como prova de que o feminismo brasileiro não sobreviveria à virada do século (Sarmiento, 2017).

Contudo, as mulheres voltam a ser notícia e ocupam novamente as ruas, através de

manifestações massivas como a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas, a partir de 2000, e a Marcha das Vadias, desde 2011. Assim, a mídia brasileira volta a abordar as discussões feministas, mas agora atreladas a um discurso “politicamente correto”, que mascara o caráter histórico-político das lutas das mulheres (Schmidt, 2000). Desse modo, Rayza Sarmiento (2017, p. 142) destaca que as notícias brasileiras realizam um “movimento claro de negar a importância do ativismo e depois celebrar seu ressurgimento”.

Inicia-se também um debate sobre o uso da Internet para o ativismo, e o nascimento de um feminismo de mulheres cada vez mais jovens. Nesse mesmo sentido, Alleid Machado (2018) aponta para a emergência e propagação de um novo feminismo no começo dos anos 2000, atrelado sobretudo à individualização e pluralização do movimento. Assim, a Internet auxilia na construção de um ativismo que se diferencia de movimentos sociais mais clássicos, visando uma horizontalidade no movimento. Desse modo, as redes sociais propiciam a divulgação do feminismo a partir de uma perspectiva própria e individual (Sarmiento, 2017).

O diálogo entre aqueles que produzem conteúdos e as consumidoras se estreitam com as redes eletrônicas, e as críticas a expressões machistas presentes na mídia, seja em revistas, novelas ou campanhas publicitárias, exigem uma modificação dessa postura. Nesse sentido, o mercado está atento às demandas do público feminino, cada vez com mais poder de compra (Sarmiento, 2017). São propostos novos temas além daqueles discutidos nas ondas anteriores, como a diversidade de corpos que fogem dos padrões impostos às mulheres - valorizando as belezas plurais de cada pessoa -, a ideia de "empoderamento" como fundamental na luta contra opressão e a desconstrução dos estereótipos de longa data acerca das mulheres feministas, pautas essas que são rapidamente captadas pelo mercado de consumo e propagadas em veículos de comunicação (Machado, 2018). Tal fato pode ser exemplificado com a presença, cada vez mais frequente, de anúncios publicitários que buscam escapar dos velhos estereótipos de gênero, propondo a veiculação de mensagens que lancem mão de um olhar feminista. Tais anúncios são denominados *femvertising*, que une os termos *feminism* (feminismo) e *advertising* (propaganda) (Arndt & Miguel, 2018).

Assim, a Internet e as redes sociais digitais provocam alterações significativas no movimento feminista, o que motiva algumas autoras a classificar o momento presente como uma quarta onda do feminismo. Segundo Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2018), no Brasil, costuma-se situar essa passagem a partir da década de 2010, utilizando como marco a primeira edição da Marcha das Vadias no país, realizada em São Paulo, no ano de 2011 – evento que contou com uma mobilização massiva através das redes sociais.

Ainda, no Brasil, o ano de 2015 foi marcado por mobilizações iniciadas em redes sociais

digitais, que ficaram conhecidas como Primavera Secundarista e Primavera Feminista ou das Mulheres. Essas campanhas agruparam milhares de mulheres, que lideraram o movimento de ocupação das escolas contra o sucateamento da educação pública, no caso das secundaristas, e a ocupação das ruas em manifestação aos retrocessos conservadores do Congresso Nacional e o assédio às mulheres (Dutra, 2018).

Assim, segundo Perez e Ricoldi (2018), o movimento da quarta onda mantém várias características da terceira fase, sendo que o que o diferencia é a sua ligação com plataformas digitais, tendo a Internet como espaço privilegiado para a divulgação, mobilização e discussão do feminismo (Perez & Ricoldi, 2018). Nesse sentido, o que caracteriza o feminismo de quarta onda não são, necessariamente, as temáticas abordadas, mas sua forma de organização e divulgação a partir das chamadas novas mídias. Perez e Ricoldi (2018) também apontam para uma maior democratização na construção e divulgação de ideias feministas, uma vez que a Internet e as novas plataformas digitais permitem que qualquer pessoa com acesso à rede possa criar e compartilhar textos e vídeos – especialmente através das redes sociais. Assim, é importante enfatizar o potencial de alcance que as redes virtuais possuem, com conteúdos que “viralizam”, atingindo um público extremamente diverso.

Além disso, a Internet também proporciona a construção e divulgação de diversas vertentes feministas. A pauta da interseccionalidade, levanta pelas feministas acadêmicas da onda anterior, encontra espaço para se efetivar no ciberespaço, onde há uma expressão direta e um protagonismo de mulheres historicamente situadas a margem do movimento (Perez & Ricoldi, 2018).

Além da ampliação de pautas feministas, as redes sociais também participam na construção de grupos e comunidades virtuais, na organização de manifestações e na mobilização política de feministas. São estimuladas ações de colaboração entre mulheres por meio de comunicações digitais, que possibilitam a conexão entre pessoas de todas as partes do país e do mundo. Nesse sentido, são criados grupos *on-line* – que se assemelham aos grupos de reflexão da segunda onda – e a organização em coletivos independentes e informais, mais distantes do Estado e das organizações tradicionais (Perez & Ricoldi, 2018). Esses grupos virtuais, que se formam principalmente no *Facebook*, e possuem caráter “secreto” ou “fechado”, servem como espaço para diálogo, reflexão e ajuda, a partir de temas caros ao movimento feminista, como denúncias de assédio sexual, agressão, estupro, e solicitação de informações sobre aborto seguro.

No que tange às plataformas digitais, destaca-se o conceito de ciberfeminismo, que tem sido objeto de disputa dentro das teorias feministas das últimas décadas (Albu, 2017). Para Albu

(2017), o ciberfeminismo é uma forma de expressão do movimento feminista, na interface do espaço real e virtual da sociedade civil. Assim, grupos periféricos podem alterar sua posição ao navegar por esse espaço público, construindo novas formas de resistência.

Ainda, o ciberespaço oferece uma alternativa aos espaços *off-line*, através de um acesso facilitado, considerando a concentração territorial de oportunidade e as barreiras geográficas (Albu, 2017). Embora existam discussões sobre os efeitos nocivos do ciberespaço, Albu (2017) argumenta que as plataformas digitais são vistas por algumas mulheres como como espaços mais seguros em relação aos espaços não virtuais, por permitir certa anonimidade e uma não exposição física. Contudo, é importante atentar-se para o fato de que as características do meio digital que possibilitam a expansão dos feminismos – como a capacidade de reprodutibilidade e a garantia de anonimato – também produzem formas de violência (Banet-Weiser 2018), das quais podemos citar como exemplo, a “pornografia de vingança” e o “*cyberbullying*”.

Muitas vezes, esses conteúdos digitais abordam situações cotidianas, o que aproxima outras mulheres com os debates feministas. Essa característica faz com que muitas delas se “identifiquem com agendas feministas antes de se identificarem como feministas per se” (Albu, 2017, p. 6). Assim, segundo Albu (2017), o ciberfeminismo torna-se uma ferramenta importante e um estímulo para que mais mulheres se entendam como feministas, através do conhecimento e do discurso propagado no ciberespaço.

Contudo, essa onda traz consigo algumas limitações próprias. O mesmo aspecto que confere maior horizontalidade ao movimento, torna-o menos estruturado do que organizações *off-line*, de forma que o ativismo através das redes sociais nem sempre é suficiente para fazer avançar agendas feministas na conquista efetiva de direitos (Albu, 2017). Albu (2017) destaca que novas formas de silenciamento também estão presentes no ciberespaço - seja através de reações negativas ou de críticas excessivas -, diminuindo seu potencial para solidariedade e ações coletivas.

Ao mesmo tempo, levantam-se questões referentes à apropriação do feminismo por parte da indústria cultural e dos grandes canais de comunicação, que tomaram “emprestado do feminismo os aspectos que lhes eram interessantes para transformá-lo em um produto mercadológico” (Mendéz, 2007, p. 285). Estaríamos, assim, diante de uma possível pasteurização, vulgarização e mercantilização do movimento, haja vista a desconsideração das lutas feministas (Arndt & Miguel, 2018). Dessa forma, em um contexto marcado pelos preceitos e práticas neoliberais que se coadunam com a ideia de um “pós-feminismo”, ou um “feminismo de mercado”, alinhados a uma agenda neoliberal, os ideais feministas acabam sendo cooptados para fins mercadológicos.

Vale ressaltar que o modo de produção capitalista não afeta somente o sistema econômico, mas diz respeito, diretamente, à construção de modos de estar no mundo. Nesse sentido, o neoliberalismo é também uma racionalidade política dominante, um modo de governança não limitado ao Estado, que produz, através de práticas, discursos e políticas, sujeitos e subjetividades específicas (Rottenberg 2014). A partir disso, o sujeito do neoliberalismo é visto como um “empreendedor de si mesmo”, que deve exercer sua autonomia (aqui entendida como capacidade e responsabilidade de autocuidado e de prosperar em termos financeiros) através de cálculos de custo-benefício, disseminando os valores de mercado em todas as esferas da vida, inclusive as mais privadas.

Na esfera política, a produção do sujeito neoliberal se dá intimamente relacionada à ideia de autossuficiência, eficiência e capacidade individual. Tal ideal de sujeito está atrelado a um projeto amplo de desmantelamento de políticas públicas, bem como de noções de justiça social, usurpando o conceito de cidadania “ao produzir identidades econômicas como base para a vida política<sup>1</sup>” (Rottenberg 2014, 421, tradução minha). Assim, a cidadania não é praticada na coletividade e no interesse público, mas, como aponta Brown (2003), o próprio corpo político deixa de existir, dando lugar a um grupo disperso de empresários individuais e consumidores.

Tais questões também vão se refletir nos feminismos contemporâneos, na medida em que ideais feministas convergem com ideais neoliberais. Destaca-se aqui o conceito de empoderamento, uma vez que é através dos princípios neoliberais de capacidade individual, empreendedorismo e desenvolvimento pessoal, bem como a utilização das novas mídias digitais, que certas vertentes do feminismo ganham força.

Essa convergência entre ideais feministas e neoliberais acontece na medida em que o mercado faz uso de uma certa retórica feminista mais popularizada nas mídias digitais, justamente aquela que mais se adequa ao discurso da “gestão empreendedora de si”. Um exemplo seriam os usos, tão em voga atualmente, de termos como “empoderamento” ou “representatividade”. Ambos, em sua versão adaptada ao léxico neoliberal, dão a entender que basta que algumas mulheres ocupem lugares de poder para que se considere uma ascensão à equidade/igualdade de todo o grupo de mulheres e que a responsabilidade de superar estruturas patriarcais é individual. Assim, enquanto críticas feministas não negam a importância de incentivar sentimentos de confiança e liderança em mulheres e meninas, elas também problematizam a criação de um “mercado de empoderamento”, onde as estruturas sociais e

---

<sup>1</sup> No original: “by producing economic identities as the basis for political life”

econômicas não são desestabilizadas, e mulheres são vistas primeiramente como consumidoras (Banet-Weiser, 2015).

Por outro lado, o ambiente digital e as redes sociais também possibilitam a expansão de discursos feministas, o que, por sua vez, faz circular outros sentidos atrelados ao feminismo. A lógica do empoderamento, quando entendida como uma via para a consciência coletiva por parte das mulheres e uma forma de estimular o fortalecimento delas, pode ser uma estratégia na luta pela igualdade entre os gêneros. Isso traz elementos positivos, como a quebra de estereótipos, a popularização do discurso feminista e a abertura de novos espaços para performances feministas, que são apropriadas de diferentes formas pelas mulheres que consomem esses conteúdos. Dessa forma, é inegável que as mídias digitais possibilitam a ampliação do debate feminista, dando maior visibilidade ao movimento e promovendo uma crescente popularização do feminismo. Justamente por isso, Perez e Ricoldi (2018) afirmam que a quarta onda feminista no Brasil poder ser definida como digital, interseccional e plural.



#### 4. Caminhos metodológicos

A metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado foi a de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza exploratória (Andrade, 2002). O método qualitativo busca aprofundar o entendimento dos fenômenos estudados, dando destaque para sua complexidade e singularidade, a partir da valorização das experiências das/os participantes da pesquisa (Moré, 2015). A fim de cumprir os objetivos do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres, que tinham contato e interesse em discussões feministas em redes sociais.

Foram convidadas a participar da pesquisa mulheres com idade de 30 à 49 anos. Optou-se por essa faixa etária por entender que essas mulheres viveram sua juventude em um período onde o feminismo não era um assunto discutido amplamente na sociedade. Ademais, Soihet (2004) afirma que o termo feminismo esteve por muito tempo associado a características desqualificantes e a uma essencialização dos papéis de gênero, em uma tentativa de ridicularizar e coibir a articulação de lutas em busca da emancipação feminina, sobretudo até o final do século XX. Assim, interessa pesquisar como essas mulheres se apropriam das discussões atuais, que são trazidas de uma forma mais participativa através das redes sociais digitais.

A forma de acesso a essas mulheres se deu através de duas vias. A primeira foi um convite postado em grupos feministas da rede social *Facebook*. Elegeram-se essa rede social pela possibilidade de realizar postagens em grupos com finalidade de reunir e debater assuntos relacionados à temática pesquisada. Para definir os grupos, foi realizada uma pesquisa na própria plataforma, utilizando as palavras “feminismo” e “feminista”, resultando em um total de cento e noventa grupos. Foi feita uma primeira triagem, elegendo somente os grupos que tinham mais de trinta postagens no último mês, e descartando aqueles que eram “anti-feministas”, de lugares que não abrangessem a área da grande Florianópolis (por exemplo “Feministas de Bauru” e “Feministas na Irlanda”), com objetivo comercial, ou grupos repetidos pelas palavras de busca.

Assim, chegou-se a um número de dez grupos. Escolheu-se então, os três grupos mais ativos (“Expressão Feminista”, “Uma mãe feminista – o grupo”, “Feminismo Negro – Mulherismo”), bem como o único grupo encontrado específico de Florianópolis (“Feminismo Florianópolis”). O primeiro convite foi feito nesses grupos em novembro de 2019, mas não obteve nenhuma resposta. Um fator que pode ter contribuído para isso pode ter sido a necessidade de que as mulheres residissem na grande Florianópolis, uma vez que a ideia inicial

era realizar as entrevistas de forma presencial.

Devido à pandemia da COVID-19, as entrevistas tiveram que ser modificadas para o formato *on-line*, o que levou a exclusão do grupo específico de Florianópolis e a ampliação do convite a mulheres de todo o Brasil, desde que atendessem aos critérios de idade e interesse estabelecidos, e que tivessem acesso a Internet para a realização da entrevista. Assim, responderam ao convite duas mulheres, Kelly<sup>2</sup>, de 30 anos, participante do grupo “Feminismo Negro: Mulherismo” e Eliza, de 41 anos, participante do grupo “Uma Mãe Feminista - O Grupo”.

A segunda forma de acesso a essas mulheres foi através de um convite pessoal, utilizando-se a amostragem por conveniência, sendo as outras duas participantes indicadas pela orientadora desta pesquisa e por uma colega de mestrado. A indicação foi feita tendo como base os critérios estabelecidos e o convite foi aceito por Paola, de 45 anos e Denise, de 41 anos.

Concomitante a esse processo, o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina - CEPESH. No que diz respeito à etapa da coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de modo *on-line* e individualmente, por meio de chamadas de vídeo através do aplicativo *JitsiMeet*, nos meses de junho a setembro de 2020, conforme disponibilidade das participantes. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente para a análise. Nas entrevistas, foram esclarecidos os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como as garantias quanto ao sigilo, indenização e ressarcimento caso necessário, o direito de desistir da participação a qualquer momento e o livre acesso aos resultados da pesquisa. Em seguida foi feito a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice B) e solicitada a sua assinatura.

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada (apêndice A) para a entrevista com as quatro mulheres participantes da pesquisa, utilizando técnicas de entrevistas em profundidade. Segundo Moré (2015), as entrevistas semiestruturadas fazem parte dos métodos qualitativos de pesquisa, objetivando a compreensão de significados que os sujeitos atribuem às experiências vividas. Já as técnicas de entrevistas em profundidade buscam reconhecer a intersubjetividade presente na pesquisa qualitativa, partindo de um espaço relacional onde o pesquisador estimula o protagonismo do participante, que pode expressar livremente suas opiniões, vivências e emoções (Moré, 2015).

A escolha por entrevistar quatro mulheres foi feita entendendo que não há como

---

<sup>2</sup> O nome das entrevistadas foi modificado, a fim de manter o sigilo e preservar o anonimato das participantes.

generalizar o conteúdo que aparece nas falas das entrevistadas, uma vez que ele retrata uma das versões possíveis sobre o contato com conteúdos feministas em redes sociais digitais. No entanto, como aponta Miguel (2009), isso não invalida a pesquisa, mas, pelo contrário, a enriquece:

“Uma história contada, por um indivíduo singular é, nessa visão, representativa deste universo de possibilidades. E ela é representativa não por ser ‘normal’, ou por estar dentro da média; mas sim por ser única. Dessa forma, a subjetividade de quem está a narrar um fato, pode ajudar a desenhar uma subjetividade mais ampla” (Miguel, 2009, p. 42).

Assim, ao optar por realizar entrevistas com essas mulheres, entendeu-se que, ao mesmo tempo que suas falas refletem suas experiências singulares, também falam do contexto social em que as entrevistadas se encontram, uma vez que elas são constituídas e mediadas pelas relações com o outro e o mundo (Groff; Maheirie; Zanella, 2010).

Os dados obtidos nas entrevistas foram analisados sob a ótica da Análise de Discurso francesa (AD), de inspiração pecheutiana, que tem como principal representante no Brasil a autora Eni Orlandi. Segundo Orlandi (1995, p. 112) “o texto é um objeto histórico-linguístico”, no sentido de que sua interpretação depende do discurso que o sustenta - não das palavras que o compõem, mas do texto que se apresenta. Assim, busca-se entender a temporalidade do texto, ou seja, como a matéria textual produz sentidos. Entende-se que a temporalidade exterior não está refletida no texto, mas se encontra internamente nele, pois é justamente na relação sujeito/sentido que se encontra a historicidade. O objetivo da AD é, portanto, “compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto lingüístico-histórico.” (Orlandi, 1995, p. 114).

Para alcançar esse objetivo, o analista do discurso trabalha com a discursividade, que se torna o seu objeto. Segundo Orlandi (2007), a discursividade se refere aos vestígios da materialidade no texto. Ela é, portanto, a unidade de análise. É ela que sinaliza os sentidos do texto, que não é definido pela sua extensão, mas pela forma como estabelece, pela historicidade, um sentido em relação à situação que se está pesquisando (Orlandi, 2007). Para auxiliar na análise de conteúdos digitais, esta pesquisa também utiliza como referência a pesquisadora Cristiane Dias (2018), que vai pensar as contribuições da Análise do Discurso em textos eletrônicos.

Essa forma de análise do discurso conversa com o aporte teórico que embasa esta pesquisa, uma vez que está preocupada com a história do sujeito e do sentido. Assim, Orlandi destaca a relação entre estas duas categorias, entendendo que “não há sentido possível sem

história” (Orlandi, 1995, p. 114), uma vez que o sujeito vai se produzindo e produzindo sentidos ao mesmo tempo. A análise das falas das entrevistadas buscou compreender quais os – possíveis - sentidos e apropriações que as participantes elaboram sobre os conteúdos feministas compartilhados em redes sociais digitais, no contexto histórico que estão inseridas, refletindo sobre os debates atuais a respeito de mídia e feminismos.

## 5. Elas e o digital

### 5.1. Elas: Kelly, Eliza, Paola, Denise

Neste capítulo discutirei dois temas centrais desta pesquisa: o meio digital, suas características, particularidades e efeitos na subjetivação dos sujeitos que circulam pelo ciberespaço; e a relação das mulheres entrevistadas com as redes sociais que elas utilizam. Começo apresentando as participantes, tecendo articulações entre suas falas, os lugares de onde partem e as relações que estabelecem com os conteúdos feministas compartilhados em redes sociais digitais.

Foram entrevistadas quatro mulheres, Kelly, Eliza, Paola e Denise. Kelly tem 30 anos, é uma mulher negra, reside em uma cidade do Rio Grande do Sul e trabalha em uma instituição pública de ensino. Desde 2017, é presidente do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) da instituição, que realiza ações em conjunto com um núcleo de gênero e diversidade sexual, a partir de um lugar interseccional. O contato com a entrevistada foi feito através de um grupo feminista do *Facebook*, chamado “Feminismo Negro: Mulherismo”, onde foi postado um convite para a participação na pesquisa.

Eliza é uma mulher branca de 41 anos que mora junto com o seu pai na cidade de São Paulo, capital, e trabalha como assistente administrativa em uma escola. Ela é mãe de um adolescente de 15 anos, que atualmente mora com o genitor, separado de Eliza, mas com quem ela mantém uma relação saudável de coparentalidade. O contato com a entrevistada também se deu a partir de um convite em um grupo do *Facebook*, intitulado “Uma Mãe Feminista - O Grupo”.

Paola é uma mulher negra de 45 anos. Ela é “mãe solo” de um adolescente de 15 anos. Natural de Diadema, São Paulo, reside há oito anos em Florianópolis, onde mora com o filho e o atual companheiro. O acesso se deu através de uma indicação, feita por uma companheira de mestrado, uma vez que Paola atendia aos critérios estabelecidos de idade e interesse em discussões feministas em redes sociais digitais. Vale dizer que ela também atua em um bloco de carnaval composto apenas por mulheres, que promove ações presencialmente e na Internet ao longo de todo o ano, e que possui um grupo fechado na rede *Facebook*. Assim, esse grupo funciona também como uma rede de apoio, e a maioria das interações que Paola tem com conteúdos feministas nas redes sociais são através dele.

Por fim, a última entrevistada foi Denise, uma mulher branca de 41 anos, que trabalha como manicure em um salão de beleza e é residente de Florianópolis. Ela é mãe de duas meninas, uma de 24 anos e uma adolescente de 14 anos. O acesso também se deu através de uma indicação, feita pela orientadora, visto que a entrevistada atendia aos critérios estabelecidos na pesquisa.

Com relação às redes sociais que utilizam, todas as entrevistadas disseram que usam o *Facebook* e o *Instagram*, especialmente para o contato com páginas, grupos e perfis feministas. No entanto, a relação delas com essas plataformas se dá de formas particulares. Assim, Kelly destaca que começou a usar o *Instagram* durante a pandemia causada pela COVID-19, para poder acompanhar as *lives* que se proliferaram nesse momento. Ela relata entrar com bastante frequência nas redes sociais, que segundo ela, a ajudam a manter-se atualizada.

Eliza e Denise também utilizam o *Facebook* e o *Instagram* com frequência. Entretanto, suas falas marcam uma distinção na maneira como elas utilizam essas e outras redes sociais digitais. Eliza destaca que enquanto o *Facebook* e *Instagram* são utilizados para o consumo de “conteúdos mais sérios”, outras redes, como o *Youtube*, fornecem momentos de descontração, para desestressar e “sair um pouco da realidade”. Já Denise, comenta que apesar do *WhatsApp* ser seu “amigo do peito”, ele não é uma fonte confiável para extrair ou pesquisar informações, e, por isso, o *Facebook* e *Instagram* são mais utilizados para o contato com conteúdos feministas.

Ao contrário de Denise, Paola diz que detesta o *WhatsApp*, e o considera como uma ferramenta invasiva. Ainda, destaca que não utiliza as redes sociais com tanta frequência, entrando de duas a três vezes por semana. Segundo Paola, essa frequência é também um reflexo dos tempos de pandemia, onde muitas postagens estavam servindo como gatilhos. Assim, ao contrário de Kelly, o momento atual de pandemia fez com que ela se afastasse um pouco das redes sociais digitais, embora ela ressalte que sempre que é chamada por alguém em algum grupo, ela comparece e contribui.

Na relação com as postagens, aparece bastante interação das entrevistadas com os conteúdos, em especial nos grupos fechados. Denise, por exemplo, diz “Eu curto, eu compartilho, e dependendo do meu estado de espírito [risos] eu comento também. Dependendo de como eu tô, se eu tô na TPM, aí a treta é grande [risos]”.

Já Eliza diz que também participa comentando, mas na maior parte das vezes prefere compartilhar, pois não tem muita paciência de ficar acompanhando as discussões nos comentários. Ela ainda ressalta o cuidado que é preciso ter com as fontes antes de compartilhar,

e que somente compartilha quando é alguma coisa que faz sentido para ela, especialmente relacionada com suas vivências, como as postagens relacionadas à educação e maternidade.

Essa relação com as suas experiências também aparece nas outras entrevistas, como quando Paola comenta que acompanha as postagens de um grupo ou página “se tem alguma coisa que me toca”, ou seja, que ressoe com suas vivências. Ela também diz que quando “[tem] alguma coisa que posso agregar eu participo. Mas às vezes eu fico mais... na escuta, né? Geralmente eu fico muito de escuta, eu fico lendo as discussões, fico vendo as posições. Aprendo bastante. Discordo muito.” Assim, a aprendizagem se dá não apenas com os conteúdos postados, mas com as discussões a partir deles.

Isso também aparece na fala de Kelly. Ela destaca que gosta de interagir, de colocar a sua opinião. Para Kelly, as discussões que acontecem no campo dos comentários são uma parte importante do processo de acompanhar as páginas, perfis e grupos feministas:

“é bom quando dá essa interação assim ó: tem a postagem principal né, e depois em baixo eu vou comentar, e alguém vai vim responder e vai se dar aquela interação com a outra pessoa, que eu nem sei da onde ela é, sabe? E vai se dar essa interação. Isso que eu acho importante, essa troca!”.

Entretanto, é interessante notar que aparecem algumas contradições na sua fala. Em outro momento, Kelly se refere aos comentários como um aspecto negativo, como algo que “polui muito”. Essa fala pode ser significativa para pensar a gama de comentários possíveis em uma postagem, onde são publicizadas diferentes visões políticas e de mundo. Assim, é possível pensar que há uma distinção entre as discussões que acontecem em grupos fechados – onde as pessoas compartilham uma certa visão sobre o assunto central do grupo - e páginas abertas, por exemplo, especialmente em conteúdos feministas. Pode ainda ser um indicativo da polarização e divisão que aparecem nas redes sociais digitais, onde o seu formato, determinado pelas bolhas algorítmicas, dificulta o contato – e, portanto, o diálogo -, com pessoas que pensam de forma diferente – questão levantada por Gilliespie (2018) e Dias (2018), que será trabalhada ao longo deste capítulo.

Nesse sentido, as falas das entrevistadas são indicativas não apenas das suas relações com as redes sociais, mas também das próprias características do meio digital. É necessário, então, explorar essas características, uma vez que elas ajudam a delinear as relações entre as mulheres e os feminismos que são estabelecidas no ciberespaço. Com esse propósito, tecerei algumas reflexões sobre as características que mais apareceram nas suas falas, a saber, os algoritmos e os hiperlinks, para então aprofundar a discussão sobre a discursividade digital e sua materialidade.

## 5.2. "Essas coisas simplesmente aparecem": Algoritmos, hiperlinks e novas dinâmicas na relação com a informação

Para as quatro entrevistadas, o contato com temáticas feministas se deu antes das redes sociais digitais – embora nem sempre com o nome de feminismo ou, ainda, não identificado por elas como feminismo. Assim, é a partir desse primeiro contato<sup>3</sup> que elas partem para as redes sociais, vendo esse espaço como um lugar de aprendizagem, tanto para melhor compreensão sobre as violências sofridas, quanto na aquisição de conhecimento para sustentar argumentações em debates fora do espaço digital.

Para Kelly, marcadores como raça e gênero aparecem como uma parte de sua formação, um fruto, portanto, das discussões de gênero na academia, mas também da sua atuação profissional enquanto presidente do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena. Nesse sentido, ela se volta para as redes sociais como um lugar de conhecimento, em especial na conversa com outros coletivos e grupos acadêmicos. Segundo ela:

“E essas coisas, na verdade foi assim ó, eu comecei a me engajar no, no núcleo, e daí essas coisas simplesmente elas apareceram, simplesmente, eu, isso eu não sei te dizer. E daí depois, tu sabe, depois que a gente tá ali na rede né, *Facebook* ou *Instagram*, vai linkando com outras coisas e aí vai, vai surgindo, tu vai seguindo, quando vê já tá seguindo um monte de coisa!”.

Portanto, ver as redes sociais como fontes de informação e de discussões aprofundadas sobre o feminismo implica pensar em como as novas tecnologias modificam a relação com a informação, a partir das características do meio digital. Nesse sentido, os conteúdos que “simplesmente aparecem” na *timeline* das entrevistadas, são na verdade resultado de uma seleção desempenhada pelos algoritmos das plataformas de redes sociais virtuais.

Os algoritmos utilizados pelas plataformas são tecnologias da comunicação, cuja função principal é selecionar os conteúdos considerados mais relevantes para cada usuário/o, a partir dos rastros digitais que este deixa pelas suas interações na rede. No entanto, não se trata apenas de procedimentos técnicos abstratos, mas de um resultado fruto das escolhas individuais e institucionais daqueles que desenham tais ferramentas (Gilliespie, 2018). Assim, “embora os algoritmos possam parecer automáticos e intocáveis pelas intervenções de seus provedores, esta é uma ideia cuidadosamente elaborada” (Gilliespie, 2018, p. 107) pelas próprias plataformas

---

<sup>3</sup> Para Eliza, Paola e Denise, esse primeiro contato se estabelece via maternidade. Essa discussão será trabalhada no capítulo sobre maternidade e feminismos.



que os gerenciam. Embora esses serviços não sejam isentos de intervenção humana, é importante para os provedores desses algoritmos produzir – e vender – um efeito de imparcialidade, seja para dar legitimidade aos resultados encontrados, seja para eximir-se de responsabilidade frente à possibilidade de erro, viés, manipulação ou mesmo falhas sistêmicas no processo de seleção dos dados (Gilliespie, 2018).

A legitimidade do algoritmo depende também da cumplicidade das/os usuárias/os, que avaliam a ferramenta positiva ou negativamente. Nesse sentido, é interessante pensar que essa lógica aparece como uma característica das redes sociais das quais as entrevistadas fazem uso – *Facebook* e *Instagram*. Cientes de que os algoritmos direcionam suas buscas, isso não aparece como uma preocupação. Quando questionadas sobre como chegaram às páginas, grupos e perfis feministas dessas redes, aparecem falas como: “uma coisa vai levando a outra né? [...] eu não sei te dizer ao certo como foi [...]... mas, provavelmente deve ter sido através de alguma página, alguma coisa assim, que faz menção, ou aquelas sugestões que sobem, no *Facebook*” (Eliza). Ou ainda: “Isso também, a gente curte um e outras acabam também seguindo a gente né, que daí já é um padrão do *Instagram*, das redes sociais né” (Denise).

Portanto, o desenvolvimento das redes sociais e dessas ferramentas representa uma nova forma de lidar com fluxos de informação, onde estamos cada vez mais nos apoiando em cálculos algoritmos para selecionar os conteúdos que consumimos e determinar o que precisamos saber. Segundo Gilliespie, (2018, p. 97) “[a avaliação algorítmica da informação] representa uma lógica de conhecimento particular baseada em suposições específicas sobre o que é o conhecimento e como alguém deveria identificar seus componentes mais relevantes”. Ainda, esse poder informacional fundamentado em bases de dados digitais produz outras ramificações nas práticas de conhecimento e modifica a atual paisagem política.

Quando o *Facebook* e *Instagram* se estabelecem como plataformas de tecnologia e não como empresas de mídia, eximem-se da responsabilidade de responder pelos conteúdos publicados nas suas páginas – mesmo que esses contenham informações falsas ou discursos de ódio. Ao mesmo tempo, invisibilizam o seu poder de ditar as pautas do debate público, uma vez que são as plataformas – e não as/os usuárias/os – que decidem o que é relevante, o que ganha destaque e o que é ocultado, através de recursos que não são totalmente transparentes ou divulgados ao público geral (Orlandini, 2019).

As interações que acontecem nas redes sociais também são moldadas pela intervenção dos algoritmos, de forma que muitas vezes “somos levados - por algoritmos e por nossa própria

preferência pelos que pensam de forma semelhante - para dentro de ‘filtros bolha’<sup>4</sup>, onde encontramos apenas as notícias que esperamos encontrar e as perspectivas políticas que já nos são caras” (Gillespie, 2018, p.114).

Nesse sentido, Dias (2018) irá pensar como os algoritmos atuam no que ela chama de “dimensão técnica do silêncio”, enquadrando o que ganha destaque e o que é apagado nos discursos que circulam no meio digital, a partir de recursos tecnológicos. O silenciamento provocado pelos dispositivos digitais, portanto, evidencia relações de poder, articulando a dimensão política do silenciamento, “naquilo que os algoritmos deixam de nos mostrar ou não nos deixam ver” (Dias, 2018, p. 192).

Esses algoritmos e filtros também atuam em uma vigilância eletrônica, onde os dados digitais – rastros a partir dos cliques durante a navegação no ciberespaço, da geolocalização por dispositivos de GPS, e da narratividade construída nas redes sociais digitais – são coletados e compilados, gerando um volume enorme de informação que atuam como uma moeda extremamente valiosa no mercado (Dias, 2018). Essa vigilância, que opera a partir de uma multiplicidade de dispositivos é intitulada por Palmas (2011, como citado em Dias, 2018, p. 192) como “vigilância panspectrica”.

Dias alerta para os efeitos provocados pela captura do desejo por algoritmos, filtros de busca e recomendações, e para as limitações da circulação de conteúdos pelas redes sociais. Segundo a autora, “Ao contrário do que se costuma acreditar, que com a Internet o sujeito tem tudo à sua disposição, poderíamos dizer que pelos dispositivos panspectrais, o sujeito tem cada vez menos de tudo a sua disposição e mais de si mesmo”, “asfixiando o sujeito em si mesmo” (Dias, 2018, p. 193).

No entanto, não podemos negar que a Internet e as redes sociais digitais trazem um novo ambiente que estimula a participação e autonomia das/os usuárias/os, atualizando as formas de produzir conhecimento e conteúdos feministas de maneira descentralizada e independente. Destaca-se também o potencial de alcance que as redes virtuais possibilitam, com conteúdos que “viralizam”, atingindo sim um público extremamente diverso e introduzindo tópicos a serem debatidos, inclusive, dentro da mídia *mainstream* (Albu, 2017).

Contudo, as próprias características dos algoritmos demonstram que esses tendem a entregar conteúdos semelhantes com aquilo que a/o usuária/o já manifestou interesse ou afinidade, favorecendo interações com pessoas que reflitam essas afinidades, o que é

---

<sup>4</sup> Os filtros bolha, são, segundo Fava (2013, p. 1) “estruturas que filtram a informação digital, baseando-se no comportamento dos usuários. Nesse filtro, o usuário tende a receber mais informações semelhantes aos seus interesses pessoais, se fechando em uma bolha de dados que pouco contribui para novas experiências e descobertas na rede.”

confirmado pelas falas das entrevistadas. Dessa forma, a possibilidade de maior autonomia nem sempre significa que não exista um direcionamento do conteúdo, moldando também o que é pauta no discurso público. Gilliespie aborda esse tópico ao traçar um paralelo entre as decisões editoriais dos conteúdos jornalísticos e as recomendações feitas pelos algoritmos, mostrando que “essas escolhas, sejam feitas por um editor de jornal ou pelos mecanismos de indexação de uma ferramenta de pesquisa, ajudam a estabelecer e a confirmar padrões de debate viável, legitimidade e decoro.” (Gilliespie, 2018, p. 101).

Qual seria, então, a novidade proporcionada pelas novas tecnologias para os debates sobre o feminismo? Talvez um caminho para pensar essa questão seja olhar para os motivos pelos quais as entrevistadas se voltam para as mídias digitais. As redes são vistas por elas como um espaço de in-formação, onde as mulheres aprendem sobre as lutas e pautas do movimento e, nesse processo, passam a se compreender enquanto feministas. Assim, é incomparável a possibilidade de acesso aos mais variados conteúdos e materiais sobre os feminismos que o meio digital proporciona, desde produções acadêmicas, até vídeos em plataformas de redes sociais, revistas digitais, *blogs* pessoais e *tweets*, para citar alguns. Com a propagação dos dispositivos tecnológicos móveis (que incluem os *smartphones* e as redes de Internet 3G e 4G), a informação pode ser acessada em qualquer momento e em qualquer lugar, desde que a pessoa tenha acesso a esses bens. Isso é importante quando pensamos que não são todas as mulheres que têm acesso às redes sociais, sendo que a exclusão digital é um ponto a ser considerado quando falamos sobre feminismos digitais.

Nesse sentido, os dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) mostram que em 2018 o percentual de domicílios com acesso à Internet era de 79,1%, sendo o celular o equipamento mais usado para esse acesso (99,2% dos casos). Ainda, 80,2% do acesso à Internet se dava pela conexão por banda larga móvel (3G ou 4G). Em 2018, o percentual de pessoas que tinham celular chegou a 79,3% (82,9% nas áreas urbanas e 57,3% nas rurais).

Esses dados mostram que, apesar de não serem todas as mulheres que têm acesso aos conteúdos feministas e às redes sociais digitais, esses são acessados pela maioria da população, e seus materiais circulam entre as telas – do celular, do tablete, do computador – e fazem parte do discurso público sobre o tema. As narrativas midiáticas que circulam nessas plataformas muitas vezes trazem tópicos que conversam com o cotidiano dessas mulheres, que passam a se apropriar desses conteúdos, dando novos sentidos para situações machistas que vivenciam.

Isso fica mais evidente na fala de Eliza, quando ela relata que:

“Aí depois, com a propagação das redes sociais, aí o negócio já ficou mais de fácil acesso né? A gente já tem um pouco mais de espaço pra debater, a gente já tem um pouco mais de... aonde procurar informação. [...] com a propagação das redes sociais, aí sim, comecei a me engajar realmente mais, assim. A ler mais, a entender outras vertentes, a estruturar melhor assim, né, o que que é [o feminismo]”.

Nesse sentido, as possibilidades abertas pelas redes sociais virtuais e pelo ambiente digital, são muitas. Dentre elas, as entrevistadas citam a oportunidade de encontrar e reunir-se com pessoas que compartilham sua visão de mundo, um instrumento para a organização de mobilização política, uma maior facilidade na produção e divulgação de um discurso próprio – um tópico que as feministas já assinalavam ser de suma importância para formação da opinião pública sobre a luta das mulheres desde o começo do século XX – e, especialmente, a utilização do ciberespaço como um lugar de acesso a informações e uma ferramenta na formação de redes de apoio dentro e fora do ambiente digital.

Kelly, Eliza e Denise dão um destaque para esse lugar de informação. Kelly ressalta que buscou nas redes sociais conteúdos sobre gênero e raça, para “entender mais do assunto” e “poder tá passando pros alunos”. Eliza, diz que buscou no feminismo e nas redes sociais digitais conteúdos que a ajudassem a entender as opressões que experienciava enquanto mulher e mãe. Denise buscou as discussões feministas nas redes sociais para ter “mais propriedade para falar sobre o feminismo”, na medida em que “as páginas ajudam a gente a enxergar esse lado, pra poder falar, pra ter um esclarecimento melhor”.

Nesse sentido, o meio digital modifica a relação com a pesquisa e a informação. Isso fica mais claro na fala de Eliza, quando perguntada sobre onde ela encontrava informações sobre assuntos relacionados à maternidade antes da propagação das redes sociais e da Internet:

“Ah, revista Crescer! (risos). Era onde a gente... era pra onde a gente ia procurar. E que vinha aquela limitação, aquela informação limitada ali, que só cabia naquelas quatro páginas da entrevista, ali. O que cabia, o que cabia ali tava ali, o que não cabia você nem... né? Você vai pra biblioteca, com uma criança de meses, procurar artigo científico? Procurar teses e outras informações? Você não vai! Você vai consumir o que tá ali e, sabe? Tipo, meu, tá, é isso aqui. Né?”

Essa limitação sobre a qual a entrevistada fala mostra como nos acostumamos a consumir informações e conteúdos a partir do meio digital, e está relacionada a outra característica desse meio: o hipertexto. O hipertexto, por se localizar na Internet, pode ser definido como “um texto interligado a outros por meio de hiperlinks<sup>5</sup>” (Vasconcelos, 2018, p. 1). Apesar de manter características textuais, ele também apresenta propriedades específicas de

---

<sup>5</sup> Segundo Vasconcelos (2018, p. 1) “Os *hiperlinks* são mecanismos de ligação presentes em um hipertexto que, ao serem clicados projetam o hiperleitor a outros textos que estejam interligados entre si.”

um texto digital, como a não-linearidade, conectividade, interatividade e virtualidade (Koch, 2007).

Assim, a leitura do hipertexto nem sempre será sequenciada, pois a conectividade, traduzida pelos hiperlinks, convidam o leitor a interagir com o texto digital, a partir de sua virtualidade. Isso acontece porque o hipertexto é múltiplo, e assim participa de uma rede textual, onde temas diversos são interligados e podem ser acessados pelas/os leitoras/es. Dessa forma, cada pessoa, ao interagir com os conteúdos encontrados no ciberespaço, o faz de maneira ativa e, “de acordo com seus objetivos de leitura, assinala trechos que considera importantes, associa os conhecimentos novos ao seu conhecimento prévio e vai construir um percurso próprio de leitura dentre os muitos outros possíveis.” (Koch, 2007, p. 27).

Nesse sentido, a conectividade que marca a diferença entre o hipertexto e os textos impressos, também constitui o hipertexto, a partir de sua multiplicidade. Ao abrir novas perspectivas, também modifica as formas de produção de texto e circulação de informações. Além disso, a própria definição de leitura se alarga, pois, uma vez que esse processo não se dá mais de forma linear, leitor e autor compõem juntos um sentido particular para o hipertexto, em meio as muitas possíveis leituras, descobertas e escolhas que trilham entre hiperlinks (Koch, 2007).

O hipertexto também se configura por ser hipermodal, onde as informações são complementadas por conexões entre texto verbal, som e imagem (Koch, 2007). Com relação aos conteúdos feministas em redes sociais digitais, as entrevistadas sinalizam que aparecem em diferentes formatos: textos, vídeos, imagens – como as capturas de telas de *tweets* engraçados – e, em menor frequência, alguns memes<sup>6</sup>. No entanto, há uma preferência de todas por textos curtos, com informações “rápidas e concisas”. A fala de Eliza é indicativa dessa relação:

“Ah, eu gosto bastante de texto, mas assim, textos mais concisos. Né? Texto ali, de uns 3, 4 parágrafos, uma coisa assim mais concisa. Meme que é um negócio que viralizou mesmo né? [...] essas *tweets* que eles tão tirando do *Twitter*, e fazendo essas montagens... Com informações curtas porém, “ó, é isso isso isso e isso isso isso”, isso eu também acho que é um canal de informação. Porque é uma informação concisa né? [...] E a partir dali você vai se...você vai... você faz o seu, né? Vai pesquisar.”.

Assim, o que em um primeiro momento pode parecer uma informação sem muita profundidade, na verdade é indicativo da lógica em que estão inseridos esses conteúdos. No ambiente digital, é possível pesquisar e se aprofundar a partir do contato com as temáticas que aparecem nas redes sociais. O acesso à pesquisa quase imediato, bem como a ferramenta de

---

<sup>6</sup> Meme é o termo usado para designar informações que são veiculadas no meio digital, sendo rapidamente replicadas e compartilhadas (Castro; Silva & Nascimento, 2017).

hiperlinks, possibilitam que sejam encontradas informações complementares ou, ainda, informações de diferentes fontes sobre um mesmo assunto.

Essa relação com as novas mídias remete a algumas discussões levantadas por Henry Jenkins, sobretudo ao que o autor vai chamar de convergência midiática. Segundo Jenkins (2009), a convergência midiática é um fenômeno que se refere ao “fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia” (Jenkins, 2009, p. 27). Contrariando a ideia de que as novas mídias substituiriam as antigas, o autor defende que, apesar das ferramentas de acesso modificarem-se, os meios de comunicação não desaparecem. Dessa forma, novas e antigas mídias convergem, interagem e compõem novas e complexas formas de informação e comunicação.

Assim, a revista *Crescer*, apontada por Eliza como uma fonte de informação sobre a maternidade, continua sendo vendida nas bancas, mas também circula no ambiente digital, tem uma página no *Facebook*<sup>7</sup>, um perfil no *Instagram*<sup>8</sup>, e um *site* oficial<sup>9</sup>, onde comercializa a revista digital, que dá acesso a conteúdos exclusivos para os seus assinantes.

É possível pensar então em como os cenários onde o feminismo se faz presente conversam entre si. As mulheres ocupam as ruas, a Internet, produzem seu próprio conteúdo através de páginas digitais, livros, artigos, zines, revistas feministas. Essas produções interagem, convergindo ou não, e acabam por formar relações complexas que fogem da linearidade. As mídias digitais proporcionam uma maior visibilidade ao movimento, não apenas como uma “vitrine” para conteúdos feministas criados por mulheres, mas como uma arena de discussões sobre as mais variadas pautas do movimento, especialmente as interseccionais – características de uma possível quarta onda, como afirmam Perez e Ricoldi (2018). Contudo, o movimento feminista continua circulando por outros espaços, o que retroalimenta a visibilidade possibilitada pelas novas plataformas digitais.

No caso das entrevistadas, todas disseram que tiveram seu primeiro contato com o feminismo fora do meio digital. Elas se voltam para redes sociais virtuais com o intuito de pesquisar e compreender mais sobre o feminismo. Ou ainda, depois do contato com grupos de mulheres e com a militância fora do ambiente digital, se deparam com conteúdos feministas nas redes sociais que as fizeram perceber que essas práticas fazem parte do feminismo – voltarei a esse tópico no capítulo sobre identidades e práticas feministas, onde discutirei o processo pelo qual as entrevistadas passam a se identificar enquanto mulheres feministas.

---

<sup>7</sup> <https://www.facebook.com/revistacrescer/>

<sup>8</sup> <https://www.instagram.com/revistacrescer/?hl=pt-br>

<sup>9</sup> <https://revistacrescer.globo.com/>

A literatura sobre a quarta onda feminista no Brasil aponta para o seu início na década de 2010, a partir de manifestações massivas de mulheres, que reivindicam novamente as ruas. Assim, é esse movimento que faz o feminismo virar pauta na mídia tradicional e *mainstream* – ainda que, nesse caso, fundamentado em um discurso pós-feminista. Ao mesmo tempo, as redes sociais proporcionam um espaço alternativo às mídias de massas, onde é possível se mobilizar politicamente, divulgar outros discursos, trazer novas temáticas para o debate, e até mesmo outros feminismos, visto que esse é um movimento plural.

Dessa forma, a convergência não diz respeito apenas a uma transformação tecnológica mas, sobretudo, cultural. É possível afirmar então que “a convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (Jenkins, 2009, p. 28), ou seja, na maneira como as/os consumidoras/es interagem com essas mídias. Portanto, um ponto importante acerca dessas mudanças é a transformação nas relações entre o público consumidor, os produtores e os conteúdos midiáticos.

Nesse sentido, as mulheres se engajam ativamente na produção de conteúdos e debates no meio digital. As entrevistadas, ao falarem que gostam de interagir, curtir, compartilhar e comentar, apontam para novas maneiras de se relacionar com esses conteúdos e trazem outras práticas de leitura e de escrita, dentro das dinâmicas e características do ciberespaço. Entre essas características, é possível citar também a ferramenta de indexação de conteúdo a partir do símbolo cerquilha (#), conhecida no mundo digital como *hashtag*.

Essa ferramenta permite a interação de usuárias/os em torno de uma pauta comum, ao mesmo tempo conferindo maior visibilidade a ela. Segundo Maiara Orlandini (2019), os discursos indexados pelas *hashtags* feministas, muitas vezes centram-se em histórias pessoais, e esta narrativa personificada passa a ser reconhecida no discurso público como uma pauta coletiva. Segundo a autora “isso potencializa a interação entre os usuários, uma vez que podem se relacionar com outros sujeitos fora de sua rede de contato” (Orlandini, 2019, p. 141) e, assim, entrar em contato com pessoas e conteúdos que não teriam acesso de outra forma.

Nesse sentido, os caminhos que as entrevistadas traçam pelo campo feminista nas redes sociais digitais se pauta entre as vias da conexão – com outras pessoas e outras realidades - e da identificação – especialmente a partir de assuntos que dialogam com as suas experiências e cotidianos. Isso aparece, por exemplo, na fala de Kelly, quando ela diz que busca nas redes sociais pessoas “que pensam dessa forma como eu penso, daí acabo seguindo né?”. Aparece também na fala de Paola:

“Eu acho que é isso mesmo, [os conteúdos feministas com os quais tem contato pelas redes sociais] me serve muito de base, pro meu dia a dia, mas a regra absoluta é só quando eu sinto, essa é a verdade, esse é o critério [...] Então, quando eu me sinto na causa eu vou junto mesmo”.

Entretanto, a pluralidade de pautas feministas em páginas de redes sociais também contribui para que as mulheres entrem em contato com tópicos que não haviam sido pensados no dia a dia. Sobre isso, Eliza traz o exemplo de discussões sobre pornografia e pedofilia, assuntos que ela não costuma pesquisar sobre, mas que trazem debates interessantes a partir das redes sociais:

“eu acho que a minha última grande sacada, assim, essa questão da pornografia com pedofilia... como que as coisas estão caminhando muito perto assim... como esse padrão que eles exigem da mulher adulta, sem pelo, lisinha, e como isso conversa com a pedofilia, sabe? [...] eu acho que foi a última grande sacada né? Eu falei ‘ah, gente! E não é que é?’. E isso veio através de rede social mesmo, assim. Porque [...], não é um tema que eu consumo. Falar ‘ai, deixa eu ver como isso funciona’. [...] Mas tem muita coisa que, muita informação que chega que você fala ‘gente, é isso!’. E que você nunca faria o paralelo, justamente por você não ter interesse nos assuntos relacionados, né [...] Coisa que se fosse antigamente sem a rede social, não chegaria.”

Assim, o potencial de alcance das redes sociais permite o contato com conteúdos diversos, a partir da sua reprodutividade, das ferramentas de indexação e dos hiperlinks. Nesse sentido, mesmo conteúdos que não são pesquisados ativamente aparecem pelos *feeds* das redes sociais. Além de outras temáticas, também aparecem questões interseccionais, em especial entre gênero e raça. Nesse sentido, cabe lembrar que Perez e Ricoldi (2018) apontam que o que caracteriza a quarta onda não são, necessariamente, as temáticas abordadas, mas sua forma de organização e divulgação a partir das chamadas novas mídias. Segundo as autoras, há três características essenciais na quarta onda, a saber: a sua ligação com plataformas digitais, tendo a Internet como espaço privilegiado para a divulgação, mobilização e discussão do feminismo; a efetivação da pauta da interseccionalidade a partir do ciberespaço; e a organização de feministas em coletivos feministas virtuais.

Assim, enquanto nos países do norte global a interseccionalidade foi utilizada como categoria de análise crítica dentro do movimento feminista de terceira onda, é na quarta onda que os feminismos interseccionais ganham força no Brasil, encontrando no ciberespaço um lugar para florescer, a partir da expressão direta e de um protagonismo de mulheres historicamente situadas à margem do movimento (Perez & Ricoldi, 2018). É nesse cenário que grupos como o movimento de mulheres negras, lésbicas, de pessoas trans e pessoas com



deficiência, entre outros, encontram espaço para difundir suas lutas e agendas, criando e compartilhando seus próprios materiais – especialmente a partir das redes sociais digitais.

Esta relação pode ser melhor examinada na fala das entrevistadas, uma vez que, mesmo o feminismo interseccional aparecendo com destaque para três delas, ele toma contornos diferentes para cada uma. Para as duas mulheres negras que fizeram parte da pesquisa, a negritude aparece como um tópico obrigatório nas discussões feministas dentro e fora das mídias digitais, ressaltando a sua inseparabilidade com outras pautas, “porque não tem como falar da mulher e não trazer a parte da mulher negra”, como diz Kelly.

Para Paola, é um tópico que deveria estar “superado” dentro do feminismo, motivo pelo qual ela diz ter “um pouco de preguiça. Que eu acho que a pessoa já podia ter aprendido em algum outro lugar pra ter a maturidade pra vir discutir, entendeu?”. Apesar disso, ela retoma esse ponto ao falar sobre o feminismo como um pacto de ajuda mútua entre mulheres, que crescem quando conseguem dialogar e encontrar semelhanças nas suas dores e lutas – por mais diferentes que sejam. Nas suas palavras:

“Você tem que saber que você tá se comprometendo com a irmã entendeu? Que ela sente a mesma coisa que você, que ela pode ser trans, ela pode ser negra, loira e rica. Mas se ela tiver (...) apta e aberta pra entender e evoluir, ela é minha irmã do mesmo jeito. Ela tem o mesmo... ela sente a mesma dor que eu. Independente da minha luta. Ou da dela”.

Já na fala de Eliza, situada como uma mulher branca, a interseccionalidade aparece como uma “novidade” a partir das redes sociais, que possibilitam um primeiro contato com outras realidades que não fazem parte do seu cotidiano. Porém, sua fala também vai ao encontro da enunciação de Paola, quando ela firma seu comprometimento com os feminismos interseccionais a partir desse contato:

“Eu tenho... de um tempo pra cá, não é uma coisa recente não, é uma coisa já mais antiga, de tá entrando no feminismo negro, não entrando, mas tendo contato com realidades que não são minhas, né? Seria, das mulheres trans, do feminismo negro...[...] eu acho que isso é muito importante, a gente não se ater só sobre a nossa realidade. [...] o feminismo não é só o meu feminismo, né? Tem outros, outras mulheres com outras demandas, outras questões aí, que eu acho que tem que ser contempladas. E eu acho que se não fosse a rede social, a gente não teria acesso a isso. [...] A rede social, ela tem essa importância sim. De desnudar outras realidades, né? De fazer a gente enxergar que o mundo vai muito além das nossas... né?”

Nesse sentido, é possível perceber que a vertente interseccional tem um lugar central nos conteúdos feministas compartilhados em redes sociais, e “na proliferação de sujeitos que se identificam com o campo feminista e com os processos de descentramento em meio a esses

feminismos plurais” (Ferreira, 2015, p. 2017), o que reflete nas falas das entrevistadas. A identificação com o feminismo interseccional é base para os discursos produzidos pelas participantes da pesquisa, bem como para as suas práticas feministas – em redes sociais digitais e fora delas.

Nesse sentido, Ferreira (2015) argumenta que, apesar de inspirado nos debates acadêmicos, a noção de interseccionalidade que circula no meio digital produz sentidos a partir de dois lugares-chave: a “articulação entre feminismos, outras pautas de lutas (por exemplo de pessoas trans, do movimento negro, de pessoas com deficiência) e a experiência de sujeitos que ganham corpos e materialidades nesses cenários” (Ferreira, 2015, p. 217). Ou seja, além da visibilidade dada aos movimentos e vertentes feministas, há uma conexão com os sujeitos protagonistas desses movimentos, especialmente pela produção de discursos autorais e narrativas pessoais.

A escrita pessoal nas redes sociais virtuais provoca um outro tipo de narratividade, marcada pelo digital, pela efemeridade, pela escrita de fragmentos, onde o “dizer de si” é forma de inscrição do sujeito no mundo, a partir da escrituração do cotidiano (Dias, 2018). A palavra escrituração (escritura + ção) joga com os sentidos de uma autenticação jurídica, aqui revisitada pelo efeito das postagens nas redes sociais, como o *Facebook*. Essas postagens, organizadas em uma linha do tempo nos perfis das/os usuárias/os de plataformas digitais, atuam como um registro, “uma marca da autenticidade da própria existência do sujeito” (Dias, 2018, p. 157).

Entretanto, a materialidade digital é dispersa, movente, apesar da aparente unidade que a organização de “linhas do tempo” produz. A narratividade produzida cotidianamente nas redes sociais, onde todos os acontecimentos da vida do sujeito são postados, é uma escrita rizomática, que produz um “mosaico de sujeitos e subjetividades” (Dias, 2018, p. 164), inscritas no e pelo meio digital. Por esse motivo, a escrituração do cotidiano é, para Dias (2018), um instrumento político potente, já que fala de uma posição-sujeito marcada pela alteridade das relações estabelecidas nessas redes sociais.

Assim, as redes sociais são um espaço privilegiado tanto na veiculação dessas narrativas, quanto na produção de encontros e conexões cibernéticas, que podem inclusive extrapolar a virtualidade. Nesse sentido, uma das características do meio digital que possibilita a ampla produção e divulgação das várias vertentes feministas pelo ciberespaço é a sua dimensão imaterial – que não o impede de produzir efeitos materiais e políticos -, sobre a qual me debruçarei no próximo tópico.

### 5.3. “Mas o presencial é real, né?": Linguagem, subjetividade e a dimensão imaterial

Se o sujeito é constituído por suas relações, mediadas pela linguagem e pelo outro, as redes sociais assumem hoje uma posição privilegiada nesse processo, ao conectar pessoas pelo meio digital. Assim, a subjetividade dos sujeitos que circulam no ciberespaço é marcada pelas características desse meio e pela discursividade que se produz a partir dele. Circulação, visibilidade e identificação – essas são algumas palavras-chave para entender a maneira como a discursividade digital “determina sentidos, mas também os sujeitos” (Dias, 2018, p. 63).

As plataformas de redes sociais virtuais são portanto um espaço de alteridade e identificação. Alteridade pois provocam o encontro com o outro, a partir do qual o sujeito se constitui. É nesse contato com o outro que o sujeito vai se identificando, se filiando a alguns sentidos e não outros, deixando pistas sobre como ele se subjetiva e sobre sua posição no mundo, a partir da escrituração no digital (Dias & Couto, 2011). Entendendo essas pistas deixadas nas redes sociais, nos *feed* de notícias, nas *timelines*, podemos perceber que “o modo de existir no digital é atravessado pelo estar visível ao outro” (Dias & Couto, 2011, p. 638).

Esse movimento aparece na fala que Kelly, quando ela diz que a rede social funciona como um espelho, de modo que o que é postado e compartilhado nesse espaço reflete quem a pessoa é. Ela traz como exemplo o cenário político e eleitoral brasileiro, dizendo que

“É, porque eu acho que assim, ó, na rede social, é o teu espelho! Eu acho, eu acredito muito que o que tu segue ali, é o que reflete de ti [...] Nessa onda do governo Bolsonaro, isso ficou muito evidente... o que as pessoas pensavam, o que elas tinham como propósito, foi muito, muito evidente. Que elas foram pras redes e colocaram aquilo ali. Né? Tanto quem era Bolsonaro 100% e quem não era também”.

Irei explorar um pouco essa ideia de um perfil-espelho trazida pela entrevistada. Em um primeiro momento, ela destaca a importância da alteridade e da identificação. Isso ressoa a discussão sobre recomendações de perfis e conteúdos pelos algoritmos e a criação de bolhas algorítmicas, uma vez que elas funcionam a partir das preferências de suas/seus usuárias/os. Porém, para além da funcionalidade do algoritmo de recomendação, é necessário o engajamento, a ação de seguir o perfil ou a página, de participar do grupo, de inscrever-se no canal. Assim, Cristiane Dias e Olivia Couto (2011, p. 637) afirmam que “o que mobiliza o ingresso do sujeito nas redes sociais é a alteridade”, ou seja, o contato com o outro.

Desse modo, as relações nas redes sociais digitais se dão via identificação. É marca disso a centralidade de conteúdos feministas que discutem questões do cotidiano - situações pelas quais elas passam ou poderiam passar -, referido por todas as entrevistadas como sendo a

característica mais importante na hora de continuar acompanhando as postagens e participando das discussões nesses espaços.

Outro exemplo de como a identificação perpassa as interações digitais aparece na fala de Kelly: “tenho também no *Instagram* algumas pessoas que... que pensam dessa forma como eu penso daí acabo seguindo né?”. E também na fala de Denise: “Eu, acho que eu curto tudo que foram aparecendo, sabe? E aí quando passa, quando eu vejo algum assunto relacionado ao feminismo que me interessa, eu acabo vendo a página que postou. Então consequentemente eu acabo curtindo, né?”.

A lógica do digital, atravessada pela visibilidade, também produz uma marca na maneira como os discursos digitais são produzidos – especialmente na formulação de conteúdos criados para a reprodução. Assim, as circunstâncias de enunciação do digital deslocam a ênfase do momento da criação dos conteúdos para o da sua circulação. A fala de Paola coloca os efeitos dessa diferença: “Aí fica circulando naquela bolha só pelo *close*. E isso me irrita muito na Internet. É o *close* do *like*, igual aquela (...) que a pessoa vai lacrar pelo *like*, e a foto pelo *like*, e isso me irritava muito!”.

Isso remete a algumas discussões levantadas por Banet-Weiser (2018), sobre um "feminismo popular", mais visível e acessível, propagado através de diferentes plataformas midiáticas. Para a autora, há um significado político importante em levar discussões feministas para um público maior; porém, muitas vezes, os discursos que são tornados mais visíveis são aqueles que se articulam a uma concepção normativa (como valorização da feminilidade, e um feminismo branco, cisgênero, de classe média, e heteronormativo). Estudos que propõem uma leitura crítica da mídia, a partir de um olhar feminista e antirracista, ressaltam a importância de uma “política de visibilidade”, como um processo de tornar visível categorias historicamente marginalizadas, buscando uma mudança social, no sentido de mostrar como diferentes práticas (por exemplo, de gênero e sexualidade) são valoradas e reconhecidas em termos sociais, políticos e culturais.

Porém, no contexto capitalista contemporâneo, embora as políticas de visibilidade continuem relevantes, há um destaque para uma “economia de visibilidade”, onde o foco não é a justiça social e o objetivo passa a ser apenas produzir mais visibilidade (Banet-Weiser, 2018). Assim, enquanto afirma que visibilidade de fato importa, há uma crítica a comodificação do feminismo, sustentado em um “mercado para o empoderamento<sup>10</sup>” (Banet-Weiser, 2005, p. 9, tradução minha). Nesse sentido, o feminismo que se destaca na TV, em filmes, propagandas e

---

<sup>10</sup> No original: “Market for empowerment”.

redes sociais, muitas vezes termina em si mesmo, como se ter maior representatividade de gênero e raça fosse o suficiente para mudar as estruturas patriarcais.

No entanto, as falas das entrevistadas também trazem um contraponto à lógica de economia de visibilidades, ao retomarem a interseccionalidade nos conteúdos que consomem pelas redes sociais. Aparecem questões de raça, classe e padrões estéticos, a partir do feminismo negro, feminismo trans e movimentos anti-gordofobia, trazendo pautas que provocam rupturas no modelo normativo. Isso não significa que não exista um modelo de feminismo que seja mais visibilizado na mídia (o que inclui a Internet e as redes sociais, mas também a mídia *mainstream*), mas demonstra a potência dos feminismos digitais – e sua possível diferença com os feminismos midiáticos de que fala Benet-Weiser.

Assim, a circulação de conteúdos feministas nas redes sociais é marcada pelas características do digital, que proporcionam um espaço para escrituras do cotidiano, por relatos pessoais, pelas trocas em grupos e pela organização de pessoas em coletivos virtuais. A visibilidade no ambiente digital, diferente de outras mídias, é fruto da circulação própria desse meio, como argumenta Dias (2018, p. 34):

“Tomando os discursos em geral, a afirmação de que o que sustenta a formulação dos dizeres no digital é a sua própria circulação se refere a esse aqui e agora da própria circulação que, no digital, não se separa da circunstância da enunciação”.

Assim, a circulação retoma e atualiza os discursos em cada compartilhamento, de modo que o texto só é acontecimento quando e enquanto circula - pelos *feeds* e *timelines*, pelas “recordações” re-postadas no *Facebook*, pelos *retweets*, pela marcação de perfis em publicações e *storys*. O compartilhamento inclui a viralização, as *hashtags*, os memes, os textões, mas também, o percurso, a espera, a chegada – de reações, de afetos, de novas escrituras (Dias, 2018).

Essas novas formas de escritura – digitar, teclar, postar – produzem diferentes sentidos e relações com a linguagem, a escrita e o conhecimento, provocando “efeitos nos modos de existência dos sujeitos” e ainda “formas distintas de subjetivação pelo digital” (Dias, 2018, p. 158). O ato de postar prevê o “postar *para* alguém”, no sentido de que a postagem precisa circular para cumprir sua eficácia tecnológica. Quando um conteúdo viraliza, atesta a lógica da circulação, mas não necessariamente a historização do sentido, uma vez que é necessário contextualizar as condições de produção – e, em se tratando do digital, de replicação – das postagens, para entender a ideologia e a política que marcam o texto (Orlandi, 2007).

Quais os sentidos que se ligam à essa discursividade digital, que se produz ao circular? Para explorar essa questão, é necessário contextualizar como a tecnologia significa na sociedade

contemporânea, buscando entender como ela subjetiva os sujeitos históricos que são constituídos, como afirmam Dias e Couto (2011, p. 632), “no confronto dos saberes, na contradição dos acontecimentos, no caso, o acontecimento das novas tecnologias digitais”.

Sobre essa discussão, Dias (2018) diferencia a forma empírica da tecnologia – aquela que corresponde à realidade digital, os objetos que usamos no nosso dia a dia, como os *smartphones* e outros dispositivos digitais -, e sua forma material. A forma material do digital possibilita a compreensão dos processos de produção de sentidos, que se constituem na relação entre a memória, sujeito, história e ideologia. Não se trata apenas da funcionalidade dos objetos digitais que usamos em nosso cotidiano – sua forma empírica -, “mas pelos discursos que os significam” (Dias, 2018, p. 40) politicamente. As redes sociais não significam apenas como ferramentas para se conectar com pessoas, por exemplo, mas também, como apontam as falas das entrevistadas, por discursos que as colocam como lugares de acesso à informação, de inclusão digital, de atualização, de política, e também como espaços relacionados a *status* e aparências - quando as postagens são feitas apenas pelos *likes*.

Ainda assim, quando se pensa no imaginário acerca das tecnologias digitais, há uma filiação aos discursos de inovação, futuro, avanço tecnológico, novo, que produzem os sentidos da tecnologia como o sucesso, um lugar sem falhas (Dias & Couto, 2011). São formações discursivas que representam efeitos ideológicos e políticos (Orlandi, 2007), marcados pela completude da máquina e a incompletude do sujeito.

Partindo do conceito de falha conforme Orlandi (1999 como citado em Dias, 2018), como o lugar do possível, de onde surgirá o sentido, podemos pensar que a ideia de uma máquina sem falhas coloca o sujeito “na relação com algo da ordem da completude, da onipotência, da totalização, ou seja, na relação com seu próprio fim” (Dias, 2018, p. 75). Porém, Dias (2018) também destaca que é atributo do sujeito lidar com a falha que o constitui, em um movimento de repará-la. É nesse movimento e nesta contradição, inerente à relação entre humano e máquina, que o sujeito irá significar, criar brechas, produzir sentidos.

Na busca para reparar aquilo que lhe falta, a partir da aparente completude tecnológica, acreditamos encontrar nesse Outro – o digital – uma verdade sobre nós (Dias, 2018). É nesse contexto que a fala de Kelly sobre um perfil-espelho também representa esse elo entre sujeito e máquina, apontando que, na sociedade contemporânea e digital, a resposta para a pergunta “quem sou eu” é “sou os dados que forneço” (Dias, 2018, p. 75). Isso produz sujeitos que devem fazer-se visíveis a todo momento, provocando efeitos na subjetividade e no modo como eles organizam suas vidas na relação com o digital.

Nesse sentido, cada vez mais, a gestão da vida passa pelas ferramentas e conteúdos que

circulam no digital (Dias, 2018). O digital organiza a vida afetiva e social, com aplicativos para relacionamentos e interações que passam pelas redes sociais virtuais, mas também a nossa mobilidade e trajetória pela cidade, a partir de aplicativos com sistemas de GPS que “decidem” qual rota devemos seguir. A vida política também passa pelos discursos digitais, seja em redes sociais – como a fala de Kelly nos lembra -, seja por discussões em *blogs*, revistas e jornais *on-line* aos quais os sujeitos recorrem para se manter informados e atualizados.

Porém, mais do que isso, o uso cotidiano dos sistemas lógicos digitais também organiza o tempo e a memória, modificando a relação com nossa própria história, uma vez que “A lembrança e o esquecimento são corporeidades significantes, fragmentos de formulações da memória, vestígios da inscrição histórica do sujeito” (Dias, 2018, p. 63).

Diferente da memória humana, a memória digital é constituída pelo arquivo, pelo acúmulo de dados, e não pelo esquecimento. É o que Orlandi (2006) chama de “memória metálica”, produzida pela máquina, que “funciona como se fosse uma memória, quando na verdade [...] é o dizer repetidamente re-atualizado” (Orlandi, 2006, pp. 26-27). É portanto na relação do sujeito com a máquina, com o imaginário de uma memória infalível, totalizante e sempre disponível para ser acessada, que se produzem os efeitos materializados na forma de lembrar ou esquecer.

Um exemplo de como o digital organiza a memória é pela função de lembranças existente no *Facebook* e no Google Fotos. No *Facebook*, a retrospectiva aparece na caixa de notificações, com os dizeres “Você tem lembranças para recordar hoje”. Algumas plataformas de redes sociais e aplicativos também disponibilizam os “melhores momentos”, que organizam fotos e postagens a partir da sua ordenação algorítmica – geralmente pelas postagens que proporcionaram mais engajamento, traduzido em curtidas e comentários. Isso impõe “uma relação com a memória que é da ordem do dado” (Dias, 2018, p. 162), da repetição, do estabelecido e ensimesmado. Assim, como afirma Dias (2018, p. 163), “se olharmos para a linha do tempo do *Facebook*, temos essa ilusão de totalidade, de organização da vida do sujeito”.

Dessa forma, podemos entender a fala de Kelly, sobre um perfil-espelho, que reflete a completude da identidade de um sujeito, a partir da ideia totalizante do digital. Como deslocar essa estabilidade totalizante? A própria entrevistada traz uma alternativa, ao dizer que “Na verdade eu não compartilho, eu não gosto de compartilhar, que fica visível na minha rede, não. Eu gosto de interagir ali na página... eu gosto de interagir ali na página mesmo. Não gosto de compartilhar”.

Essa fala traz algo que escapa à ilusão de totalidade digital, inscrevendo o sujeito nesse

espaço des-organizado, criado por sua escrituração. Há uma parte que não se encontra no digital, onde escolhemos qual a imagem queremos passar, quais conteúdos e experiências cotidianas queremos compartilhar com os outros. Quando Kelly diz que prefere interagir ao compartilhar, está evidenciando o espaço para a criação dos sentidos, para a relação, para a alteridade, pois é através dos comentários que pode estabelecer-se o conflito e a troca. É a partir das interações nas redes sociais virtuais que Kelly se inscreve na materialidade do digital, que produz sentidos outros – ao digital e ao conteúdo que circula -, pois “os sentidos só podem ser compreendidos nas suas relações” (Dias, 2018, p. 164).

A ideia de um perfil-espelho não é a única que traz pistas sobre os processos de subjetivação que passam pela discursividade do digital. Outras falas – e escolhas de palavras - das entrevistadas também marcam essa relação. Em especial, discutirei duas delas, uma de Eliza e uma de Paola, que representam os limites e também o entrelaçamento do digital com o material.

O primeiro exemplo é de Eliza. Ao falar sobre ter discussões feministas com pessoas conservadoras que não estão dispostas a rever suas opiniões, Eliza diz: “Eu não vou ficar gastando saliva com esse tipo de pessoa. Então a gente simplesmente... *deleta* da vida e vai, ou se não puder deletar da vida, ignora, coloca no *mute*, e vai viver!”.

Para entender como as palavras escolhidas produzem o sentido do texto, que refletem na constituição do sujeito - marcado pela ideologia e pela política -, lanço mão do efeito metafórico como procedimento analítico. Segundo Orlandi (2007), esse é o procedimento de provocar deslizos no discurso, criando um lugar para a interpretação e a historicidade. Assim, pode-se trocar “deletar” por “eliminar” ou “excluir”, enquanto “colocar no *mute*”, pode ser transformado para “silenciar”. Porém, a palavra “*mute*”, sem tradução oficial no dicionário de português, no contexto dessa frase, não se refere a “fazer calar”, mas a “deixar de ouvir”.

Dessa forma, só é possível deletar ou colocar alguém no *mute* a partir das interações digitais, onde escolhemos quais postagens queremos que apareçam no nosso *feed*, e com que pessoas trocamos mensagens. A diferença entre as palavras escolhidas pela entrevistada e as outras possibilidades de enunciação, mostra que “deletar” e “colocar no *mute*” se traduzem em ações que tem funcionalidade e ligação direta com ferramentas digitais que podem ser usadas nas redes sociais que ela utiliza. Apesar disso, sua fala se refere justamente à transposição da militância feminista para fora das telas virtuais.

Isso demonstra a maneira como o digital se capilariza nas subjetividades, produzindo relações híbridas entre sujeito e máquina. Nesse sentido, o modo como a pessoa vê o mundo se modifica com o uso das tecnologias, na maneira como se porta, como faz uso das “bolhas



algorítmicas” fora do espaço digital, como escolhe se engajar ou não nas discussões, como utiliza e integra a linguagem digital nas práticas sociais, produzindo efeitos materiais no seu cotidiano.

Ainda com relação à linguagem digital, Paiva (2015) afirma que as interações mediadas pela tecnologia fazem emergir novos comportamentos discursivos, influenciando tanto a leitura e escrita quanto a forma como falamos. Termos que ganham destaque e passam a ser reproduzidos em redes sociais digitais se transformam em bordões e migram para a comunicação cotidiana, produzindo novas práticas comunicacionais (Kilyeni, 2015). Nesse cenário, Reed (2014, p. 2, tradução minha) destaca que as redes sociais têm um papel central para a transformação do nosso vocabulário, uma vez que

“a linguagem que usamos para nos comunicar uns com os outros tende a ser mais maleável do que a escrita formal, a combinação desse aspecto informal, de comunicações pessoais e de uma plateia de massa proporcionada pelas mídias sociais é uma receita para mudanças rápidas”<sup>11</sup>.

Dentre as modificações causadas pelo digital na linguagem, Reed (2014) cita tanto a introdução de novas palavras, acronismos e abreviações, quanto a ressignificação de palavras antigas. A partir disso, é possível pensar como exemplo a criação de palavras, como “*selfie*” (fotografia que alguém tira de si mesmo, que se popularizou entre as postagens de redes sociais) e o verbo “*tuitar*” (como o ato da postagem na rede *Twitter*). Ainda, se antes as palavras “*amigos*”, “*curtir*”, “*seguir*”, “*status*”, “*página*” e “*perfil*” expressavam ações e relações materiais, com a popularização de plataformas de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, seu significado passa agora pelo digital, estando vinculadas a interações que acontecem no ciberespaço.

Essa transformação também se dá em outros ambientes digitais, além das redes sociais, com a modificação da linguagem para facilitar e agilizar o processo de escrita, bem como para traduzir o tom da mensagem. São exemplos os símbolos criados a partir de pontuações para significar emoções (os famosos emoticons), a abreviação de palavras, e a criação de novas expressões e comportamentos a partir da linguagem digital, onde siglas como SQN (“só que não”, para representar um comentário de cunho sarcástico) e mesmo termos em inglês, como LOL<sup>12</sup> (para expressar que algo foi muito engraçado) e TBT<sup>13</sup> (expressão utilizada quando usuárias/os das redes sociais postam momentos do passado em suas *timelines*, usualmente nas

<sup>11</sup> No original: “the language we use to communicate with each other tends to be more malleable than formal writing, the combination of informal, personal communication and the mass audience afforded by social media is a recipe for rapid change.”

<sup>12</sup> Do inglês “Laughing Out Loud”, traduzido como “Rindo alto”.

<sup>13</sup> Do inglês “Throwback Thursday”, traduzido como “Retorno/revisita de quinta-feira”.

quintas-feiras) são criados e circulam, produzindo formas de estar no mundo, de fazer-se visível, de se relacionar com os outros.

Assim, não é apenas a linguagem que se modifica com as tecnologias digitais, mas também os comportamentos e as interações sociais. Como aponta Reed (2014, p. 7, tradução minha):

“Síntaxe à parte, a mídia social também gerou uma revolução mais sutil na forma como nos comunicamos. Compartilhamos mais informações pessoais, mas também nos comunicamos com públicos maiores. Nossos estilos de comunicação consequentemente se tornam mais informais e mais abertos, e isso se infiltra em outras áreas da vida e da cultura. Ao escrever nas redes sociais, também somos mais sucintos, chegamos ao ponto mais rápido, operamos dentro das restrições criativas de 140 caracteres no *Twitter* ou aspiramos à brevidade com os *blogs*.<sup>14</sup>”

Dessa forma, quando Eliza incorpora palavras que têm um significado específico dentro das plataformas digitais para falar sobre relações pessoais que acontecem fora do ciberespaço, ela ressalta o entrelaçamento entre o digital e o material. Entretanto, essa relação não acontece sem tensões e limitações, o que fica mais evidente na linguagem que Paola usa para descrever o que ela chama de um feminismo virtual, bem como a sua relação com essa virtualidade proporcionada pelas novas tecnologias:

“Eu acho que as discussões... eu até discuto virtualmente, mas às vezes eu prefiro evitar, porque às vezes as pessoas não têm muita profundidade, fica muito supérfluo ou no *"like"*. É, e às vezes eu acho que perde um pouco, sabe? Então eu acho que é mais fácil se comunicar por aí e sempre estar olho a olho. Todas as reuniões é sempre... (...) presenciais assim. Eu até acho que funciona, *mas o presencial é real, né?* Assim, nas discussões. Eu acho que é isso.”

A partir dessa fala, é possível explorar qual a posição material (o “real”, segundo a entrevistada) que interpele os sujeitos – nesse caso, aquelas/es que circulam no digital -, e quais os efeitos de sentidos que essa forma de dizer produz (Orlandi, 2007). Para isso, faço uso de um conceito chave para a análise do discurso, o não-dito. Segundo Orlandi (2007, p. 82), “Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de ‘x’”.

Nesse caso, o não dito que sustenta a sentença “o presencial é real”, é que “o virtual não é real”. Ou seja, o “mas” funciona como um conectivo que indica oposição entre duas orações, sendo que uma delas está presente somente por elipse: “[o virtual não é real], mas o presencial

---

<sup>14</sup> No original: “Syntax aside, social media has also prompted a more subtle revolution in the way we communicate. We share more personal information, but also communicate with larger audiences. Our communication styles consequently become more informal and more open, and this seeps into other areas of life and culture. When writing on social media, we are also more succinct, get to the point quicker, operate within the creative constraints of 140 characters on Twitter, or aspire to brevity with blogs.”

é [real]”. Assim, para a entrevistada, digital não é completude, pois lhe falta algo, que só existe no presencial, fora do ciberespaço, que é justamente o real.

Com isso, ela retoma o real-material do sujeito, o “olho a olho”, e o coloca em contraposição à virtualidade do digital. Há nessa proposição um deslize do sentido do digital conforme o seu vínculo imaginário com o sucesso, como um lugar sem falhas. É essa forma de olhar para o digital que proporciona a brecha, provoca fissuras, coloca em relação o real do sujeito (incompleto, contraditório, descontínuo, disperso) e o imaginário da máquina (unidade, completude, coerência). Esse movimento é importante pois é justamente na “articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona” (Orlandi, 2007, p. 74).

Segundo Dias (2018), a visão da tecnologia como o ideário de sucesso produz o apagamento do sujeito e da história. Apaga o sujeito quando supõe que a tecnologia é uma entidade autônoma, que pode se reproduzir sem interferência humana. Apaga a história quando é exaltada como o resultado máximo de desenvolvimento, sem contextualizar que sua produção só foi possível a partir do processo histórico que começou muito antes da sua formulação. Nesse sentido, o movimento de deslocar a noção de tecnologia de um lugar imaginário é condição para a produção de sentidos, uma vez que é apenas no lugar da falha que existe a possibilidade de significar, de produzir leituras, de historicizar a tecnologia, mostrando que ela é produzida e significada pelos sujeitos (Dias, 2018).

No entanto, é preciso olhar quais os outros sentidos – para além da tecnologia como um lugar de falha significativa – que essa diferenciação entre real e virtual provoca. Paola não apenas contrapõe esses conceitos, mas os coloca hierarquicamente em uma relação de preferência, marcando um posicionamento político. Sua fala, assim como qualquer discurso, se filia a redes de sentidos, que são determinadas através da ideologia, na relação da língua com a história, e também nas suas experiências simbólicas (Orlandi, 2007). Nesse caso, a ideia de contraposição entre real e virtual não aparece somente na frase analisada, mas ao longo da entrevista, como no trecho a seguir:

“Então assim, a gente, era um feminismo mais na *prática* do que *virtual*. Não tinha muitas *discussões*, mas era uma *rede de apoio*. Pelo menos na periferia funciona dessa maneira. O feminismo é muito mais *real*, *vivido* do que *falado*, do que *idealizado*, né? Existe umas outras formas de acontecer”.

Com essa fala, a entrevistada marca a distância entre real e virtual, mas também traz novos elementos que ajudam a interpretar seu discurso. Quando opõe o real e vivido ao falado e idealizado – referentes a sua fala sobre o “real” e “virtual” -, está apontando que o feminismo

virtual não alcança a prática, que fica apenas na teoria, sem conseguir produzir efeitos materiais e políticos na vida dos sujeitos. Traz ainda a demarcação da periferia, como um lugar onde “existem outras formas de acontecer”, em contraposição a feminismos associados a outros espaços, como a academia e o ciberespaço. Por isso, para ela, embora possam acontecer discussões nas redes sociais, para que elas produzam efeito, é preciso que saiam do ambiente digital.

Essa separação entre o virtual e a prática aparece também na fala de Eliza:

“eu acho que a grande sacada agora é a gente transpor essa militância virtual pro dia a dia mesmo, né? Porque, se não, se perde [...] E presenciar isso na prática é diferente né? Sair do virtual e experimentar isso na prática é diferente.”

Ao traçar uma dicotomia entre o real e virtual, essas falas apagam a materialidade do digital, esquecendo<sup>15</sup> que existem outras possibilidades de enxergá-lo. Uma outra perspectiva seria olhar para a maneira como as categorias levantadas pelas entrevistadas – a prática, o virtual, as discussões, o discurso, o vivido e experienciado – se entrecruzam no digital. Desse ponto de vista, tanto o real quanto o virtual fazem parte de uma compreensão ampliada do/sobre o digital, que deixa de ser apenas um suporte tecnológico para a rede mundial de computadores e para a circulação de conteúdos, e passa a ser visto como lugar de subjetivação, de produção de afetos e de sentidos - sobre si e o mundo (Dias, 2018).

Enquanto o termo virtual representa uma potência ainda não expressa, as relações sociais, políticas e econômicas que acontecem no digital fazem parte da realidade e produzem efeitos reais. Por isso, Quintarelli (2019a) propõe o uso dos termos “dimensão material” e “dimensão imaterial” para falar sobre as tecnologias digitais e as diferenciar de outras ferramentas. Essas categorias não são análogas ao real e virtual, uma vez que “tudo que é real pode ser tanto material quanto imaterial (Quintarelli, 2019b, p. 27). Segundo o autor,

“toda atividade humana anteriormente baseada em instrumentos e relações materiais é de certo modo tocada pela imaterialidade. Exceto em alguns casos de total substituição de atividade material anterior por sua nova modalidade intangível, em geral o imaterial não exclui o material mas o integra, suplementa-o da mesma maneira que o comprimento não é uma alternativa à largura, mas a suplementa” (Quintarelli, 2019a, p.14).

A mudança de nomeação não é apenas uma questão linguística, pois traz na escolha das palavras um outro sentido ao digital, bem como uma nova forma de se relacionar com ele e

---

<sup>15</sup> Trata-se do esquecimento número dois, formulado por Pêcheux (1975, como citado em Orlandi, 2007), que constitui o esquecimento enunciativo. Segundo Orlandi (2007, p. 35), “Este ‘esquecimento’ produz em nós a impressão da realidade do pensamento”. Por essa ilusão referencial pensamos que o que dizemos só pode ser dito daquela forma, esquecendo que existem outras maneiras de dizer e, portanto, de significar.

experimentá-lo. Esse é o aspecto ideológico e político da linguagem, materializada no discurso (Orlandi, 2007). Para refletir sobre como as tecnologias digitais proporcionam um novo campo de atuação feminista, é necessário olhar para os efeitos e propriedades que a incorporação de uma outra dimensão da realidade produz.

Em um primeiro momento, a imaterialidade provoca uma ruptura nos sentidos das palavras, que perdem seus significados (aparentemente) originais e precisos (Quintarelli, 2019b). Isso acontece pois o imaterial não tem as mesmas propriedades que caracterizam sua contraparte física, criando novos formatos e categorias. Se antes um livro era um objeto físico com características próprias – poderia ser emprestado, doado ou dado de presente -, hoje ele “é um arquivo em um dispositivo” (Quintarelli, 2019b, p.34). Isso vai ao encontro e expande a discussão sobre as transformações da linguagem e dos comportamentos discursivos a partir da cultura digital.

Segundo Quintarelli (2019b), há um novo conjunto de princípios básicos que opera a partir da dimensão imaterial. Como essa dimensão é cada vez mais presente no nosso cotidiano, essas regras precisam ser aprendidas por todas/os, especialmente por aquelas pessoas que não cresceram rodeados pelas tecnologias digitais. Para explicar algumas diferenças entre a dimensão material tradicional e a imaterial do digital, o autor se volta para a produção, reprodução, armazenamento e conectividade de cada uma (Quintarelli, 2019b).

Assim, na dimensão material, Quintarelli (2019b) sustenta que os custos econômicos e ambientais para produção, reprodução e armazenamento dos objetos são significativos, em decorrência de seus aspectos físicos. Enquanto isso, na dimensão imaterial, produzir também custa caro (embora necessite de uma logística mais simplificada, normalmente demandando apenas o trabalho de um programador), mas os custos com a reprodução, armazenamento e transferência são praticamente nulos.

Isso acontece, pois a conectividade é uma característica intrínseca à dimensão imaterial. Enquanto os objetos e produtos materiais requerem tempo e espaço para existir, na dimensão imaterial, o mundo todo é um único aqui-e-agora. Isso significa dizer que o acesso a essa realidade é instantâneo, pode ser acessado a qualquer momento – basta ter um dispositivo tecnológico à disposição - e possibilita o *feedback* em tempo real, a customização e a adaptação dos dados (Quintarelli, 2019b).

São essas características da dimensão imaterial que fazem dela um espaço tão propício para a divulgação de feminismos interseccionais, por exemplo – uma vez que não é necessário um alto capital financeiro para criar e compartilhar os conteúdos. As interações nas redes sociais digitais também agilizam ainda mais a análise dos *feedbacks* e dos efeitos que os conteúdos

provocaram em outras/os usuárias/os, impactando na re-formulação dos argumentos e mesmo nas temáticas levantadas.

Trazendo o aporte da análise do discurso, Dias (2018) irá complexificar a discussão levantada por Quintarelli, afirmando que há uma materialidade no digital (dimensão imaterial), que se expressa no discurso. A autora chama a atenção para “a incidência da discursividade digital, que irrompe na textualidade das postagens em redes sociais digitais, em publicações *online*, mas também no espaço urbano, em cartazes, *outdoors* e publicidades em geral” (Dias, 2018, p. 188).

Nesse sentido, a discursividade do digital transborda das telas e do ciberespaço. A *hashtag* (#), por exemplo, criada como uma ferramenta de categorização dos *tweets* – e posteriormente incorporada em outras plataformas de redes sociais, como *Instagram* e *Facebook* -, alcançou a língua falada. Hoje, tanto a palavra quanto o gesto – onde quatro dedos se cruzam para formar o símbolo com a mão – se difundiram na cultura popular, e podem ser encontrados em camisetas, cartões e mesmo em diálogos entre personagens no cinema ou séries de TV (Reed, 2014; Paiva, 2015). Além disso, ela também aparece escrita em cartazes em mobilizações políticas e protestos na rua. Nesse caso, a *hashtag* marca que esse é um “Dizer em circulação pelo digital, mas não ‘no’ digital” (Dias, 2018, p. 190).

Assim, o digital e o urbano também se conectam, produzindo uma mobilidade pelo espaço que acontece entre eles, onde a conectividade<sup>16</sup> atua como “um princípio de organização espacial, da vida pública e das relações entre os sujeitos” (Dias, 2018, p.131). Isso produz um entrelaçamento entre os espaços urbanos e o ciberespaço, pois o sujeito, cada vez mais conectado por tecnologias móveis, se movimenta pela cidade ao mesmo tempo em que navega pelo digital, produzindo outras formas de estar no mundo (Albuquerque, Hennigen & Fonseca, 2018). Dessa forma, o eletrônico organiza os lugares da cidade e a circulação dos sujeitos por esses espaços, produzindo efeitos materiais na forma de habitá-los (Dias, 2011).

Dois exemplos de como o político se conecta à cena urbana são as campanhas “Chega de Fiu Fiu” e #Vamos Juntas. A primeira, lançada em 2013, teve como objetivo mapear pontos das cidades brasileiras com maior risco de assédio às mulheres, produzindo um debate sobre o direito ao espaço público. A partir de relatos de mulheres que sofreram algum tipo de violência ou intimidação nas ruas, foi lançado em 2014 um mapa interativo, com os pontos de maior incidência de assédio.

---

<sup>16</sup> Esse termo se refere a cidade como um espaço digital, onde a mobilidade é produzida a partir de dispositivos conectados uns aos outros. Segundo Dias (2018, p. 119, grifos da autora), “A cidade contemporânea formada por redes de conectividade é a *conectividade*”.

Já o movimento #Vamos Juntas surgiu em 2015, como um convite lançado pela jornalista Babi Souza em seu perfil na rede *Facebook*, para que mulheres, ao andarem nas ruas, passassem a oferecer companhia umas às outras, mesmo sendo desconhecidas. Por meio da *hashtag* #VamosJuntas, mulheres de todo o país compartilharam relatos nas redes sociais digitais, contando sobre as experiências de oferecer companhia a outras mulheres nas ruas.

São iniciativas que extrapolam a esfera virtual, produzindo efeitos materiais nos modos de enxergar e experienciar as cidades, ressignificando-as como lugar de convivência e solidariedade, em uma rede atravessada pelo digital, “capaz de produzir na cidade outros sentidos possíveis” (Dias, 2018, p. 134). Assim, a espessura discursiva do digital se estende nas ruas, nas praças, em locais públicos, em *sites*, aplicativos e redes sociais digitais, em manifestações que deslocam o sentido de mobilidade, pelo duplo movimento entre digital e urbano: passagens para uma re-organização do espaço, em que fluxos digitais e urbanos se conectam.

É a partir dessa conexão que Débora Leitão e Laura Gomes (2017) vão pensar as mídias digitais enquanto ambientes, entendendo que cada rede social tem características próprias que vão influenciar o modo como as pessoas transitam por elas, “em decorrência do que seu ambiente propicia, e dos modos de usos e engajamentos que elas engendram” (Leitão & Gomes, 2017, p. 45). O ritmo rápido das postagens na rede social *Twitter*, por exemplo, lembram as ruas movimentadas e caóticas das grandes metrópoles, enquanto ambientes como *Facebook* “se caracterizam pelos trânsitos mais estreitos *on/off*” (Leitão & Gomes, 2017, p. 53), seguindo o fluxo de sociabilidades já existentes fora do ciberespaço. A geolocalização também é um ponto importante para algumas plataformas de redes sociais digitais, como o *Facebook* e aplicativos de relacionamentos como *Tinder* e *Grindr*, que utilizam funcionalidades como ferramenta de *check-in*, a busca de parceiras/os em áreas próximas e a marcação automática de lugares em fotografias e postagens.

No entanto, as autoras destacam que os ambientes digitais produzem condições de possibilidades e não determinações, uma vez que as/os usuárias/os podem sempre se apropriar dessas ferramentas e transformar seus usos, para além daquilo que a plataforma estabelece (Leitão & Gomes, 2017). Isso aparece nas falas das entrevistadas pois, como vimos, a forma como cada uma utiliza as redes digitais, apesar de possuir semelhanças, é diferente. Assim, cada uma traça seu mapa a partir das suas andanças pelo ciberespaço, deixando as suas pegadas (digitais) por onde passam.

A escolha por compartilhar ou não os conteúdos, interagir ou não nos grupos, acompanhar e seguir páginas e perfis apenas de pessoas conhecidas fora do ambiente virtual ou

não, não são indiferentes aos sentidos que essas formas de sociabilidade produz na movimentação entre postagens digitais. Quando Paola afirma que prefere seguir e participar apenas de grupos locais, para além de atestar a coincidência entre espaços geográficos e perambulações digitais, está produzindo um sentido para as relações e interações que acontecem no ciberespaço. Para ela, as redes sociais digitais são sobretudo ferramentas (de mobilização política, na organização de campanhas e de ações práticas<sup>17</sup>), mais do que lugar de subjetivação e afetos.

Assim, o digital produz outras formas de experienciar a cidade e mesmo as relações interpessoais, uma vez que proporciona plataformas onde podem surgir novos encontros – na criação de iniciativas digitais de ocupação do urbano, entre pessoas conhecidas e desconhecidas, entre a tecnologia e a rua, entre o político, o sujeito e a sociedade. Assim, geram relações que vão além do ambiente digital, produzindo encontros dentro e fora desse espaço. É aí que surge sua potência: na promoção de encontros entre mulheres e das mulheres com o feminismo. É desse encontro que vou falar no próximo capítulo.

---

<sup>17</sup> O uso das redes sociais digitais como ferramentas políticas, tanto na organização de campanhas, marchas e atos políticos, quanto de ações locais de solidariedade entre mulheres, será abordando com mais profundidade no capítulo sobre identidades e práticas feministas.



## 6. Maternidade e feminismos

### 6.1. “A partir do momento que você é mãe, o buraco já fica um pouco mais embaixo”: A maternidade como porta de entrada para o feminismo

Para as quatro entrevistadas que são mães, a maternidade aparece como um tema central em suas falas, atuando como a porta de entrada para discussões feministas – dentro e fora das redes sociais digitais. É a partir dessa experiência que elas passam a perceber o machismo, seja pela posição social que as mães ocupam na sociedade, pelos preconceitos que suas filhas enfrentam, seja pela participação em grupos de mães ou pelos debates feministas que suas filhas trazem para dentro de casa. As entrevistadas relatam que é com a maternidade que surge a preocupação e o comprometimento com uma educação não machista, bem como a busca e a importância de uma rede de apoio entre mulheres mães, que será encontrada também nas redes sociais.

Dessa forma, a Internet e as redes sociais são espaços férteis para discussões sobre maternidade, para trocas e relatos pessoais, narrativas do cotidiano, debates de mulheres em torno de suas experiências, e mesmo para o “empoderamento cidadão e ativismos, nos contextos individuais ou dos movimentos sociais” (Senlle, 2020, p. 56). Buscando entender as falas das entrevistadas e suas particularidades, é importante olhar para as relações entre o movimento feminista e a temática da maternidade, bem como para a criação de um feminismo matricêntrico, como proposto por Andrea O’reilly (2019).

Lucila Scavone (2001) identifica três momentos do debate feminista sobre maternidade, partindo da segunda onda, no final dos anos 1960. Cabe atentar-se para o caráter ainda conservador do movimento na primeira onda, uma vez que as mulheres não questionavam a estrutura patriarcal que sustentava as opressões experienciadas por elas. Ana Costa (2005) assinala que não havia um questionamento quanto aos papéis de gênero, que eram inclusive reforçados e utilizados como justificativa para suas lutas. As mulheres aceitavam o fundamento das diferenças sexuais e assumiam o seu papel na “família tradicional”, mas o negavam como argumento para discriminação perante a lei (Molyneux, 2003, como citado em Costa, 2005, p. 13).

Porém, segundo Scavone (2001), o contexto pós segunda guerra mundial dos anos 1960 é marcado por uma acelerada industrialização, pela inserção das mulheres no mercado de trabalho e pela contracepção medicalizada com a pílula contraceptiva, elementos que contribuíram para a politização das questões privadas que eclodiram com o feminismo de

segunda onda. Ainda segundo a autora:

“Um dos elementos radicais desta politização relacionava-se à maternidade, isto é, refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino” (Scavone, 2001, p. 138).

Nesse primeiro momento, a maternidade foi reconhecida como um *handicap* (defeito natural) por muitas feministas, e a reprodução biológica – gestação, parto, amamentação - e posteriormente os cuidados com as crianças, foram vistos como a chave para entender a ausência das mulheres nos espaços públicos, confinando-as à casa e à maternidade (Scavone, 2001). O caminho para a subverter a dominação masculina seria então a recusa à maternidade, o que possibilitaria às mulheres explorarem outras identidades além da materna, imposta pelo patriarcado. O movimento feminista reivindica “o direito à livre escolha da maternidade”, onde as mulheres poderiam decidir quando e se queriam ser mães (Scavone, 2001, p. 139).

Já em um segundo momento, o movimento resgata a experiência da maternidade, tanto como uma parte da identidade das mulheres quanto objeto de poder feminino. Assim, esse momento é marcado pela negação do *handicap*, e “a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam” (Scavone, 2001, p. 140). Para Scavone (2001), essa abordagem pertence à corrente do feminismo diferencialista, que pauta suas lutas pela afirmação das diferenças e de uma valorização da identidade feminina, ainda ligada a um essencialismo biológico. Quando pensamos em estudos feministas sobre a maternidade, essa corrente se relaciona com o discurso maternalista<sup>18</sup>.

Entretanto, o terceiro momento identificado por Scavone (2001, p. 141) irá questionar essa abordagem, pois é quando ocorre o que a autora denomina de “desconstrução do *handicap* natural”. É nesse momento que se forma um entendimento da maternidade enquanto uma construção social e histórica, uma vez que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (Scavone, 2001, p. 141). Esse deslocamento do campo biológico para o social permite posicionar a maternidade não mais como uma identidade, mas como uma prática, que engloba múltiplas experiências de acordo com o contexto das mulheres que são mães

---

<sup>18</sup> Segundo O’reilly (2019), o maternalismo, enquanto teoria e política, se aproxima da ideologia patriarcal dominante, uma vez que preconiza a maternidade como base da identidade feminina, afirmando que as mulheres são naturalmente mais empáticas e devem ser, portanto, a bússola moral da humanidade. Ainda, essa corrente entende as mulheres como um grupo com crenças e experiências que refletem um conhecimento maternal inato, ou seja, todas as mulheres sabem instintivamente como ser mães, negando que esse conhecimento é aprendido e desenvolvido com o tempo e na relação com suas/seus filhas/os. Essa visão é contestada pelo feminismo matricêntrico desenvolvido por O’reilly (O’reilly, 2019).

(O'reilly, 2019).

Nesse sentido, Adrienne Rich (1986, p. 13, tradução minha) distingue dois significados da maternidade, sendo um a “a relação potencial de qualquer mulher com seus poderes de reprodução e com os filhos”<sup>19</sup>; e o outro “a instituição - que visa garantir que esse potencial – e todas as mulheres - permaneçam sob o controle masculino”<sup>20</sup>. Assim, enquanto o termo maternidade<sup>21</sup> refere-se à instituição patriarcal da maternidade, sendo definida por homens e utilizada como forma de controle, a experiência da maternagem<sup>22</sup> é centrada e definida por mulheres, pode ser empoderadora (Rich, 1986) e potencialmente englobar práticas maternas feministas (O'reilly, 2019).

Dessa forma, o trabalho de Rich é fundamental para entender que as experiências de maternagem das mulheres podem ser uma fonte de poder, o que, segundo O'reilly,

“permitiu que as feministas reconhecessem que a maternidade não é naturalmente, necessariamente ou inevitavelmente opressiva. Em vez disso, a maternagem, liberta da maternidade, poderia ser vivida como um local de empoderamento e um local de mudança social se, para usar as palavras de Rich, as mulheres se tornassem ‘foras da lei da instituição da maternidade’”<sup>23</sup> (O'reilly, 2019, p. 22, tradução minha).

É a partir desse referencial teórico que O'reilly vai desenvolver a ideia de um “feminismo matricêntrico”, buscando integrar a prática da maternagem ao feminismo. O objetivo não é substituir o pensamento feminista tradicional, mas enfatizar que muitas das dificuldades enfrentadas pelas mães são específicas de sua posição materna. Assim, mulheres que são mães são oprimidas duplamente, o que reafirma a necessidade de considerar a maternidade no debate interseccional do feminismo. Dessa forma, o objetivo do feminismo matricêntrico é posicionar “as necessidades e preocupações das mães como o ponto de partida para uma teoria e política sobre e para o empoderamento das mulheres”<sup>24</sup> (O'reilly, 2019, p. 13, tradução minha).

Em consonância com o pensamento de O'reilly, é justamente a experiência materna o ponto de partida para o engajamento das entrevistadas no movimento feminista. A maternagem as coloca em um lugar de questionamento das normas patriarcais e da naturalização da

---

<sup>19</sup> No original: “the potential relationship of any woman to her powers of reproduction and to children”

<sup>20</sup> No original: “the institution—which aims at ensuring that that potential—and all women—shall remain under male control”.

<sup>21</sup> No original, “motherhood”.

<sup>22</sup> No original, “mothering”.

<sup>23</sup> No original: “enabled feminists to recognize that motherhood is not naturally, necessarily, or inevitably oppressive. Rather, mothering, freed from motherhood, could be experienced as a site of empowerment and a location of social change if, to use Rich’s words, women became “outlaws from the institution of motherhood.”

<sup>24</sup> No original, “mothers’ needs and concerns as the starting point for a theory and politics on and for women’s empowerment”.

maternidade, abrindo espaço para buscar novas práticas e modelos para as mulheres que são mães, para si mesmas e também no cuidado e comprometimento com uma educação não machista para suas/seus filhas/os. Assim, é esse comprometimento que faz com que elas busquem uma rede de apoio que as ajude nessa empreitada, o que vai levá-las aos debates feministas, sobretudo nas redes sociais digitais.

Eliza exemplifica bem esse processo. Questionada sobre de onde veio seu interesse em discussões feministas, ela responde:

“Ah, é da vida né? (risos) De enxergar a necessidade da gente se colocar, e... principalmente quando você se depara criando um filho... é, que tipo de ensinamento que você vai passar pra essa criança? [...] [Então] o marco que eu posso colocar realmente é a questão da maternidade, que foi um ponto muito, hã... assim... que realmente mudou a forma como as coisas aconteciam. A forma como a sociedade cobra da gente uma perfeição que não existe, a forma como você nunca é boa o suficiente, a forma como o pai é tratado de uma forma e a mãe é tratada de outra. [...]. Eu acho que se fosse pra determinar um começo real de interesse seria aí. Aí depois com a propagação das redes sociais, aí o negócio já ficou mais de fácil acesso né? A gente já tem um pouco mais de espaço pra debater, a gente já tem um pouco mais de... aonde procurar informação, aonde você, né? Tem identificação, com pessoas que pensam e tem, né, dividem com você a visão de mundo.”

A partir dessa fala, destaco três argumentos sobre como a maternidade e a maternagem são fundamentais na aproximação e identificação da entrevistada com o feminismo: (1) o confronto com o lugar social da mãe, (2) o comprometimento com uma educação não machista, e (3) a criação de uma rede de apoio entre mulheres mães através das redes sociais.

Em um primeiro momento, é quando Eliza se depara com a instituição da maternidade que aparece a vontade de entender o que está por trás da agenda patriarcal, pois, segundo ela,

“A partir do momento que você é mãe, o buraco já fica um pouco mais embaixo né? [...] Eu fui perceber como que a maternidade bota a gente em um outro ponto. Né? Como que socialmente a gente é colocada numa outra situação, quando você é mãe”.

Isso aparece especialmente nas cobranças por uma maternidade perfeita, que deve ser exercida pela mãe e, ao mesmo tempo, produzir nela o sentimento de completude e amor incondicional, refutando qualquer sentimento negativo. Essa idealização desconsidera outras necessidades e desejos das mulheres que são mães e, assim, nega a elas um senso de identidade individual.

Para O'reilly (2010), essas são características da maternidade patriarcal ocidental. Segundo a autora, a instituição da maternidade entende que as/os filhas/os são propriedade das mães biológicas, que devem dedicar todo seu tempo, energia e dinheiro para a criação de suas/seus filhas/os, preferencialmente garantindo um cuidado em tempo integral. Além disso,

as mães ficam com toda a responsabilidade na criação dos filhos, mas nenhuma autonomia para decidirem sobre como exercer a maternagem, pois a “boa mãe” deve sempre seguir as instruções de especialistas ou de seus companheiros homens. Por fim, ao enquadrar a maternidade e a criação das/os filhas/os como um empreendimento pessoal e privado, a experiência materna passa a ser extremamente opressiva para as mulheres, uma vez que “resulta na maioria das mulheres exercendo a maternagem sozinhas no isolamento de suas casas, sentindo-se sobrecarregadas e exaustas”<sup>25</sup> (O’reilly, 2010, p. 19, tradução minha).

O questionamento dessas “regras” da maternidade é o que solidifica uma base para a maternagem feminista, na visão de um feminismo matricêntrico (O’reilly, 2010). Nesse sentido, quando Eliza levanta essas questões, a partir da própria experiência, está tomando um posicionamento político capaz de transformar as situações de vulnerabilidade da maternagem em uma postura alerta às questões de gênero. É o confronto diário com imposições e padrões patriarcais que a conduz ao movimento feminista, de modo que é possível afirmar que “a maternidade a politizou”<sup>26</sup> (Collins, 2000, p. 194).

É possível perceber isso quando as entrevistadas respondem se já sentiam ou pensavam nessas discriminações de gênero antes de serem mães. Nesse momento, tanto Paola quanto Eliza respondem que não, pois as pautas feministas eram “muito distantes” das suas realidades, ou então “muito veladas”, não sendo discutidas nos espaços que elas frequentavam.

Nesse sentido, concordo com Priscila Barbosa (2019, p. 2) quando a autora define a maternidade como “a constituição de uma possibilidade de experiência política para as mulheres”. Para a pesquisadora, que escreve também do lugar de mãe, há uma dualidade na experiência materna, pois ao mesmo tempo que ela pode ser “irreversivelmente cerceadora das possibilidades de ser”, é também um “espaço de luta política, de reação, resistência e desconstrução das questões impostas ao feminino e à mulher em nossa sociedade de base patriarcal e machista” (Barbosa, 2019, p. 2).

Nesse sentido, entender a maternagem como uma prática política significa problematizar e refutar a lógica patriarcal capitalista que divide espaços públicos e privados como domínios distintos entre homens e mulheres, respectivamente. Mesmo que algumas dessas limitações estejam borradas hoje por necessidades capitalistas, com as mulheres ocupando o mercado de trabalho, é a lógica sexista que continua a dividir trabalho produtivo e reprodutivo, sendo o último desvalorizado e considerado como responsabilidade das mulheres.

---

<sup>25</sup> No original: “results in most women mothering alone in the isolation of their home, feeling overwhelmed and exhausted”.

<sup>26</sup> No original: “Motherhood politicized her”.

Isso aparece na fala de Eliza:

“Eu falo muito do lugar de mãe porque eu sou mãe, e toda a minha construção em cima do feminismo vem disso aí né? Vem dessa... foi a minha porta de entrada, então assim, eu acho que é o que fica mais claro pra mim. Que é onde realmente que a diferença pega. Enquanto você é uma... sei lá, uma... CEO, que consegue entregar, trabalhar as mesmas 12 horas que um cara trabalha, enquanto você consegue trabalhar finais de semanas sem reclamar, quer dizer, ali tá igual. Aí quando você já não consegue mais entregar da mesma forma como você entregava, é onde que as diferenças começam a aparecer, né? E a gente tá fazendo um trabalho social também, por isso... a gente tá educando crianças pra uma sociedade, então isso tinha que ser reconhecido. Isso tinha que ser trabalhado também socialmente né?”

O que produz essas tensão entre a maternidade e outras identidades das mulheres que são mães, para Barbosa (2019), é o machismo estrutural, que afasta as mulheres do investimento na formação profissional e acadêmica, dos espaços de intelectualização e da possibilidades de participação em lutas políticas. Isso acontece não apenas por estes serem considerados espaços públicos, mas por serem espaços que não estão preparados para atender as necessidades de gestantes, mães e suas/seus filhas/os. Assim, para permanecer na esfera pública, as mulheres são convidadas a atuarem como se não fossem mães, pois se exige delas uma capacidade produtiva de dedicação exclusiva (Barbosa, 2019). Dessa forma, a maternidade é usada como um mecanismo de controle, uma vez que “a mulher que busca vida além da maternidade, acaba sendo de alguma forma mal vista e com muita facilidade negativamente apontada, tanto quanto aquela que se aprisiona na maternidade” (Barbosa, 2019, p. 15).

Assim, além da pressão social para que sejam “boas mães” – ou seja, sigam as regras da maternidade patriarcal -, espera-se que as mulheres “deem conta de tudo”, acumulando as responsabilidades do trabalho produtivo, reprodutivo, as tarefas domésticas e o auto cuidado. Particularmente, mães feministas muitas vezes, ao expor as condições desafiadoras associadas ao trabalho materno, identificam a falta de suporte por parte do feminismo e de mulheres feministas que não têm filhos (Green, 2008). Isso aparece na fala de Eliza, quando ela diz que não entende “Esse povo que acha que ok você se intitular ‘*child free*’ sendo feminista, e você ojerizar a mulher que escolhe ter filho, chamar de parideira, sei lá. Entendeu? Esse tipo de feminismo não me representa!”.

Aparece também na fala de Paola:

“Eu já vi isso acontecendo. Feministas ótimas, super inteligentes, formada Phd a porra toda, mas é super insensível à criança, o mundo dela tá fechado, ela só é pensante adulta, vai beber os vinhos, curtir a vida e criança é chata. Pra mim também tá errado, entendeu? E aí eu ficava batendo muito... [...] hoje eu não faço mais. Sou mais tranquila com isso. E é uma vertente que não vou entrar”.

Assim, elas criticam a falta de reconhecimento e apoio social que muitas mães experienciam - dentro e fora do feminismo. Para O'reilly (2019) a negação da maternidade como um assunto relevante para o movimento feminista, especialmente no âmbito acadêmico, tem relação com a confusão entre os conceitos de maternidade e maternagem, e a associação equivocada entre maternalismo e essencialismo de gênero com um feminismo matricêntrico.

O'reilly argumenta que o questionamento de determinismos e essencialismos – biológicos, culturais ou ideológicos – foi e continua sendo uma estratégia política central para as feministas. O que faz a maternidade um tópico problemático dentro do movimento é o fato dela marcar as diferenças sexuais e de gênero. Dessa forma,

“Para muitas feministas, chamar atenção para a subjetividade de gênero específica da mulher como mãe é aderir a um ponto de vista essencialista: reconhecer e afirmar o que é visto como o que marca e mantém a diferença de gênero e, portanto, a opressão das mulheres<sup>27</sup>” (O'reilly, 2019, p. 23, tradução minha).

Entretanto, a autora argumenta que as “feministas não devem desqualificar a maternidade para facilitar a desestabilização de gênero<sup>28</sup>” (O'reilly, 2019, p. 23, tradução minha), pois é possível afirmar simultaneamente que o gênero é um construto social e que a experiência materna é parte importante na vida das mulheres que são mães. Nas suas palavras, “A apreensão sobre a diferença de gênero é o elefante na sala do feminismo acadêmico; ela suprimiu conversas necessárias sobre importantes - e sim, generificadas - dimensões biológicas da vida das mulheres<sup>29</sup>” (O'reilly, 2019, p. 23, tradução minha).

Por esse motivo, O'reilly defende que as mães precisam de teorias e práticas feministas que englobem suas experiências. Nessa mesma direção, Eliza aponta para a necessidade do feminismo abordar a maternidade. Ao definir o que é o feminismo para ela, a entrevistada destaca a equidade, especialmente pensando nas vivências da mulher que é mãe:

“[É] Você ser respeitada pelas suas diferenças também, porque a gente tem sim uma diferença em relação aos homens, até na questão da maternidade, não dá pra gente colocar 50/50 porque cara, é o nosso corpo, é a mãe que amamenta o filho, é... [...] Então assim, a gente tem que levar isso em consideração também. [...] É a questão mais da equidade realmente. [...] Igualdade sim de salário, igualdade sim de direitos, isso sim! Mas a gente tem também que olhar pras necessidades da mulher, e da mãe principalmente, sendo diferente. Né?”

<sup>27</sup> No original: “For many feminists, to call attention to women’s specific gendered subjectivity as a mother is to subscribe to an essentialist viewpoint: acknowledging and affirming what is seen as marking and maintaining gender difference and, hence, the oppression of women”

<sup>28</sup> No original: “feminists should not disavow motherhood to facilitate this destabilizing of gender”.

<sup>29</sup> No original: “the apprehension over gender difference is the elephant in the room of academic feminism; it has shut down necessary and needed conversations about important—and yes gendered— biological dimensions of women’s lives”.

Além disso, as entrevistadas também entendem que os padrões míticos que envolvem a maternidade contribuem para que ela continue sendo tratada como um assunto privado e não político. Para elas, é necessário desnudar as realidades e o trabalho árduo de criar filhas/os, fazendo uma discussão séria

“da maternidade sem esses tantos de tabu, né, essa romantização toda da maternidade, ou a demonização [...] E eu amo ser mãe. Só que é foda. É pesado. Mas isso não anula a outra coisa. Então não dá nem pra romantizar demais nem pra demonizar demais, entendeu?” (Paola).

Essa fala também aponta que a experiência materna está associada a sentimentos complexos e até mesmo contraditórios em relação à maternidade e às/aos filhas/os. Dessa forma, falar abertamente sobre as suas frustrações e dificuldades enquanto mães não nega o amor e compromisso que as entrevistadas têm com suas/seus filhas/os. Ao contrário, para mães feministas, esses sentimentos precisam ser expostos e validados como típicos e comuns, especialmente para que a maternidade seja compreendida como uma prática política e coletiva, e não uma responsabilidade apenas das mulheres (Green, 2008).

É possível perceber isso na fala de Eliza, quando ela destaca a importância da informação e como ter acesso a essas discussões interfere diretamente na relação com a sua criança. Para ela, é necessário a

“desmistificação da maternidade como uma coisa sagrada, como uma coisa, ‘ai meu deus, a perfeição’, ‘ai meu deus, o maior amor de todos’, ‘ai meu deus, a coisa mais perfeita’, e cara, não é! É a coisa mais difícil que tem na vida! Sabe? A partir do momento que você tira o glamour da coisa, que você tira, né? Que você começa a lidar com a realidade, a coisa fica mais fácil! Não que você não se cobre, claro que você vai se cobrar, mas assim, de uma outra forma, né?”

O espaço que elas encontram para compartilhar suas vivências e formar uma rede de apoio entre mães é justamente a Internet e, mais especificamente, as redes sociais digitais. As mulheres se encontram no ciberespaço, formando grupos *on-line*<sup>30</sup>, criando páginas, desabafando e trocando informações, como uma estratégia política de resistência (Soares, 2019). Assim, a maternidade é discutida hoje em diversos espaços digitais. Embora possam aparecer falas de especialistas – como médicas/os, psicólogas/os e educadoras/.es - há um destaque e uma valorização das experiências e dos conhecimentos das mulheres que são mães.

Para Andrea Medrado e Ana Muller (2019, p. 8), isso demonstra que “o pressuposto do ‘empoderamento pela informação’ é uma das premissas da Quarta Onda do Feminismo”. Ainda,

---

<sup>30</sup> A formação de grupos *on-line*, que se assemelham com os grupos de conscientização da segunda onda, e a importância desses espaços para a aproximação das mulheres com o feminismo e com práticas ativistas será trabalhado no próximo capítulo.



é esse entendimento que instiga “um movimento de mulheres mães a ocupar os espaços da Internet tanto para a reivindicação dos seus direitos quanto para a produção e mediação da informação que promove mudanças sociais para as mulheres com filhos” (Medrado & Muller, 2019, p. 8)

Nesse cenário, é comum aparecer o termo “maternidade real”, para apontar a forma como a condição materna é colocada e discutida nos espaços digitais. Em especial, esse conceito diz respeito às discussões que desafiam os tabus ainda existentes em torno desse tema, com relatos que se aproximam da realidade cotidiana das mulheres que são mães (Medrado & Muller, 2019). Assim, “no contexto atual em que se inscreve a relação entre mídia, cultura e subjetividade, a circulação desses discursos nas redes sociais digitais reflete-se nas experiências das usuárias e na percepção sobre seus próprios papéis sociais, enquanto mulheres e mães” (Oliveira-Cruz, Ferrari, Conrad, & Nosvitz, 2021, p. 40).

Para Eliza, ter acesso a esse tipo de debate a partir das redes sociais digitais é um ganho, pois

“Hoje, as meninas que engravidam e que realmente têm interesse em saber a real, elas estão muito mais amparadas, né? Elas estão muito mais amparadas do que a minha geração lá atrás. Que não tinha nada. Era tudo mato (risos). Era tudo mato, aí depois que a questão começa a aparecer né? Fala “ah não, mas é assim mesmo”, eu falava “porra, ninguém me falou nada! Como assim ‘é assim mesmo’?”.

Apesar disso, ela também ressalta que “Tudo bem que as realidades, elas mudam... a minha realidade não é a mesma de uma mãe com cinco crianças. Eu tenho só um. A minha realidade não é a mesma de... sabe? Não é! As realidades mudam”. Esse comentário demonstra que, assim como as realidades das mulheres diferem, também são múltiplas as formas pela qual a maternidade é representada nas redes sociais. Dessa forma, a Internet abriga conteúdos e discursos que podem ter sentidos semelhantes ou mesmo contraditórios, desde a exaltação e a romantização da maternidade até relatos que problematizam essa idealização e apontam “sua construção social/histórica e reivindicando um debate que apresente as dificuldades e as ambivalências experimentadas pelas mães em diferentes vivências maternas” (Oliveira-Cruz et al., 2021, p. 41).

Dessa forma, ainda que as postagens sobre “maternidade real” foquem em conteúdos sobre o cotidiano das mães, este é diferente de acordo com o contexto social de cada mulher, apresentando “diferentes variáveis a partir da intersecção a qual a mulher mãe está submetida na sociedade” (Soares, 2019, p. 57). Nesse sentido, a experiência materna também está ligada a questões de classe e raça, bem como a outros marcadores.

Dessa forma, embora a maternidade e a prática de maternagem apareçam como porta de

entrada para o feminismo para todas as mães entrevistadas nesta pesquisa, são identificadas algumas diferenças de acordo com suas vivências e o contexto em que estão inseridas. Para Paola, por exemplo, o seu lugar de “mãe e mulher negra e periférica”, coloca questões de maternagem que são diferentes das outras entrevistadas, aparecendo a necessidade de proteger seu filho, sobretudo no contexto racista do sul do país. Para ela, o interesse pelas discussões feministas veio por:

“Causa própria. (risos) Né, porque como mãe e mulher negra e periférica eu tive que me... me armar muito assim, pra tá... pra existir na verdade, né? Pra sobreviver de muitas coisas. E eu acho que foi um grande apoio assim, pra entender que um monte de coisa eu tinha direito [...] E até pra ter base pra criação do meu filho, né? [...] Eu acho que é bem por isso mesmo, o meu grande interesse, né? Eu escuto, eu acabo ouvindo outras mães, outras mulheres, e a gente vai se fortalecendo, nesse sentido. Principalmente (...) a gente fazendo [uma rede] bem mais ampla com as mães, não totalmente sozinha criando o filho. [...] E aqui em Santa Catarina principalmente, é a coisa que eu precisei me atualizar e entender o que acontecia pra poder estar, inclusive pra proteger o meu filho.”

Esse apoio entre mulheres e mães ao qual Paola se refere, é encontrado também nas redes sociais digitais. Para ela, o digital surge para retomar laços já existentes que ficaram na antiga cidade, bem como para construir novas redes no local onde se encontra. Assim, ela ressalta que sua participação nas discussões feministas

“Foi antes das redes. Muito antes. Eu acho até que foi quando eu me tornei mãe. Solo. Né, que foi lá quando eu decidi ser conselheira de classe... Desde os processos que eu tô te dizendo pra cá, entendeu? E a me envolver com a galera da cultura, discutindo isso, entendendo direitos [...] Então, e aí é isso, eu acho que foi bem antes das redes [sociais digitais] e aí como afastou o contato da minha rede de apoio de São Paulo, eu acho que a rede [digital] foi o que facilitou de a gente continuar [esse contato].

Para a entrevistada, essa rede de apoio era construída entre mulheres e mães da comunidade, auxiliando umas às outras de forma “prática” nas dificuldades do dia a dia. A maternagem e o comprometimento com a educação do filho aproximam-na do feminismo, mas, diferente de Eliza, um aspecto importante nesse processo são os grupos de mães fora do espaço digital, anteriores à rede que se forma no ciberespaço.

Feministas negras como Patricia Hill Collins (2000) e Angela Davis (2016) alertam para as particularidades da maternagem negra, especialmente dentro do feminismo. Para Collins (2000), as análises feministas sobre maternidade geralmente refletem um feminismo branco e de classe média, faltando uma investigação adequada de raça e classe. Retomando Moynihan (1965, como citado em Collins, 2000), a autora também argumenta que as “mães negras foram acusadas de não conseguirem disciplinar seus filhos/as, de emascular seus filhos homens, de

des-feminizar suas filhas mulheres e de retardar o desempenho acadêmico de seus filhos/as”<sup>31</sup> (Collins, 2000, p. 173, tradução minha).

Ainda, como o feminismo negro vem mostrando desde a primeira onda<sup>32</sup>, as noções de feminilidade e da maternidade em tempo integral – que definem quem são as “boas mães”, de acordo com a instituição da maternidade (O’reilly, 2010) – como características femininas, nunca incorporou biografias negras (Davis, 2016, O’reilly, 2010, Collins, 2000). Dessa forma, mães negras e pobres são particularmente afetadas por essas “regras”, já que historicamente nunca puderam performar esse tipo de maternagem. De fato, o contexto onde muitas se encontravam pela escravidão, e que se encontram hoje, exige que elas trabalhem fora de casa – usualmente em trabalhos domésticos e mal remunerados - para sustentar suas famílias (Collins, 2000).

Como resposta a essas opressões, as mães negras criaram diversas estratégias ao longo da história, que desafiavam a instituição da escravidão. São exemplos o suicídio cometido por escravas grávidas no colonialismo brasileiro (Gonzales, 2018), o aborto ou mesmo o assassinato de suas/seus filhas/os, para impedir que elas/es fossem escravizadas/os (Davis, 2016). Outra estratégia de resistência desse período, e que continua até hoje em comunidades negras e pobres, é a prática de cuidado coletivo, particularmente a partir do que Collins chama de “*othermother*”, as “outras mães” (Collins, 2000, p. 178, tradução minha), onde mulheres compartilham as práticas de maternagem com as mães biológicas. A autora argumenta que

“Comunidades africanas e afro-americanas também reconheceram que investir uma pessoa com total responsabilidade pela maternagem de uma criança pode não ser sábio ou possível. Como resultado, outras mães - mulheres que ajudam mães de sangue compartilhando responsabilidades maternas - tradicionalmente têm sido centrais para a instituição da maternidade negra<sup>33</sup>” (Collins, 2000, p. 178, tradução minha).

Isso é retratado nas falas de Paola, quando ela diz que na periferia as coisas acontecem de outra forma, e que a partir dos grupos de mães na escola era possível perceber situações de conflito – que “respingavam nas crianças”. Assim, ela argumenta que a prática feminista acontecia nesses momentos, onde as mulheres e mães se reuniam e ajudavam-se umas às outras

---

<sup>31</sup> No original: “Black mothers were accused of failing to discipline their children, of emasculating their sons, of defeminizing their daughters, and of retarding their children’s academic achievement”.

<sup>32</sup> É exemplo disso o discurso da ex-escrava Sojourner Truth, proferido em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851. O discurso ficou conhecido como “Não sou eu uma mulher?”, por ser essa a pergunta usada por Truth para escancarar a lógica racista que sustentava uma visão machista de mulher. Nele, ela questiona: “Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?” (Davis, 2016, p. 72).

<sup>33</sup> No original: “African and African-American communities have also recognized that vesting one person with full responsibility for mothering a child may not be wise or possible. As a result, othermothers—women who assist bloodmothers by sharing mothering responsibilities—traditionally have been central to the institution of Black motherhood”.

frente aos problemas cotidianos.

Para Collins (2000), ao colocar a maternagem como uma prática social e coletiva, as mulheres negras retomam a força da comunidade de “outras mães”. A autora entende “a maternidade como um símbolo de poder capaz de catalisar mulheres negras a produzir ações que, de outro modo, elas poderiam não considerar<sup>34</sup>” (Collins, 2000, p. 194, tradução minha). São os desafios enfrentados por essas mães que as impulsionam a práticas políticas, especialmente através do processo de maternagem ativista (Collins, 2000), considerado “um dos eixos fundamentais que cruzam experiências de maternidade de mulheres negras” (Novais, 2019, p. 73).

Hoje em dia, esse ativismo materno ocupa também os espaços da Internet. Mulheres mães feministas atuam criando uma agenda de luta a partir dos relatos e testemunhos pessoais, se apropriando “dos meios digitais como tática na busca por um novo olhar para a mulher com filhos nos dias atuais” (Soares, 2017, p. 2). Entre os principais motivos que instigam essas ações, destacam-se aqueles que visam proteger suas/seus filhas/os em uma sociedade racista e machista.

Denise, ao falar sobre sua aproximação com o feminismo, também traz a proteção das filhas como um foco importante. Ela relata que o fato de ter duas filhas mulheres “abriu seus olhos” para situações de violência machista, especialmente quando suas filhas chegaram na adolescência:

“Eu até, surtava assim, minhas filhas chegaram bem perto da adolescência, 11, 12 anos, eu não queria que dormissem na casa de ninguém, sabe? E até hoje com a de 14, eu tenho muita preocupação. [...] ‘Se pegar no teu braço’, eu sempre dizia pra ela, ‘tu grita! Não tenha vergonha’. E a mesma coisa quando ela começou a pegar ônibus, sabe? E eu acho um absurdo a gente tem que ter essa preocupação, sabe? Tive que dizer pra ela, ‘procura sentar do lado de mulher, né? Procura sentar perto do cobrador. Se acontecer alguma coisa, tu grita. O erro não é teu! Nunca é teu!’. Então, poxa, eu tenho que ficar dizendo, e afirmando e reafirmando isso pra minha filha. Sabe? Porque eu sei que pode acontecer. É, isso é... eu acho assim, muito triste, nos dias de hoje! Pô, a gente tá em 2020 né? O negócio já era pra ter evoluído há muito tempo!”

A entrevistada conta que foi sua filha mais velha que “trouxo o tema feminismo para dentro de casa”. É a partir disso que ela passa a acompanhar as discussões feministas, a procurar e se informar sobre o assunto, pesquisando principalmente em páginas e grupos de redes sociais digitais. Isso demonstra que o campo digital e os debates feministas que acontecem nesses espaços não atingem apenas as novas gerações. A Internet e as redes sociais possibilitam que

---

<sup>34</sup> No original: “motherhood as a symbol of power can catalyze Black women to take actions that they otherwise might not have considered”.

mulheres de todas as idades tenham contato com discussões feministas a partir de perspectivas participativas, e não apenas pelas abordagens da mídia tradicional *mainstream*, permitindo uma maior identificação com o movimento (Albu, 2017).

Além disso, evidencia que, apesar de muitas pesquisas sobre feminismo digital focarem em mulheres jovens e a forma como elas habitam o ciberespaço (Abreu, 2017, Ferreira, 2015), esse campo impacta também as famílias dessas jovens, através de diálogos intergeracionais. No caso de Denise, esse diálogo é possibilitado pela forma como ela e seu companheiro criaram suas filhas, permitindo que elas se sentissem à vontade inclusive para relatar situações de violência ou abuso. Portanto, para Denise, assim como para Eliza e Paola, é central a preocupação com uma educação dialógica, não machista, anti-racista e anti-sexista para suas/seus filhas/os.

## **6.2. “Que tipo de ensinamento que você vai passar pra essa criança?”: por uma maternagem e uma educação feminista.**

Engajar-se no movimento feminista trouxe benefícios para as mães entrevistadas, não apenas para elas próprias, mas também na forma como conduzem a maternagem de, e com, suas/seus filhas/os. Seja exercendo sua autonomia, exigindo práticas compartilhadas de maternagem com os pais ou outras pessoas, livrando-se de culpas ou encontrando um equilíbrio entre o exercício da maternidade e suas outras identidades, todas elas desafiam práticas tradicionais e patriarcais de maternagem, indo ao encontro ao que O’reilly (2010) e Green (2008) chamam de empoderamento materno.

Para Fiona Green (2008), uma maternagem feminista reivindica a autoridade e o conhecimento produzido pelas mães, em diálogo com outras mães feministas. Esse tipo de maternagem fortalece e fornece a essas mulheres uma base para o envolvimento político e ativista (Green, 2019). Como resultado as mães se sentem mais empoderadas, recuperando a “agência, autoridade, autenticidade e autonomia negadas a elas pela maternidade patriarcal<sup>35</sup>” (O’reilly, 2010, p. 20, tradução minha) e, assim, experimentando uma maternagem mais emancipatória (Green, 2019).

Nesse sentido, Erika Horwitz (2004, como citado em O’reilly, 2010) identifica sete temas que caracterizam uma maternagem empoderada, ou seja, aquela que foge das regras da instituição patriarcal. Para ela, essas mães (1) entendem a importância de atender suas próprias

---

<sup>35</sup> No original: “agency, authority, authenticity and autonomy denied to them in patriarchal motherhood”

necessidades como indivíduos e não apenas como mães (2), percebem que a maternidade não as completa totalmente como mulheres (3), buscam envolver outras pessoas na educação de suas/seus filhas/os (4), questionam ativamente as expectativas postas às mães pela sociedade (5), desafiam práticas parentais convencionais (6); não acreditam que as mães são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento de suas/seus filhas/os e (7) desafiam a ideia de que a única emoção que as mães sentem por suas/seus filhas/os é o amor (Horwitz, 2004, como citado em O'reilly, 2010). Para a autora, é central em cada ato materno empoderado uma redefinição da maternidade a partir de uma perspectiva materno-feminista.

No entanto, como atenta O'reilly (2008), há uma diferença entre mães empoderadas e mães feministas, pois aquelas que se identificam com o feminismo atuam conscientemente a partir de práticas, filosofias e políticas feministas. Assim, embora mães empoderadas possam questionar aspectos da maternidade patriarcal, esse questionamento não é acompanhado necessariamente de uma discussão sobre desigualdades de gênero ou de uma posição anti-sexista. Dessa forma, “As razões para sua resistência são mais pessoais do que políticas e, como consequência, não são desenvolvidas a partir de uma consciência de como a maternidade funciona como uma instituição cultural/ideológica para oprimir mulheres na sociedade patriarcal<sup>36</sup>” (O'reilly, 2008, p. 8, tradução minha).

Mesmo que suas práticas e demandas sejam parecidas, mães feministas resistem justamente por reconhecer as estruturas sexistas nas quais a maternidade e a maternagem tradicionais estão imersas. Sendo assim, elas buscam dismantelar as instituições patriarcais e se recusam a manter ou perpetuar as desigualdades de gênero, sobretudo através da criação de suas/seus filhas/os (O'reilly, 2008). Motivadas pelo pensamento feminista, pelo amor por suas/seus filhas/os e pelo compromisso com causas anti-sexistas e anti-racistas, essas “mães feministas escolhem exercer a maternidade de uma maneira que desafia o *status quo*<sup>37</sup>” (Green, 2004, p. 130, tradução minha).

É o caso de Paola, que cria seu filho como mãe solo. Ela conta que o feminismo e a rede de apoio com outras mulheres mães a ajudaram a sair de um relacionamento abusivo. Sem essa rede, ela diz que

“Eu ia tá apanhando, porque eu sofri violência do pai do meu filho. Eu ia tá fingindo que tava casada fofa e apanhando. Então assim.... É por isso que eu te digo que o feminismo era muito mais na prática, na base de apoio né? Outras mulheres, na reunião da escola, no trabalho...”

---

<sup>36</sup> No original: “The reasons for their resistance are more personal than political and as a consequence are not developed from an awareness of how motherhood functions as a cultural/ideological institution to oppress women in patriarchal society”.

<sup>37</sup> No original: “feminist mothers choose to parent in a way that challenges the status quo”.

Assim, ela escolhe criar seu filho fora dos moldes tradicionais e normativos de família. Green (2004) explica que a mãe ideal, dentro da instituição patriarcal da maternidade, deve ser heterossexual, casada e preferencialmente permanecer em casa cuidando da criança - enquanto seu marido trabalha fora provendo financeiramente a família. Ciente de que o patriarcado dita as “regras” da maternidade, e de que a sociedade pune àquelas que, por escolha ou falta de opção, não vivem de acordo com esse padrão, Paola forma uma rede de apoio com outras mulheres, a qual ela recorre para não se sentir tão sozinha nessa empreitada.

Ao fazer isso, ela rejeita o modelo patriarcal de maternidade, envolve outras mães no processo de maternagem e transforma a criação do seu filho em um ato coletivo, atestando o slogan feminista de que “o pessoal é político”. Nessa rede, ela também encontra o apoio para dar ao filho

“um tipo de educação feminista, entendeu? Que eu vou pegando, e aí eu... ‘gente, me ajuda aqui! Por que que ele tá se comportando dessa maneira?’ E aí acaba que uma mulher acaba ajudando a outra numa educação feminista e... e sei lá, e livre né? Quebrando um pouco de barreira de um monte de tabu com que a gente foi criada. Entendeu? Eu acho que é isso”.

Com o advento das novas tecnologias e das redes sociais digitais, uma forma de criar redes de apoio entre mulheres mães é através do ciberespaço. A Internet e as redes sociais possibilitam novas formas de sociabilidade, e as relações formadas no ambiente digital permitem enfrentar o isolamento resultante de uma vivência solitária da maternagem, enquanto as usuárias constroem, se apropriam e negociam sentidos sobre a maternidade (Oliveira-Cruz et al., 2021). Ainda, Oliveira-Cruz, Ferrari, Conrad e Nosvitz (2021) argumentam que esses espaços permitem a troca de experiência, informações, dificuldades e sentimentos associados à maternidade e à maternagem, especialmente a partir do relato de situações cotidianas.

Segundo Paola, participar de discussões *on-line* sobre os feminismos teve influência na forma como ela pensa a educação de seu filho, pois as experiências trocadas nesses espaços a fizeram reconhecer e analisar situações que antes estavam naturalizadas e, nesse sentido, ajudaram-na a “evoluir”. Esse é um pensamento compartilhado pelas três mães entrevistadas, que encontram nas redes sociais conteúdos que as ajudaram a visualizar “que tipo de ensinamento que você vai passar pra essa criança” (Eliza), em uma sociedade impositivamente machista.

Green (2008, p. 166, tradução minha) destaca que para mães feministas, conduzir a sua maternidade de uma forma que coadune com esse posicionamento, enquanto uma maternidade feminista, é “uma estratégia essencial para contribuir para uma mudança social política

positiva<sup>38</sup>”. Assim, ao contestar práticas convencionais, essas mães desenvolvem relacionamentos honestos e desafiadores com suas/seus filhas/os, baseados em diálogo e respeito, estimulando nelas/es o pensamento crítico capaz de problematizar perspectivas normativas. Essas mães, como as entrevistadas nesta pesquisa, acreditam que com o apoio de outras feministas, estão realizando um trabalho ativista (Green, 2019), pois, como sinaliza Paola: “quando você é vítima do machismo acho que a primeira causa que você tem que fazer é não reproduzir isso”.

Para Guacira Louro (2003, p. 122), engajar-se em práticas educativas não sexistas exige uma disposição política, que pretende, “deliberadamente, incitar o desassossego, a auto-crítica e a busca de ações mais efetivas”. A autora argumenta que as mudanças na sociedade, especialmente no avanço e na difusão de discussões sobre gênero, sexualidade, classe e raça, sobretudo no campo de estudos feministas, bem como uma transformação nas formas comunicacionais e a maior visibilidade dada a populações LGBTQIA+<sup>39</sup> na mídia, “provocam experiências e iniciativas que buscam subverter as situações desiguais [...] vividas pelos sujeitos” (Louro, 2003, p. 120).

Entre essas iniciativas, estão as práticas cotidianas, nas relações de cuidado, que promovem uma educação não discriminatória (Louro, 2003). Embora Louro se concentre no âmbito escolar, o mesmo pode ser dito para as práticas que as mães feministas desenvolvem com suas/seus filhas/os.

Nesse sentido, Green (2008) destaca três aspectos que promovem uma maternagem feminista, a saber: comunicações honestas através de relações de confiança, promoção de autonomia e auto-governança em suas/seus filhas/os, e o desenvolvimento da capacidade de análise crítica. Para a autora, essas mães trabalham para construir relações que não estão baseadas no abuso de autoridade ou de poder por serem adultas ou mães, mas em relações pautadas por respeito, responsabilidade e comprometimento. Além disso, elas reconhecem e encorajam suas/seus filhas/os a falar sobre seus pontos de vista e suas experiências, através práticas dialógicas (Green, 2008).

As entrevistadas se aproximam dessas práticas, e hoje, com suas/seus filhas/os na adolescência ou começo da vida adulta, elas falam que percebem os resultados. Paola diz que seu filho:

---

<sup>38</sup> No original: “na essential strategy for contributing to positive political social change”.

<sup>39</sup> A sigla LGBTQIA+ é usada por movimento que lutam pelos direitos e pela inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Ela faz referência a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais e demais orientações e identidades de gênero.



“é ótimo, eu acho que ele é o maior... maior e melhor beneficiário do meu aprendizado no feminismo foi a criação dele. Eu acho que a prática, o resultado, é ele mesmo. De ser um cara sensível, ser uma cara sem aquele monte de peso horrível que o machismo, e que muita mulher reproduz o machismo nos filhos homens [...] Mas acho que isso foi conseguido através de... de leituras... De aprendizado, de respeito, e de vivência, né?”

Paola também ressalta que passou para seu filho a consciência de que ele tem vários privilégios por ser homem. Apesar de não ter os privilégios da branquitude, ela busca fazer ele entender “essas questões todas de ele não passar por uns perrengues que a mulher passa”. Ela continua, dizendo “Eu tenho muito disso, de falar, de conversar com ele, dele respeitar as meninas, não botar apelido, não descrevê-las pelo atributo físico, né, então assim, tem toda essa questão que a gente conversa bastante. Eu acho que tá funcionando, viu?”.

A evidência de que a educação dialógica e baseada no respeito “está funcionando”, para Paola, é a forma como seu filho desenvolveu uma sensibilidade e a capacidade de ser o ouvinte entre os amigos. A entrevistada conta que, aos treze anos, uma colega de seu filho confidenciou para ele que ela era bissexual, confiando nele para ser “a primeira pessoa com quem ela queria contar”. Durante esse processo, ele conversou com a mãe sobre o que dizer para a amiga, e ajudou a colega a se abrir com a própria família.

Parte dessa educação se deu através da convivência que seu filho teve com pessoas LGBTQIA+ e de movimentos sociais. Essas vivências fazem com que ele seja mais sensível a outras realidades e não tenha tantos receios e tabus ao falar sobre questões de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo, é um reflexo da forma como Paola atua politicamente no seu dia a dia, sendo coerente entre aquilo que fala e aquilo que pratica.

A entrevistada aponta que o filho é como um “fiscal de caráter” e uma “esponja que tá absorvendo tudo”. Assim, ela ensina não apenas pelo discurso passado para ele, mas também pelo exemplo de como se portar no mundo cotidianamente: “A gente pratica e treina, eu falo pra ele, mais do que praticar a gente tem que treinar como a gente vai se comportar no mundo, né, então a gente pratica e treina muito essas coisas”.

Denise também fala sobre a importância de uma educação dialógica e não machista, e o quanto ela e a sua geração têm o dever de aprender e evoluir com o que as novas gerações estão trazendo, principalmente com as críticas feministas. A entrevistada diz que, apesar dela e seu marido virem de uma família e uma educação “mais tradicional”, eles já desafiavam e desestabilizavam padrões de gênero na prática de maternagem, o que facilitou uma comunicação mais aberta entre as filhas e um questionamento por parte delas de vários preconceitos e violências de gênero:

“na verdade [...] aqui em casa a gente sempre teve uma forma diferente de criar ela, que sempre... depois, hoje em dia eu vejo, sabe? Assim, coisas que... eu vejo às vezes os pais brigando com os filhos, adolescentes, principalmente as meninas, coisa que a gente nunca fez aqui em casa. A gente nunca proibiu ela de usar uma roupa que ela queria... é, eu nunca falei pra ela da forma que ela tava, não só se vestindo, mas, porque ela era gordinha, porque ela tinha o seio grande, ou porque isso, ou porque aquilo, a gente nunca fez nada que ela se sentisse rebaixada, nenhuma das duas assim. E que eu vejo muito hoje assim, sabe? Mães falando do short curto e tudo, e isso já era uma coisa que tanto eu quanto meu marido nunca fizemos, assim. A gente nunca falou isso! Sabe? Nunca fez esse tipo de coisa, né?”

Essa nova geração, que é “mais desconstruída”, composta por mulheres e mães feministas, aparece também na fala de Eliza. A entrevistada diz que admira muito a sua irmã mais nova:

“A gente tem uma diferença de dez anos, né? Eu tenho 41, ela fez 31. E através da maternidade dela, que eu tenho um sobrinho de 5 anos, eu ressignifiquei muita coisa da minha maternidade... então assim, é... eu consegui ter acesso a um monte de ideias que essa geração nova trouxe. Que ela foi uma que ficou grávida e conseguiu ter acesso à informação correta, né? E veio me trazendo também essas informações, no dia a dia, na prática! O jeito como ela cria o meu sobrinho, o jeito como ela... conduziu a maternidade dela de uma outra forma, diferente da que eu conduzi. De você olhar e falar ‘nossa, é esperançoso’, né? Tem uma geração aí vindo, que vai criar crianças que são diferentes... que tem um outro entendimento de uma série de coisas”.

É também com o feminismo e o entendimento de que sua situação sinalizava uma série de opressões de gênero, e de que “socialmente era diferente”, que ela elabora uma nova visão para a sua maternidade, compreendendo que “Não vou botar essa culpa só em mim, falar ‘ah, não, você não foi atrás’. Não, não é isso. Simplesmente ninguém falava”. A partir dessa vivência, ela hoje participa de discussões sobre maternidade nas redes sociais digitais, e o ciberespaço é um ambiente onde ela consegue compartilhar as alegrias e as dificuldades que experiencia enquanto uma mulher que é mãe.

Assim, através da prática feminista cotidiana e de uma maternagem feminista, essas mães contribuem para uma visão mais crítica a respeito desses assuntos, transmitindo essa perspectiva pelo diálogo com outras mulheres, mães, filhas e filhos. Ao compartilharem – em espaços *on-line* e *off-line* – suas experiências, desafiam mitos em torno da maternidade idealizada e fornecem – para suas/seus filhas/os e para outras mulheres – modelos de maternidade feminista e ativista, pois é a partir da educação de suas/seus filhas/os que buscam causar um impacto na sociedade. Para Green (2008), esse esforço deve ser apoiado como um ato de coragem e reiterado para a concretização de um mundo mais igualitário.

O ativismo materno e a maternagem feministas, de fato, promovem uma agenda feminista, como afirma Janice Nathanson (2008). Para a autora, isso se dá por três motivos

principais: “Primeiro, exemplifica o próprio cerne da ideologia feminista - que o pessoal é político. Em segundo lugar, ajuda a negar noções essencialistas da maternidade<sup>40</sup>”, ao transformá-la de uma experiência isolada a uma prática capaz de produzir mudanças sociais em larga escala. E, por fim, promove a desnaturalização dos papéis sociais criados para as mulheres, pois, “intencionalmente ou não, desestabiliza as relações tradicionais de gênero e poder<sup>41</sup>” (Nathanson, 2008, p. 244, tradução minha).

Reposicionar a maternidade da esfera doméstica para a pública viola as normas patriarcais e ajuda essas mulheres a reclamar maior agência e autonomia em suas práticas, passando a ver suas ações cotidianas como atos políticos. No caso das mães entrevistadas nesta pesquisa, a maternidade e um feminismo voltado para mulheres que são mães, são questões centrais e demonstram a importância desse tema ser trabalhado em estudos feministas, pois é através dessa experiência que elas “entram” no feminismo e passam a atuar a partir de políticas feministas. Nesse sentido, as mães que se envolvem ativamente em coletivos, grupos ou organizações, como as redes formadas por mulheres mães e mães feministas, tendem a perceber com mais facilidade questões de gênero e, através do seu ativismo (materno ou feminista), são levadas a desenvolver identidades feministas (Nathanson, 2008). É desse processo que falarei no próximo capítulo.

---

<sup>40</sup> No original: “First, it exemplifies the very core of feminist ideology—that the personal is political. Second, it helps to negate essentialist notions of motherhood”.

<sup>41</sup> No original: “whether intended or not, it upsets traditional gender and power relations”.

## 7. Identidades e práticas feministas

### 7.1. “Fez parte da construção que me trouxe até aqui”: Buscando o feminismo e os grupos de conscientização feministas

As quatro mulheres entrevistadas nesta pesquisa chegaram a uma compreensão do feminismo a partir de diversos percursos e em diferentes momentos de suas vidas. O cenário em que elas encontraram o feminismo variou de universidades, passando por movimentos sociais e grupos em redes sociais digitais. A partir do primeiro contato com a temática – que para Eliza, Paola e Denise ocorreu via a maternidade e, para Kelly, via sua trajetória profissional –, elas passam a pesquisar e discutir ativamente sobre as práticas e discursos feministas, especialmente nas redes sociais digitais. Ao explorar os caminhos que seguiram em suas jornadas para se tornarem feministas, este capítulo tem como objetivo demonstrar a variedade de maneiras pelas quais as experiências individuais dessas mulheres e o contexto social, cultural e político em que elas se encontram, moldaram esse processo.

Começo, justamente, com a ideia de que tornar-se feminista é um processo. A socióloga australiana Cheryl Hercus (2005, p. 9, tradução minha) identifica que parte da literatura sobre identidade feminista dos anos de 1970 e 1980 se concentra no que ela chama de “fenômeno ‘click’”: aquele primeiro momento em que [as feministas] reconheceram o status de subordinação das mulheres, sua própria opressão e a possibilidade de mudança<sup>42</sup>”. Esse “momento da verdade” era resultado de alguma experiência pessoal, seguida de uma intensa e dramática epifania sobre a realidade da opressão de gênero (Hercus, 2005). Para a autora, isso se deu em parte pela repercussão da segunda onda do movimento feminista, uma vez que, sensibilizadas pela cobertura midiática sobre os movimentos de libertação das mulheres e das dificuldades políticas e cotidianas enfrentadas por elas, muitas mulheres passaram a perceber atitudes machistas perpetradas nos seus relacionamentos pessoais.

Contudo, Hercus (2005) salienta que esse processo é mais complexo do que o fenômeno click sugere, o que a leva a propor um novo modelo sobre o desenvolvimento de identidades feministas. A partir de teorias feministas e dos movimentos sociais, ela sugere um “modelo fractal”, em que a construção de feministas é um movimento ao mesmo tempo individual e coletivo. Nas suas palavras: “As participantes do ativismo feminista constroem biograficamente a subjetividade feminista ao mesmo tempo que constroem o feminismo como um movimento

---

<sup>42</sup> No original: “the ‘click’ phenomenon: that moment when they first recognized the subordinate status of women, their own oppression, and the possibility of change”

social em constante mudança<sup>43</sup>” (Hercus, 2005, p. 9, tradução minha). Portanto, nesse modelo fractal, o processo de tornar-se e ser feminista envolve quatro componentes do que a autora descreve como uma “subjetividade feminista”. São eles: “conhecer (consciência), sentir (emoções), pertencer (identidade) e fazer (ação)<sup>44</sup>” (Hercus, 2005, p. 10, tradução minha). Cada um desses aspectos podem ser encontrados nas falas das entrevistadas desta pesquisa.

Assim, enquanto é possível encontrar nas suas narrativas alguns momentos em que elas “caem em si” (Eliza), ou situações que “abriram seus olhos” (Denise) para opressões de gênero – sobretudo relacionadas à maternidade, como discutido no capítulo anterior -, as entrevistadas trazem falas que remetem a ter “pensamentos e atitudes feministas” muito antes desses momentos e, em alguns casos, ainda na infância, sinalizando o caráter processual desse percurso.

Nesse caminho, especialmente nas histórias sobre a forma como foram criadas e sobre suas infâncias e adolescências, três aspectos se destacam e fazem parte da dimensão do sentir pensada por Hercus: a influência de pais e familiares, seja por exemplos positivos ou negativos, a experiência de violência de gênero através de abuso e assédio sexual, e a propensão para romper com as normas de gênero. A seguir, irei explorar melhor cada uma delas, bem como os sentimentos que emergem dessas experiências.

Kelly deixa bem claro que, para ela, tornar-se feminista é um processo que se relaciona com suas vivências:

“Acho não dá pra ser [feminista] assim da noite pro dia. É, sei lá, é um processo [...]. É o caminho que, que eu vim traçando que, que me chegou até aqui... eu nem sei te dizer. É que a minha mãe também sempre foi à frente do tempo dela né? E tem isso. Desde criança... desde criança a mãe à frente... tipo a mãe nunca quis morar no pátio da casa da sogra dela, no caso a minha vó né? Nunca quis. A mãe sempre trabalhou! A mãe aprendeu a dirigir com, tipo eu era muito pequena, eu tinha 6 anos quando a mãe aprendeu a dirigir. Né? Meu pai não queria que a mãe dirigisse. E meu pai não é... não é esses cara machista. Não! Não, não é. Muito longe disso! Né? Ih, meu pai é tão feminino quanto a minha mãe, às vezes ele é tão mulher quanto a minha mãe. Ele me penteava, meu pai cozinha, cuida da casa, super tranquilo. E... só que a minha mãe sempre à frente, sabe? Do tempo, né? Então, acho que isso faz, fez parte da construção que me trouxe até aqui, né?”

Na sua fala, é possível perceber a influência positiva que sua mãe teve para a aproximação de Kelly com o feminismo. Nesse caso, tanto sua mãe quanto seu pai servem como modelos para pensar relações de gênero mais igualitárias. Para Kelly, sua mãe tem ações “à

<sup>43</sup> No original: “Participants in feminist activism biographically construct feminist subjectivity at the same time as they construct feminism as an ever-changing social movement.”

<sup>44</sup> No original: “knowing (consciousness), feeling (emotions), belonging (identity), and doing (action)”.

frente de seu tempo”, pois questiona regras de conduta patriarcais, desenvolvendo sua autonomia e independência em um momento que exigia das mulheres uma postura submissa em relação aos homens da família – sejam maridos ou outros familiares.

Isso remete às pedagogias da sexualidade, conforme abordado por Guacira Louro (2007). Para a autora, mesmo que existam “muitas formas de fazer-se mulher ou homem” (Louro, 2007, p. 4), as possibilidades são sempre promovidas socialmente, reguladas, negadas ou sugeridas, pois “Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura” (Louro, 2007, p. 6). Assim, instituições como a família e a escola, produzem e reproduzem o disciplinamento dos corpos e a conformação às normas de gênero, através muitas vezes de uma pedagogia sutil, mas que deixa marcas na construção de identidades de gênero dos sujeitos. Isso demonstra como, a todo momento, estamos sendo expostos e ensinados sobre o que é gênero e como performá-lo, seja através de modelos normativos, seja por modelos que “fogem à norma”, como no caso de Kelly.

É interessante notar, no entanto, que mesmo que seu pai apresentasse posturas machistas, como não querer que sua esposa aprendesse a dirigir, ele “está longe de ser um cara machista”. Isso é justificado pelo argumento de que ele “é tão mulher quanto a minha mãe”, uma vez que participa dos cuidados que socialmente são atribuídos às mulheres. Aqui, a relação com o gênero se daria por meio de ações e atividades tidas como “inerentemente femininas”, como pentear a filha, cozinhar e cuidar da casa. Dessa forma, mesmo se aproximando do pensamento feminista, que questiona a dicotomia entre tarefas e espaços masculinos e femininos, especialmente através da distinção entre público e privado, Kelly retorna às normas de gênero ao identificar as ações de seu pai como femininas.

Ainda assim, Kelly deixa claro o impacto que a sua criação teve para o processo de se aproximar de ideias feministas. Nesse sentido, como afirma Hercus (2005), as sementes para uma consciência de gênero e para práticas ativistas, muitas vezes são plantadas ainda na infância. É recorrente nas histórias contadas por feministas que suas mães, mesmo que nunca tenham se “assumido” enquanto feministas, compartilhem de valores caros ao movimento e promovam igualdade de gênero nos ambientes familiares (Hercus, 2005).

Entretanto, não são apenas os “bons exemplos” que produzem sentimentos capazes de aproximar as mulheres às discussões feministas. Muitas vezes, o contato com situações de violência, seja física ou psicológica, também aciona respostas que envolvam uma atenção às questões de gênero. No caso de Kelly, esses exemplos também podem ser encontrados na sua família. Ela cita o caso de uma tia que “não conseguiu se livrar do relacionamento abusivo, ela

tá com o cara até hoje”, e uma prima que, mesmo sendo nova, já está em um relacionamento abusivo. Ainda, traz a fala de outra prima:

“Que ela dizia: ‘eu só vou namorar quando as minhas filhas crescerem’, por causa da função da violência né? Com criança, assim, que... a gente sempre tem receio. Então isso assim, isso são construções que fazem parte, é... de um pensamento, não sei se eu tô certa, daí tu vai me dizendo depois, de um pensamento... feminista, talvez né?”.

Com essas falas podemos perceber que, embora Hercus destaque que seja um aspecto pouco estudado em pesquisas sobre o feminismo, uma “subjetividade feminista envolve experienciar certos sentimentos sobre o mundo que podem ser identificados como feministas<sup>45</sup>” (Hercus, 2005, p. 11, tradução minha). Dessa forma, aparecem sentimentos como raiva, indignação e medo, como aponta a fala de Kelly.

Algumas vezes esses sentimentos partem da própria experiência de estar ou passar por situações de violência. Paola conta que sofreu violência do pai do seu filho e também sofreu um abuso quando criança, o que a deixou com sentimentos de “repulsa” a certos comportamentos, sobretudo em casos que envolvam crianças ou outras mulheres em situações de violência. Segundo ela, isso direcionou muito do seu engajamento no movimento feminista, e se traduz no comprometimento com outras mulheres e em práticas que ela chama de “resgate” ou “socorro” a mulheres e meninas em situações de violência.

Para Denise, que sofreu um abuso aos 12 anos por uma pessoa da família, esse acontecimento deixou marcas na maneira como ela compreende o mundo e as questões de gênero, e conduz o seu interesse em discussões feministas voltadas a estas temáticas. Segundo ela,

“olha, eu acho, que não é nem pelo me interessar, mas por ser um gatilho na minha vida, essa coisa do abuso, do direito da mulher de dizer não, é uma coisa que me afeta diretamente. Sabe? Por eu ter sofrido aos 12 anos, por alguém muito próximo da família, próximo não, da família, porque era meu tio, casado com minha tia, então por eu ter sofrido isso na família, eu acabo que trago... é um gatilho na minha vida. Quando aparece alguma coisa sobre esse assunto, eu acabo indo a fundo pra saber, eu acabo querendo, né? Como essa menina a pouco tempo de 10 anos, que, né?<sup>46</sup> Então, isso, essa história, foi uma história que me... durante toda a semana que passou esse assunto, eu sofri junto. Durante toda a semana. Porque é uma coisa que eu me ponho exatamente no lugar daquela criança. Sabe? E aí por eu ter filhas, eu já penso nisso tudo.”

Enquanto para Paola e Denise essas questões aparecem na infância, Eliza relata que foi

<sup>45</sup> No original: “feminist subjectivity involves experiencing certain feelings about the world that can be identified as feminist”.

<sup>46</sup> Daniela se refere ao caso de uma menina de 10 anos, vítima de estupro por um tio, que precisou recorrer à justiça para acessar o direito ao aborto legal, já previsto em lei. O caso ganhou repercussão depois que a ministra da Secretaria da Mulher, Damares Alves, deu publicidade ao caso nas redes sociais digitais, e envolveu ações de ativistas radicais na porta da clínica onde ocorria o procedimento.

após o nascimento de seu filho que ela se confronta com situações onde é colocada como “uma cidadã de segunda categoria”. As dificuldades e a maneira como passou a ser tratada pela sociedade quando se tornou mãe, produziu nela “uma sensação de impotência e uma sensação de... não conformidade”.

Essas falas mostram o quanto sentimentos socialmente entendidos como negativos, como raiva, tristeza, desconforto, impotência e sofrimento, podem estar associados ao desenvolvimento de uma consciência feminista (Hercus, 2005). Taylor (1996, como citado em Hercus, 2005) também evidencia que organizações feministas têm transformado emoções negativas - como culpa e depressão - em sentimentos que mobilizam as mulheres para a ação em práticas ativistas.

Por outro lado, emoções positivas, como empatia e afeição por outras mulheres também são promovidas pelo feminismo. Nesse sentido, “essas emoções agências de raiva e empatia / amor (quando dirigidas a outras mulheres) foram identificadas pelas feministas como ‘emoções fora da lei’<sup>47</sup>” (Hercus, 2005, p. 11, tradução minha). São esses sentimentos que as levam a se comprometer com causas feministas e a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Nos relatos das entrevistadas, aparecem falas que mostram o quanto são afetadas por esses sentimentos, quando elas contam que se sentem tocadas com as histórias de suas companheiras de luta, e que “a gente entendia que existia uma força ali, que tinha uma cumplicidade entre as mulheres, só não sabia que tinha nome, né?”, como afirma Paola.

Assim, as entrevistadas trazem a ideia de ter uma "afinidade" com ideias feministas, "ser feminista" ou desafiar os padrões de gênero, mesmo antes de estudar sobre o feminismo ou se declarar feminista. É exemplo disso a fala de Denise, quando ela diz que “a gente na verdade descobre que sempre foi feminista e a gente só que não sabia”. Aparece também na fala de Eliza, quando ela diz que mesmo antes da maternidade, na sua infância e adolescência “Eu sempre já fui mais rebeldezinha assim, de ser mais, digo, de não gostar de ser mandada, de ser mais, assim, né? Espinhosa, pra algumas coisas”.

Nesse sentido, “o processo de se tornar e ser feminista envolve primeiramente pensar ou entender o mundo de uma forma feminista<sup>48</sup>”, o que costuma ser definido como uma “consciência feminista” (Hercus, 2005, p. 10, tradução minha). Mulheres feministas compartilham um entendimento sobre opressões de gênero, rejeitam normas patriarcais consideradas injustas e buscam combatê-las através do seu ativismo. Embora o contexto e os

---

<sup>47</sup> No original: “These agentic emotions of anger and empathy/love (when directed toward other women) have been identified by feminists as ‘outlaw emotions’”.

<sup>48</sup> No original: “The process of becoming and being feminist first involves thinking about or knowing the world in a certain, feminist way”



sentimentos que as levem a essa compreensão possam variar, todas elas aceitam que os problemas enfrentados pelas mulheres e outras pessoas afetadas por opressões de gênero são causadas por um sistema estrutural, como uma forma particular de injustiça social (Hercus, 2005). Esse entendimento, para as mulheres entrevistadas neste estudo, se deu a partir das suas pesquisas e aprendizados nas redes sociais digitais.

Como relata Eliza, os sentimentos de impotência que afloraram a partir da maternidade a levaram a refletir sobre a posição das mulheres na sociedade patriarcal:

“E junto com essas reflexões veio a necessidade de encontrar posicionamentos. Falar ‘não, pera lá, eu tenho que entender o que tá acontecendo aqui comigo. Eu tenho que entender em que parte da história que’... né? Tipo, tá! Por que isso? Como isso? E o feminismo vem nessa mesma... nessa leva aí né? De você entender como que o patriarcado age, o que que eles esperam da gente, como que eles nos moldam pra ter o que eles querem da gente. Né? Como que a gente é condicionada a vida toda pra servir. E como que a gente é descartada a partir do momento que você não serve mais pra aquilo. Enfim... é por aí!”

Em busca de respostas, elas se voltam para as redes sociais digitais como um espaço de (in)formação sobre o movimento feminista. Há um destaque nas falas das entrevistadas para a pesquisa sobre a história do movimento e a luta das mulheres em épocas anteriores, apontando que nenhuma mulher hoje pode se considerar desatrelada da herança político feminista, como apontam as falas de Kelly e Denise:

“Se tem aquela questão lá atrás, do voto, né. E tem muita mulher que diz: ‘oh, eu não sou feminista, e não sei o que, e eu não preciso do feminismo’. Tá mas, e tu vota por que hoje? Hoje tu anda sozinha sem precisar [...] autorização do teu marido pra viajar por quê? Né? Então, esses fatores, esses pequenos pensamentos, num conjunto, ele é importante”. (Kelly).

“Eu falo assim, que talvez isso não seja pra agora, mas que seja pra daqui a um século, porque afinal das contas há um século atrás a gente não podia nem usar calça, né? Então, que seja pra daqui a um século, mas eu espero que daqui a um século as mulheres possam ser livres! Que a gente não é livre, na verdade” (Denise).

Dessa forma, o próprio movimento é visto como um processo contínuo de lutas, no qual elas se engajam. Entender a história do movimento as ajudou a entender as estruturas por trás das experiências que vivenciam, ou pelas quais já passaram, bem como os motivos pelos quais elas precisam se inserir nessa luta. Os conteúdos feministas encontrados nas redes sociais digitais também são importantes para desconstruir uma visão estereotipada do feminismo e das mulheres feministas, ainda muito divulgada pela mídia *mainstream*. Todas as entrevistadas afirmam que a visão que tinham do feminismo mudou com as narrativas que encontraram no ciberespaço. É através das informações que elas adquirem nos espaços digitais e nas leituras

feministas, que passam a valorizar e chegam ao entendimento de que precisam lutar pelos direitos das mulheres. Como diz Paola, quando perguntada se percebe alguma mudança na forma como enxerga as situações cotidianas:

“Ah sim. Sim, porque a gente acaba tendo a visão correta da coisa. Não a visão já mastigada, que a gente já aceitou. Não a visão machista, sabe? Que a gente tá pré moldada pra aquilo. Quando aquilo é conversado e discutido, a gente consegue ter a versão ‘oficial’, vamos dizer assim. A gente consegue ter a versão histórica, ‘olha é assim, assado, por isso que funciona...’ Principalmente a versão histórica, né, porque às vezes a gente tá tão acostumada a bater na mesma... e achar tão comum, tão normalizado, que a gente não questiona, vai só obedecendo o fluxo. E quando você tem o entendimento ‘opa, não era assim, não precisa ser assim, é por esse caminho’ a gente entende um monte de outra coisa”.

É possível perceber então que, embora todas as entrevistadas tenham trazido um vago entendimento sobre opressão de gênero anterior ao contato com conteúdos feministas, muito baseado nas suas próprias experiências e associado a sentimentos de frustração e insatisfação, foram nos espaços digitais que elas aprenderam a linguagem com a qual expressar esses sentimentos e atuar em prol de uma mudança social. Como afirma Hercus (2005, p. 36, tradução minha), os espaços de mobilização feminista são ambientes onde as experiências e sentimentos das mulheres são legitimados e, ao compartilhar com outras mulheres uma visão de mundo feminista, são “encorajadas a desenvolver um senso de identidade feminista<sup>49</sup>”.

Paola destaca que já tinha contato com um “feminismo prático” antes de se denominar feminista. Para ela, as mulheres “já se ajudavam, mas não era colocado esse nome”. Ela descreve o processo de aprender mais sobre o que é o movimento:

“Por exemplo não sabia que tinha um nome isso, mas a gente já fazia, já praticava sem denominar [...]. E aí depois teve esse grande movimento, né, das redes sociais e de grupo e tal, e aí dá nome, dá cara, dá identidade das lutas, acho que serviu bem pra isso. Porque tem vários grupos, várias vertentes, às vezes tem várias demais, que confunde tudo. Mas tem, né, cada uma você vai se identificando. Ou não. Né, tem as ‘Red Femi’ por exemplo. Tu se identifica ou não. Eu acho que é bem por aí. Vai classificando e você entra [...]. Então não é todos que eu me meto, entendeu? Não é todas as discussões que eu vou, geralmente a que tem relevância. Essa pauta, principalmente do racismo, tem a pauta de união de mulheres saindo de situação de violência, de abusos, isso é uma... é porque dói em mim, na verdade, aí eu consigo ser sensível na outra”.

Essa fala demonstra a importância da dimensão do sentir para o engajamento feminista, uma vez que a empatia é o que mais mobiliza as ações práticas dentro do movimento. Também evidencia uma preocupação em participar de grupos feministas que não sejam excludentes, algo que aparece na fala de todas as entrevistadas. Elas ressaltam o cuidado que é preciso ter nas

---

<sup>49</sup> No original: “encouraged to develop a feminist sense of self”.

redes sociais digitais na escolha das páginas e grupos em que participam, afirmando que o que as fazem continuar participando ou seguindo um perfil ou grupo é justamente ele não propagar violência, não excluir pessoas e manter discussões saudáveis e respeitosas, pois, como diz Denise: “eu acho que não se combate violência com violência”.

Os relatos das entrevistadas sobre suas experiências com o feminismo, dentro e fora das redes sociais digitais, mostram que tornar-se consciente de que existe uma linguagem ou um discurso feminista, como um veículo para expressar muitos dos valores que elas já cultivavam, as ajudou a articular seus sentimentos e opiniões nos moldes de (in)justiça social, conectando suas experiências pessoais a estruturas sistêmicas e causas coletivas (Hercus, 2005). Nesse processo, é central o contato e a formação de uma rede com outras mulheres, que possibilita o contexto para o processo de conscientização e construção de uma identidade feminista (Hercus, 2005).

Assim, embora as ideias feministas circulem em diferentes canais midiáticos, inclusive nos meios de comunicação de massa, como televisão, novelas, jornais e revistas, esses meios nem sempre são eficientes para fazer as mulheres se envolver no campo feminista. Para Hercus (2005), isso acontece por dois motivos principais. Primeiro, as representações sobre o feminismo reproduzidas na mídia *mainstream* ainda recorrem a estereótipos negativos e visões distorcidas do movimento e das mulheres feministas. Isso é trazido pelas entrevistadas, como na fala de Eliza, quando perguntada se já havia ouvido falar do feminismo antes do contato com as redes sociais digitais:

“Eu já tinha ouvido falar, mas de uma forma muito raivosa e muito... ‘ai, aquela femina’..., ai, como se fosse alguma coisa assim, ai, sei lá... aquela que espanca criança, aquela que ferve bebê e dá pro outro... sabe? Tipo, era uma coisa muito estigmatizada né? E que eu acredito que ainda, pra muita gente seja! Né? Tem muita gente ainda, preso nessa ideia, de que... ‘ai... ai, que, odeia homem’, ‘ai, é tudo mal comida’, ‘ai, é tudo...’. Você tá entendendo? Ainda tem muita gente que está presa nesse estereótipo aí. Mas sim, já tinha ouvido falar, mas de uma forma bem pejorativa. Né? Tipo, eu não quero ser isso aí! (risos). Eu não sou essa mulher que eles estão pintando, né? E eu acho que isso rola até hoje. E porque... não tem porque, se você entende realmente qual o conceito e o que isso traz, depois que você passa da fase de... né? Depois que você entende a importância disso, não tem porque você não se [...] auto intitular. Quem que não quer um... um relacionamento igualitário, quem não quer ser respeitada dentro das suas particularidades, quem não, qual pessoa que não quer? Né? Não existe! Não existe.”

Essa fala corrobora o pensamento de Hercus (2005) e demonstra o papel central que a mídia tem nas construções identitárias das pessoas. Como elaborado ao longo desse trabalho, a mídia é entendida como um instrumento de mediação que é tanto produto como produtor de subjetividades (Miguel, 2005). Assim, é importante levar em conta os diversos discursos e

representações sobre o feminismo em conteúdos midiáticos. Como aponta Gil (2007), a maioria dos canais midiáticos articulam uma mensagem pós-feminista, como visto no primeiro capítulo desta dissertação. No entanto, a fala de Eliza mostra que há também conteúdos que se concentram em exibir uma visão unicamente depreciativa do movimento. Essa dinâmica não é nova, como discutido anteriormente, e campanhas anti-feministas podem ser encontradas tanto em canais mais tradicionais de entretenimento quanto em espaços digitais.

Em segundo lugar, Hercus (2005) também destaca que os meios de comunicação de massa não fornecem contato com outras mulheres que pensem de forma semelhante. Para a autora, o acesso a redes e grupos feministas é central para o envolvimento de mulheres no movimento e para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a um coletivo feminista. Nesse sentido, diferente de outras mídias, as redes sociais digitais são contextos de micromobilização que auxiliam nesse processo de recrutamento, através de grupos de conscientização *on-line* e da formação de comunidades de mulheres que, juntas, abraçam o ativismo feminista e definem uma possível quarta onda do movimento (Blevins, 2018). Para Katie Blevins (2018, p. 92, tradução minha) “o primeiro aspecto chave para a emergência desse nexos de comunidade, ativismo e feminismo em espaços *on-line*, é o ressurgimento dos grupos de conscientização<sup>50</sup>”.

Nesse sentido, os grupos de conscientização - ou grupos de reflexão - foram espaços importantes para a divulgação do pensamento feminista durante a segunda onda do movimento, tal como foi discutido no primeiro capítulo. bell hooks (2018) sinaliza que esses grupos, formados informalmente por mulheres de uma comunidade, eram os espaços onde elas primeiramente se organizaram para conversar sobre o sexismo e a dominação masculina, aprender sobre o patriarcado como um sistema estrutural, desabafar sobre situações machistas que enfrentavam no cotidiano, e receber apoio de outras companheiras de luta para desafiar o poder patriarcal.

Afirmando que “feministas são formadas, não nascem feministas”, bell hooks (2018, p. 23) destaca que tornar-se feminista é fruto de uma escolha e de uma ação política. Nesse sentido, os grupos de conscientização foram espaços de conversão, onde as mulheres eram ativamente trazidas para o feminismo por meio das comunidades que se formavam a partir desses grupos. Os grupos de conscientização desempenharam um papel essencial para o primeiro contato de mulheres com o feminismo, mas acabaram sendo abandonados após a segunda onda, conforme

---

<sup>50</sup> No original: “The first key aspect to this emerging nexus of community, activism, and feminism in online spaces is the reemergence of consciousness-raising groups”.

o movimento e as feministas passaram a se concentrar em outros espaços, como a academia (hooks, 2018).

Para Blevins (2018, p. 93, tradução minha), a perda desses espaços diminuiu o ativismo feminista e transformou o feminismo em “um rótulo quase apolítico e, frequentemente, indesejável<sup>51</sup>”. Para hooks (2018), o fim dos grupos de conscientização também resultou na invisibilidade do feminismo pensado por mulheres não brancas e não pertencentes a classes médias, uma vez que muitas delas não tinham acesso a espaços institucionais como as universidades. Segundo hooks (2018, p. 25-26), “o desmantelamento dos grupos de conscientização praticamente apagou a noção de que é necessário aprender sobre feminismo e fazer uma escolha consciente sobre aderir às políticas feministas para se tornar uma pessoa que defende o feminismo”. A autora argumenta que para o feminismo se tornar um movimento de massa novamente, é preciso valorizar o processo de conscientização e a estratégia de grupos de conscientização, pois as mulheres precisam “primeiro confrontar seu sexismo internalizado como processo para se tornar feminista[s]” (hooks, 2018, p. 26).

Em concordância com esse pensamento, a quarta onda do movimento feminista mostra que mulheres estão usando as redes sociais digitais para acessar informações sobre o feminismo, mobilizar-se em ações feministas e praticar seu ativismo. Uma ferramenta importante para essa mobilização são as *hashtags*, que agregam mulheres em torno de uma mesma temática, como os exemplos vistos anteriormente das campanhas #VamosJuntas, #MeuAmigoSecreto e #primeiroAssédio. Outro movimento importante a partir das redes sociais é o modo como essas mulheres também estão reunindo-se em novos grupos de conscientização que se formam nos espaços *on-line*. A esse respeito, Blevins (2018) destaca como várias características chave dos grupos de conscientização pensadas por bell hooks podem ser encontradas nos grupos de redes sociais digitais.

Em primeiro lugar, são espaços onde as mulheres podem desabafar sobre experiências sexistas que acontecem no seu dia a dia. Blevins (2018) ressalta que a estrutura dos grupos *on-line* encoraja o compartilhamento de experiências e possibilita que as mulheres se articulem em cima de tópicos e incidentes que, de outra forma, poderiam ser considerados de menor importância dentro de um movimento feminista mais amplo. Esses relatos também servem como pontos que geram empatia e constroem uma comunidade. Nas falas das quatro entrevistadas, é possível perceber esse aspecto, especialmente a centralidade de postagens que conversem com o cotidiano delas.

---

<sup>51</sup> No original: “a nearly apolitical, and often undesirable, label”.

Uma fala de Paola aponta esse processo:

“Acaba que você conta história assim, que você fala ‘Meu deus, porque eu falei tanto?’, que às vezes a gente consegue falar pra estranho. Né? Fazer relatos, enfim... Que às vezes você não consegue fazer em casa. Tem essa... Uma pessoa tá longe, você consegue desabafar, de situações que você já viveu. E se sentir com empatia, né? Da outra pessoa”.

Ao compartilhar suas histórias pelas redes sociais digitais, essas mulheres demonstram que o sexismo ainda existe e é um problema enfrentado pelas mulheres cotidianamente, desnaturalizando situações machistas. Assim, elas combatem a normalização de certas crenças e comportamentos, evidenciando que esse é um assunto que precisa ser debatido com seriedade por toda a sociedade. Ao mesmo tempo, as entrevistadas também destacam que é preciso repensar os próprios posicionamentos sexistas, uma vez que todas – feministas ou não – fomos socializadas em uma cultura machista. Como diz Eliza:

“Eu falo que o machismo é uma poeira muito fina, né? Então ele se esconde atrás de coisas que você nem vê. Ele não é perceptível cem por cento. Então muita coisa que é tida como cuidado, que é tida como... na verdade é dominação e é controle. E você enxergar isso é complicado [...] A gente reproduz machismo pra caramba. É um negócio diário assim, mesmo”.

A ideia de que perceber o próprio machismo é um processo pessoal e político que se dá na interação com outras mulheres, a partir das redes sociais digitais, aponta para a segunda característica dos grupos de conscientização, de que “as discussões argumentativas são uma parte necessária e produtiva desses grupos<sup>52</sup>” (Blevins, 2018, p. 94, tradução minha). Blevins (2018) argumenta que os espaços *on-line* promovem uma atmosfera propícia para gerar discussões, e a combinação entre anonimato e alcance generalizado a qualquer pessoa com acesso à internet pode, inclusive, intensificar esse aspecto.

Contudo, apesar do anonimato assegurar certa proteção para mulheres que não querem se expor em espaços físicos, ele também gera um risco para esses grupos e pode levar suas participantes a enfrentar situações de assédio (Blevins, 2018). Isso pode diminuir o potencial de gerar discussões, como aponta a fala de Paola:

“Já teve grupo que eu participava, que a gente fazia relato depois tinha macho dando *print* e rindo, nos grupos assim. E depois as mulheres vinham ‘ó, tá vazando informação, meu ex namorado que eu contei a história tá fazendo tal coisa’. Então eu não me sentia segura, e aí eu só lia e não relatava nada, não palpitava nada, entrava e saía. Né, porque eu não me sentia segura de relatar nada. Eu acho que é a segurança do grupo, de ter confiança, que eu acho que me faz voltar”.

---

<sup>52</sup> No original: “that argumentative discussions are both a necessary and a productive part of these groups”

Essa preocupação aparece para as quatro entrevistadas, que relatam analisar primeiro os grupos e as discussões antes de fazer qualquer postagem, e que dizem dar preferência para grupos que são indicados por amigas feministas ou outras pessoas conhecidas. Junto com esse cuidado, elas procuram analisar também a forma como os próprios membros interagem, pois, como diz Eliza, “chega uma hora que as páginas, elas se auto gerenciam... o próprio público já vai meio que gerenciando a página, já vai tendo discussões saudáveis”.

Isso demonstra que os grupos on-line também seguem, muitas vezes, outra característica importante dos grupos de conscientização, que é não ser hierárquicos, onde todas as vozes são ouvidas igualmente por todas/os as/os membras/os (bell hooks, 2018; Blevins, 2018). Assim, apesar de haver “moderadores” ou “administradores” nos grupos, esses agem principalmente no sentido de garantir que o tom das conversas seja respeitoso, evitando julgamentos e propiciando um lugar onde as pessoas se sintam acolhidas. Aqueles que não apresentam essas características são, para as entrevistadas nesta pesquisa, espaços em que elas escolhem não permanecer.

As outras duas características dos grupos de conscientização que podem ser encontradas nos grupos *on-line*, para Blevins (2018), são a aproximação de indivíduos com as políticas feministas e o estabelecimento de expectativas realistas para a mudança social. Se o objetivo das comunidades feministas é que as mulheres se envolvam em questões políticas e sociais, é necessário que esses espaços sejam utilizados tanto para discutir e se informar sobre o movimento, quanto para aprender ações práticas e específicas que gerem mudanças positivas a partir de políticas feministas. Com isso, embora os movimentos feministas que se organizam nas redes sociais digitais não se concentrem em metas amplas como as campanhas feministas da segunda onda, eles participam do processo de mudança social, especialmente porque focam em mudanças pequenas, mas significativas para essas mulheres.

Assim, os grupos de conscientização que se formam no ciberespaço têm contribuído para criar novas maneiras pelas quais as mulheres podem participar e exercer o ativismo feminista. Como afirma Blevins (2018, p. 96, tradução minha), “alguns desses grupos de conscientização modernos são mais do que encontros sociais em torno de questões sexistas; eles também estão re-politizando os jovens e trazendo-os para a causa feminista por meio do ativismo nas redes sociais<sup>53</sup>”. Entretanto, como esta pesquisa tem mostrado, não são apenas as/os jovens que se beneficiam e aprendem nesses espaços.

---

<sup>53</sup> No original: “Some of these modern consciousness-raising groups are more than social gatherings based around issues of sexism, they are also re-politicizing young people, and bringing them to the feminist cause through social media activism”.

Antes de explorar quais as práticas feministas que as entrevistadas implementam no cotidiano, é necessário entender como elas conceituam o feminismo e o ativismo feminista, bem como a maneira como enxergam as mulheres feministas e a si mesmas nesse processo. Em outras palavras, é preciso debruçar-se sobre as dimensões de pertencimento (identidade) e do fazer (ação), como proposto pelo modelo fractal da construção feminista desenvolvido por Hercus (2005).

## **7.2. “Hoje eu posso falar com certeza que sim, eu sou feminista”: definindo o feminismo e reclamando a identidade feminista**

Embora existam pontos em comum na forma como todas as entrevistadas definem o feminismo, especialmente em torno da temática dos direitos das mulheres, elas também ressaltam ou enfocam questões e características específicas. Isso acontece porque cada uma o concebe de acordo com sua experiência, sua trajetória e seus valores. É importante dedicar um tempo para entender o que o movimento feminista significa para essas mulheres, uma vez que isso ajudará a construir a forma como elas se engajam em políticas feministas e no ativismo dentro e fora das redes sociais digitais.

Kelly, quando questionada sobre o que o feminismo significa para ela, responde que

“É não só a parte da liberdade né, de expressão, não é só, ‘ah, vou andar assim, vou me separar, vou me’, né? ‘Vou... sei lá (pausa)’. ‘Agora eu não preciso mais de homem pra nada...’ Eu acho que não é isso, acho que... Precisa construir, importante também tá trazendo isso, né, pro namorado, pro homem, e tal.”

Nesse sentido, o conceito de feminismo não se separa da ação, de práticas feministas cotidianas. Além disso, há um enfoque, neste trecho e em outras falas suas, em trazer outras pessoas e, especialmente, os homens, para dentro do movimento feminista. Ao tratar desse assunto, ela também cita a campanha HeForShe como um movimento importante, que é inclusive trabalhado dentro da instituição de ensino onde ela atua, a partir de ações anuais. HeForShe, que pode ser traduzido como “ElesPorElas”, é um programa da ONU Mulher, definido como um movimento solidário que “acredita que a questão do gênero não é apenas um problema das mulheres, é um problema de todos e portanto uma questão de Direitos Humanos” (Vieira, 2016, p. 8).

Há alguns pontos controversos em relação a essa campanha, que são apontados por mulheres e organizações feministas, entre eles, o pressuposto de que os homens não se engajam no feminismo por não serem convidados para tal, deixando de lado questões como os privilégios adquiridos por eles com a manutenção do machismo, a ideia de que a legitimação da luta



depende da validação masculina, a não utilização da palavra feminismo nos materiais da campanha, a falta de práticas concretas e a desvalorização dos esforços que as mulheres têm realizado nos últimos três séculos de mobilização feminista (Vieira, 2016; Brandão, Padron, Mello, Cabral & Gomes, 2014).

Por outro lado, bell hooks (2018) argumenta que seria um equívoco pensar o feminismo apenas como uma luta das mulheres. Para a autora, embora os homens, como um grupo, sejam os maiores beneficiários do sexismo institucionalizado, eles pagam um preço para fazer uso desses benefícios, pois é exigido deles que desempenhem uma masculinidade baseada na violência. Assim, “se [os homens] soubessem mais sobre feminismo, não teriam mais medo dele, porque encontrariam no movimento feminista esperança para sua própria libertação das amarras do patriarcado” (bell hooks, 2018, p. 14).

Uma crítica que bell hooks (2018) faz aos grupos de conscientização da segunda onda é que eles precisavam ter sido mais inclusivos aos homens, para que estes se tornassem membros ativos da causa feminista. Nesse sentido, Blevins (2018) argumenta que os novos grupos que se formam *on-line* contribuem para esse objetivo, uma vez que “as redes sociais permitem qualquer pessoa com acesso à Internet pode participar<sup>54</sup>” e que, nesses espaços, “o anonimato também permite uma ênfase menor no gênero dos indivíduos<sup>55</sup>” (Blevins, 2018, p. 96, tradução minha). Ainda, as postagens feministas nas redes sociais digitais circulam não apenas em grupos fechados, mas também no círculo pessoal das/os usuárias/os, ampliando a divulgação de temas caros ao movimento. Como aponta a fala de Kelly e das outras entrevistadas, a causa feminista também é levada a espaços *off-line*, por mulheres que se identificam com o feminismo e procuram difundir esse pensamento nos lugares que frequentam.

Ainda, é possível perceber que, para Kelly, ser feminista significa “ter carga de leitura” e “militar pela causa feminista”. Ao falar sobre sua trajetória pessoal, ela relata que lê muito sobre o tema, que acompanha grupos *on-line* sobre feminismo, que participa de cursos e eventos acadêmicos sobre o tema, e que busca se posicionar em espaços *on-line* e *off-line* e divulgar pensamentos feministas. Todos esses aspectos são considerados por ela como ações necessárias para uma pessoa ser considerada feminista. No entanto, quando perguntada se ela se considera feminista, ela responde que

“Não, não! Acho que ainda, não, não sei, me falta muita... posso ter alguns pensamentos, claro, a gente tem, pensa dum jeito né... mas não... não sei, assim, ‘ai, sou... luto por isso’, coisa... não! Nah, não, acho que em construção ainda né? Lendo, aprendendo, muito também, muito mesmo sobre, sobre isso. Acho que não... não dá pra ser assim da

<sup>54</sup> No original: “social media allows for everyone with na Internet connection to participate”.

<sup>55</sup> No original: “anonymity also allows for a decreased emphasis on an individual’s gender”.

noite pro dia. É... Sei lá, é um processo.”

Ao mesmo tempo, ela fala sobre o percurso que vem traçando desde a infância, passando por sua trajetória acadêmica e profissional e suas interações em redes sociais digitais, de modo que, hoje:

“só tem isso no meu *Facebook*! Só tem isso! (risos). Isso que assim ó, eu nem tenho, eu nem tenho carga de leitura, eu nem sou mili... eu não me considero militante né, porque, eu tô só no meio, fazendo volume nas coisas, tem função tô lá, tem curso tô lá, sabe? Mas só tem isso no meu *face*, e só tem isso no meu lattes! Se eu te contar que só tem isso no meu lattes! No meu lattes é assim ó: negro, gay, (risos) LGBT, é só essas, são as palavras-chaves, do meu lattes (risos)”.

Estar “fazendo volume”, ou seja, participar de cursos, eventos acadêmicos e protestos políticos, para ela, não é suficiente para considerar-se feminista. Embora tenha dedicado a maior parte de sua carreira às temáticas de gênero e raça, o que reflete em um lattes "menos técnico" e define seu percurso profissional, isso ainda não a "qualifica" como feminista. É interessante então pensar em como se constitui o ideal de alguém que é “verdadeiramente feministas” para ela, frente à feminista concreta que ela tem conseguido ser. Isso fica mais claro quando ela fala sobre outras feministas com quem tem contato, com quem trabalha em conjunto e em quem ela se inspira. Nesse momento, Kelly destaca a importância da dimensão do conhecimento:

“O pessoal da UNIPAMPA, da Universidade Federal do Pampa, o NEABI deles, e o TUNA, porque lá eles tem o TUNA, que também é [um núcleo] do gênero e sexualidade, né? [...] E então, eu busquei ajuda com eles. E eles são muito forte nisso! Eles têm muita carga de leitura, assim, sabe? Eu fico apaixonada... Então hoje, além do pessoal que eu sigo nas redes, eles são os principais, assim, né? E eles estudam mesmo... tipo a Cris, a Cris é feminista *mesmo*! (risos). E ela faz muitas rodas de conversa, ela tem um bom entendimento, dessas questões assim”.

Por essa fala, fica evidente sua admiração por mulheres e pessoas que são feministas e militantes. Ao mesmo tempo em que elogia o comprometimento e o conhecimento que outras pessoas integrantes do movimento possuem, sua avaliação sobre si mesma e sobre o seu trabalho parece ser de que não está à altura do título de ativista. Apesar de ser a única entrevistada que não se considera feminista, o fato dela entender que ser feminista é uma “construção”, de que está em um processo de aprendizagem, e de “faltar algo” para poder se declarar feminista, sugere que o termo é uma designação honrosa que alguém recebe por seu trabalho excepcional e incansável à causa.

Nesse sentido, Chris Bobel (2007, p. 154, tradução minha) argumenta que, para algumas pessoas, a concepção do que é um/a “ativista de verdade”, recorre a conceitos por vezes

“exagerados, até mesmo romantizados, alusões abstratas a um compromisso incansável, sacrifícios altruístas e devoção incomparável<sup>56</sup>”, perante os quais sentem-se desqualificadas/os. Muitas vezes, isso está relacionado a expectativas vagas, sem critérios específicos para identificar um/a ativista “legítima/o” (Bobel, 2007). No entanto, no caso de Kelly, ela descreve o que é necessário para “ser considerada feminista”, mas não consegue perceber que já pratica todas as ações que elenca.

É importante destacar que, enquanto alguns indivíduos procuram se distanciar do rótulo de feministas por uma visão negativa desse conceito, a recusa de Kelly não é um ato de preservação. Ao contrário, ela deseja ser incluída entre aquelas/es que admira, mas afirma que “ainda não chegou lá”.

Enquanto sua insegurança em declarar-se feminista se relaciona com um autoconceito, para Paola, surge pela forma como é vista por outras feministas. Quando perguntada se ela se considera feminista, ela responde que “acha que sim”, mas tem dúvida se pode ser considerada feminista por outras mulheres, uma vez que nem sempre apoiou ou apoia todas as causas feministas. Segundo ela:

“Então, é difícil isso né? Será que sou? Não sei, eu acho que sim. Porque fica meio que aquela: vou perder meu crachá? Porque várias... por exemplo, eu fui muito tempo contra o aborto. Eu já militei contra, entendeu? [...] E aprendi foi no feminismo que eu não tinha esse direito de julgar minha irmã, por exemplo [...] Eu não faria, não apoio, não participaria, mas jamais vou julgar [...] Na última manifestação que eu fui eu ganhei uma bandeirinha verde. E eu amarrei no pulso e falei pra minha amiga: ‘Eu não vou levantar o braço, mas eu quero dar a mão pra quem tá com o braço levantado’, entendeu? Não é a minha causa, não lutaria por isso, por motivos meus, mas hoje já não julgo e aprendi isso no feminismo, entendeu? [...] Esse é um ponto que eu acho que eu evoluí. Através do feminismo.”

Isso aponta para a relação entre autonomia individual e o senso de identidade coletiva, e mostra que o significado de práticas feministas não é fixo e pode variar entre as pessoas que se envolvem no movimento (Hercus, 2005). Sua fala também ressalta que tornar-se feminista é um processo, e este se relaciona com conhecimento, interação com outras mulheres e sentimentos de empatia e sororidade. Para bell hooks (2018), enquanto nossa sociedade estimula a colaboração entre homens, as mulheres são socializadas para competir umas com as outras pela aprovação patriarcal e nutrir sentimentos de inveja, medo e ódio entre si. Por esse motivo, o feminismo precisou e precisa criar uma base de solidariedade entre todas as mulheres, uma vez que “a sororidade ainda é poderosa” (bell hooks, p. 28). A autora também aponta que

---

<sup>56</sup> No original: “exaggerated, even romanticized, abstract allusions to tireless commitment, selfless sacrifice, unparalleled devotion”

“essa base se apoiou em nossa crítica do que então chamávamos de ‘o inimigo interno’, em referência ao nosso sexismo internalizado”, e que “movimentos feministas criaram o contexto para mulheres se conectarem” (bell hooks, 2018, p. 29).

Para Paola, os espaços feministas que ela frequenta – sejam dentro ou fora das redes sociais digitais - foram bem sucedidos em criar essa conexão. A própria definição de feminismo, para a entrevistada, endossa esse pensamento:

“Eu acho que [o feminismo] é um acordo que... entre as mulheres. Um acordo de parceria entre as mulheres, assim. De não deixar ninguém pra trás. Sabe? Eu acho que quando você se declara ‘ah eu sou feminista’, eu acho que esse acordo tem que tá firmado. Você tem que saber que você tá se comprometendo com a irmã entendeu? Que ela sente a mesma coisa que você, que ela pode ser trans, ela pode ser negra, loira e rica. Mas se ela tiver apta e aberta pra entender e evoluir, ela é minha irmã do mesmo jeito. Ela tem o mesmo... ela sente a mesma dor que eu. Independente da minha luta. Ou da dela.”

A partir disso, podemos entender melhor sua postura dentro do movimento e as políticas feministas com as quais ela se compromete, especialmente ao trazer e acolher outras mulheres para dentro do movimento feminista – embora suas atitudes nem sempre tenham sido incentivadas por outras companheiras.

“Eu arrumava muita briga no feminismo negro porque eu sou defensora das irmãs que querem sair do conforto e entender que tá... que precisa mexer em tudo, da base da pirâmide até a ponta, sabe? Eu entendo esse poder. E muitas meninas pretas me criticam porque eu sou da paz. Não gente, não é assim não, calma aí. Calma que ela aprende. Apesar de falar que às vezes me dá preguiça, de certas... como que eu posso dizer? De certas... de certos privilégios que a pessoa é insensível de entender que ela tenha, e desdenha da outra, da treta da outra... Isso me dá um pouco de preguiça e raiva, assim né, e eu tento não entrar em conflito nesse tema assim, sabe? Se não eu bato de frente. Mas outras que eu vejo super dispostas e às vezes é só falta de conhecimento mesmo. É só falta de tato. E se você ajeitar essa pessoa, assim ‘óh fulana, é assim’ a pessoa fica tão agradecida por agregar valor assim, que tá indo em busca, de verdade, que isso compensa milhões, é sua aliada pra toda vida. Porque você teve a paciência de buscar. E às vezes falta muito isso, assim. As meninas ‘ah já tô nesse nível não vou nem discutir com aquela’. E você continua fazendo rivalidade né? Eu tô melhor, ou você tá maior, quem tá aqui em cima não... Continua na rivalidade, só que outro jeito. ‘Quem lacra mais’. Né? Muito tempo brigando com essa lacração. Principalmente no feminismo negro, assim. Que tinha umas coisas que eu batia de frente.”

A ideia de agregar pessoas ao movimento aparece em todas as entrevistas. Além disso, todas as entrevistadas fizeram referência a grupos feministas, dentro e fora das redes sociais, e o quão importante esses espaços foram e são para o processo de tornarem-se feministas. Isso corrobora os achados de Hercus (2005, p. 129, tradução minha), de que para muitas mulheres, a participação em eventos e organizações feministas “é uma maneira pela qual elas afirmam o

próprio senso pessoal e declaram sua identidade como feministas<sup>57</sup>”.

Para Denise, a capacidade de defender o feminismo com calma e tranquilidade é um objetivo que ela busca alcançar. É também a principal característica para ter a amiga Raquel como uma feminista que é fonte de inspiração. Aqui, cabe ressaltar que todas as entrevistadas, quando questionadas se tinham alguma feminista que lhe servia de inspiração, responderam que tinham pessoas conhecidas como referência. Para Kelly e Denise, suas referências são pessoas da academia, que trabalham e conhecem muito sobre o tema e que conseguem falar “naturalmente sobre todos os assuntos” (Denise). Para Eliza, é sua irmã mais nova, que faz parte de uma nova geração “que tem um outro entendimento de uma série de coisas” e traz a esperança de um mundo mais igualitário. Para Paola, são as “mulheres anônimas” que lhe inspiram. Ela diz que não tem “nenhuma escritora assim em especial, nada muito acadêmico”, mas que conhece “muita mulher foda”. Ela se aproxima novamente da prática, quando diz que essas mulheres, que ela conhece pessoalmente, fazem trabalhos incríveis que mudam a vida de outras mulheres, e por isso, enquanto escritoras podem lhe dar instrução, as que lhe inspiram “são as anônimas”.

Com isso, é possível perceber que a identidade feminista está ligada à ação, à dimensão do fazer. Esse fazer engloba diversas práticas, que são diferentes para cada uma das entrevistadas, e se conectam com o entendimento do que é feminismo. Denise, por exemplo, ao definir o feminismo, diz:

“Pra mim o feminismo é isso, é o direito de... é o lutar pelo direito da igualdade. Entre as mulheres e os homens, entre... pra que a mulher possa ser o que ela quiser, possa exercer a mesma profissão que o homem e receber o mesmo salário, que ela não seja chamada de puta por fazer as mesmas coisas que todos os homens fazem, né? Eu acho que a mulher tem que ter o direito de escolher se quer ter filho ou não. Né? O direito de casar ou não. O direito que ela quer ter da vida dela. E isso aí que as pessoas não entendem, as pessoas acham ainda que o feminismo ele preza que todas as mulheres sejam solteiras (risos), que os homens são inimigos (risos), e que elas são contra a família e contra os filhos, né? ‘Nós’, somos contra a família e contra os filhos. E não, né? Não é isso! E é difícil falar isso pras pessoas, porque elas já colocaram isso na cabeça”.

Ao adicionar o “nós”, ela se coloca como parte do movimento, enquanto alguém que se compromete com as causas e os objetivos do feminismo, que para ela significa “lutar pelo direito da igualdade”. Apesar disso, ela diz que se considera feminista há pouco tempo:

“Eu venho lutando muito pelos direitos, mas me considerar, assim, de dizer, de ter certeza de dizer... porque antes eu falava e se alguém me, é... me pressionava, em relação

---

<sup>57</sup> No original: “was a means of affirming their sense of self and of making a statement about their identity as feminists”.

a isso, eu ficava meio sem graça [...] Mas hoje não, hoje eu posso falar com certeza que sim, eu sou feminista!”.

Sua fala pode ser melhor entendida a partir das diferenças - e contradições - entre “fazer ativismo” e “ser ativista”, como trabalhado por Bobel (2007). Em entrevistas com pessoas que militavam politicamente por causas feministas, a autora se deparou com a frase “Eu não sou ativista, embora tenha feito muito ativismo<sup>58</sup>” (Bobel, 2007, p. 147, tradução minha). Aqui, o modelo fractal de Hercus (2005) pode nos ajudar a entender porque, mesmo que Denise venha lutando pelos direitos das mulheres há algum tempo, isso não foi concomitante ao ato de declarar-se feminista. Para Hercus (2005), embora as quatro dimensões da subjetividade feminista – conhecer, sentir, pertencer e fazer - estejam conectadas, uma não conduz inevitavelmente à outra. Conhecer sobre o feminismo e ter ações ativistas ajudam a desenvolver uma identidade feminista, mas são processos e trajetórias particulares que culminam na sensação de “pertencimento” ao movimento.

Ao escrever sobre identidades ativistas, Bobel (2007, p. 152, tradução minha) também destaca que ainda há, nos movimentos sociais contemporâneos, uma expectativa de atingir “um padrão de perfeição [que funciona como] uma prova política, como se as pessoas não deveriam abrir a boca a menos que fossem eloquentes o suficiente para debater<sup>59</sup>” sobre um tema. Isso fica evidente nas falas de Denise, quando ela diz que as interações nas redes sociais digitais foram essenciais no processo de se considerar feminista, uma vez que ali ela aprendeu como argumentar sobre e defender o feminismo:

“Porque eu acho assim, que às vezes eu vejo uma postagem, e eu acho legal, mas é... eu ainda fico com uma dúvida sobre como interagir naquela postagem ali, sobre o que tá escrito ali... eu leio, eu compreendo sabe? Mas então eu vou nos comentários, e aí os comentários tem todos os tipos né? Tem os contras e pessoas a favor. E eu gosto porque daí as pessoas que estão a favor, elas tem argumentos bons, tem pessoas que, né? Tão ali, e falam bonito! Então daquilo ali eu tiro... não só da postagem, mas dos comentários eu consigo tirar muita coisa, assim. É um livro, sabe? Digital. E eu tô aprendendo muito”.

Além do conhecimento, outro aspecto que participou de alguma forma do processo de identificar-se como feminista, para Denise, foi a ideia que ela tinha de que alguém precisava viver “fora da norma” – aqui pensada como normas de gênero heteropatriarcais - para merecer o título de ativista. Isso também foi identificado na pesquisa de Bobel (2007), e é evidente na fala da entrevistada:

---

<sup>58</sup> No original: “I’m not an activist, though I’ve done a lot of it”.

<sup>59</sup> No original: “a perfect standard of political proof, as though people should not open their mouths unless they were eloquent enough to debate”.

“Hoje eu descobri que... né, hoje em dia, até um tempo atrás eu achava que eu não podia falar que eu era [feminista]. Porque eu achava que ser feminista, tinha que ser uma mulher que, é... levava uma vida feminista, né? Tipo, eu sou casada, vai fazer 25 anos, né? A minha vida é uma vida, é uma família... (risos) meio que tradicional ali. A gente não tem uma coisa de hierarquia aqui dentro, onde um manda mais que o outro, mas... querendo ou não a gente tem uma vida meio, é... rotineira né? Então eu achei que por ter uma vida assim eu não podia dizer que ‘ah, eu sou feminista’, né? Eu achei que eu não tinha esse direito. Mas aí com o tempo, e lendo, né, evoluindo, eu descobri que na verdade, é... todas nós podemos ser feministas. E na verdade o feminismo é isso né? Eu posso ser feminista, porque eu estou defendendo o direito das mulheres. Eu não preciso levar uma vida que eu acho... que na verdade uma feminista não tem uma vida... é... desenhada, né? A mulher pode ser uma dona de casa, se ela assim optar ser, assim como ela pode ser uma mulher solteira e não ter filhos e deu, não quero isso pra minha vida! Então é o que a mulher quer escolher ser né? Mas a gente vai aprendendo com o tempo”.

É interessante pensar no que significa “viver uma vida feminista”, e como isso se conecta com as ações e escolhas políticas das entrevistadas. Algumas autoras ressaltam que o termo feminista tem sido cada vez mais utilizado por pessoas que se identificam com o movimento, mas também apresentam preocupações com um possível esvaziamento do significado político que a palavra carrega (Banet-weiser, Gill & Rottenberg, 2020). Por esse motivo, Gill (2016) reforça que reclamar a identidade feminista precisa estar ligada a termos políticos específicos do que ser feminista significa.

Para Sara Ahmed (2016), “viver uma vida feminista” é sobre encontrar formas pelas quais as mulheres conectam-se umas com as outras a partir de um projeto de mundo em comum. Em seu livro “Living a feminist life” (2016) ela reflete sobre

“o que significa viver sua vida reivindicando essa palavra como sua: ser feminista, tornar-se feminista, falar como feminista. Viver uma vida feminista não significa adotar um conjunto de ideais ou normas de conduta, embora possa significar fazer perguntas éticas sobre como viver melhor em um mundo injusto e desigual (em um mundo não feminista e antifeminista); como criar relacionamentos mais igualitários com outras pessoas; como encontrar maneiras de apoiar aqueles que não são apoiados ou são menos apoiados pelos sistemas sociais; como continuar enfrentando histórias que se tornaram concretas, histórias que se tornaram tão sólidas quanto muros<sup>60</sup>” (Ahmed, 2016, p. 1).

A fala de Denise se aproxima desse pensamento. Porque não há um caminho único nem uma versão mais ou menos “correta” sobre o que é feminismo, Denise argumenta que “todas podemos ser feministas”, desde que estejamos alinhadas com as políticas feministas e lutemos

---

<sup>60</sup> No original: “what it means to live your life by claiming that word as your own: being a feminist, becoming a feminist, speaking as a feminist. Living a feminist life does not mean adopting a set of ideals or norms of conduct, although it might mean asking ethical questions about how to live better in an unjust and unequal world (in a not-feminist and antifeminist world); how to create relationships with others that are more equal; how to find ways to support those who are not supported or are less supported by social systems; how to keep coming up against histories that have become concrete, histories that have become as solid as walls”.

pelos direitos das mulheres, a partir de uma visão compartilhada sobre os princípios defendidos pelo movimento.

Além disso, o fato de Denise entender que declarar-se feminista é um direito conquistado a partir da sua atuação e seu compromisso com a causa, traça um paralelo com o pensamento de Kelly, para quem o título de ativista é concedido àquelas que “realmente lutam por isso”. Nesse sentido, Bobel (2007) atenta que a referência a um padrão perfeito de ativismo social se refere não apenas a um tipo de trabalho requerido, mas ao tempo e esforço despendido em fazê-lo. Isso reflete em uma concepção de ativista como “um indivíduo infreável que dedica sua vida à causa e nunca perde uma oportunidade para educar<sup>61</sup>” outras pessoas sobre os problemas que busca solucionar (Bobel, 2007, p. 155).

É possível encontrar isso nas falas das entrevistadas, quando elas abordam as práticas ativistas, onde destacam o “posicionar-se” como uma postura ativa feminista. Para algumas, essas práticas acontecem no ciberespaço, para outras, é preciso romper e ir além do “discurso da internet” para alcançar mudanças sociais. No próximo tópico, exploro o que significa a dimensão do fazer para cada uma das entrevistadas, e como elas utilizam as redes sociais digitais para mobilizar ações feministas e atuar politicamente nos seus contextos cotidianos.

### **7.3. “E se alguém reclamar eu vou postar mais uma vez”: utilizando as redes sociais digitais como ferramentas para práticas feministas**

Foi recorrente nas entrevistas falas que expressam o quanto se aproximar do feminismo as fez perceber ações e comportamentos machistas que antes eram normalizados. Assim, é a partir desse contato que elas passam a desnaturalizar situações sexistas (perpetradas por elas ou outras pessoas), a identificar violências de gênero, e perceber a necessidade de tomar posicionamentos diante desse cenário. Como diz Eliza:

“Enquanto você ignora a informação, aquilo passa batido. A partir do momento que você começa a perceber a gravidade disso, as coisas começam a fazer muito mais sentido [...] Isso acaba... deixando a gente, fazendo a gente repensar muita coisa, né? E de se posicionar mesmo, não é só questão de pensar! Trazer isso pro dia a dia, trazer isso pra nossa realidade! Eu vou estar colaborando com a propagação dessa... disso aí?”.

Guacira Louro (1997, p. 121) afirma que entre as múltiplas iniciativas que buscam subverter situações sexistas, é comum que elas compartilhem “a atitude de observação e de questionamento”. A autora ainda ressalta que “as desigualdades só poderão ser percebidas — e desestabilizadas e subvertidas — na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de

---

<sup>61</sup> No original: “an unstoppable individual who commits her/his life to the issue, never missing an opportunity to educate”.



produção e reprodução” (Louro, 1997, p. 121). A sensibilidade necessária para isso requer informação e conhecimento, como apontam as falas das entrevistadas, mas também desejo e disposição política para envolver-se em causas feministas, a partir das experiências pessoais e coletivas de mulheres. Ainda, para Louro (1997, p. 121) “esse ‘afinamento’ da sensibilidade (para observar e questionar) talvez seja a conquista fundamental para a qual cada um/uma e todos/as precisaríamos nos voltar”, visto que ele fundamenta práticas feministas.

Nesse processo, as redes sociais digitais têm um papel central, pois são a principal fonte de informação sobre os feminismos para essas mulheres e, como diz Kelly, “quanto mais tu sabe, mais apavorada tu fica”. Quando perguntada se as páginas e grupos feministas *on-line* trouxeram alguma mudança na forma como se comporta ou lida com situações sexistas, Kelly responde que com certeza, pois “Tu fica mais crítica, mais atenta às coisas”. E junto com isso, aparece a necessidade de assumir uma posição ativa em relação aos debates de gênero – dentro e fora das redes sociais digitais -, de “se intrometer” nas discussões. Essa postura aparece também na fala de Denise:

“Foi assim, alguns anos atrás, talvez 5, 6 anos, que começou a gerar esse tipo de discussão e eu comecei... eu comecei a me intrometer na discussão. A criticar, né? Me posicionar, eu comecei. É muito difícil sabe? E as vezes eu chego em casa e digo ‘ah meu Deus, pra quê?’ (risos). Eu não quero... as vezes eu digo ‘ah, não vou me meter, não vou fazer problema’ (risos). ‘Hoje eu não vou falar nada’. E acaba que eu não consigo, porque é mais forte do que eu e eu acabo sempre me metendo. Essas discussõezinhas tolas assim, né? Entre amigos, a gente tá bebendo, conversando e acaba que alguém solta alguma coisa. Só que no fim a gente acaba descobrindo que... é, a cada 5 minutos, numa conversa entre amigos, sai uma conversa machista, racista, preconceituosa... e, cara, isso é muito difícil! E isso eu descobri que é difícil demais, meu Deus!”

Ahmed (2016) argumenta que o feminismo, como um movimento coletivo, exige que sejamos movidas por algo para nos tornarmos feministas, em diálogo umas com as outras. Nesse sentido, um passo importante é reconhecer aquilo que ainda não acabou em nossa sociedade: o sexismo, exploração sexual e a opressão de gênero (Ahmed, 2016). Entretanto, a autora aponta que esse não é um movimento fácil: “é um passo muito difícil. É um passo lento e penoso. Podemos pensar que já demos esse passo apenas para perceber que temos que dá-lo novamente<sup>62</sup>” (Ahmed, 2016, p. 5, tradução minha).

Dessa forma, assim como tornar-se feminista é um processo, praticar o feminismo é uma tarefa constante, que nunca acaba. Isso porque, como diz Eliza, o machismo “interfere em tudo! Porque é um ponto que ele atinge todas as nossas relações, né? Da mãe com o filho, da

---

<sup>62</sup> No original: “is a very hard step. It is a slow and painstaking step. We might think we have made that step only to realize we have to make it again”

filha com o pai, da namorada com o namorado, da empregada com o patrão, da... tudo!”. Por isso, incorporar o feminismo no dia a dia significa olhar para a forma como nos comportamos em relação com os outros. E, ao enxergar o sexismo, exigimos uma mudança na postura daqueles que estão a nossa volta, o que pode causar conflitos, sejam familiares, no ambiente de trabalho ou com a rede de amizades.

Denise fala sobre esse processo:

“O feminismo trouxe uma coisa muito boa pra dentro da minha casa, da minha vida, mas ao mesmo tempo é uma questão muito difícil! Porque, desconstruir, evoluir é muito difícil. Porque às vezes quem tá de fora, não... não acompanha. Então é difícil, porque sempre vai gerar, sempre tem algum assunto que vai gerar uma discussão! Porque são assuntos que sempre existiu, mas talvez eu compartilhava da mesma opinião, ou não dava bola. E hoje me incomoda. Então é muito difícil a gente aceitar o feminismo na vida da gente, a gente pregar ele, a gente viver ele”.

Assim, praticar o feminismo inclui estar disposta a falar sobre o sexismo e o racismo, a nomeá-los a partir desse enquadramento e, com isso, torná-los mais tangíveis, mais visíveis. Entretanto, para aquelas/es que ignoram ou contribuem com o patriarcado, expor o problema é visto como sinônimo de “criar” o problema, como sugere a fala de Denise, quando ela diz que “hoje não vou fazer problema”. A partir dessa lógica, a feminista é vista como a causa daquilo que busca dismantelar: as opressões de gênero. A opressão deixa de ser algo material, um problema real, e transforma-se em algo que só existe na cabeça das feministas (Ahmed, 2016). Assim, nasce a “feminista estraga prazeres<sup>63</sup>”, como uma figura sensacionalista, uma figura que foi e é usada como propaganda antifeminista (Ahmed, 2016, p. 37, tradução minha).

Essa figura é útil para o patriarcado pois, ao rotular mulheres feministas como “policiais morais”, é mais fácil descartar o que elas têm a dizer, ou, como diz Ahmed (2016, p. 2, tradução minha), “ouvir feministas como [se fossem a] polícia é uma maneira de não ouvir o feminismo<sup>64</sup>”. Contudo, há um poder em apropriar-se e reclamar para si esse título, em “transformá-la em uma ferramenta para o nosso propósito<sup>65</sup>” (Ahmed, 2016, p. 37, tradução minha).

Uma forma de fazer isso é através da afirmação de que, se nomear e apontar o sexismo é considerado policiamento, seremos a polícia feminista. Isso não significa concordar com o julgamento de que o feminismo é um policiamento moral, “mas, ao contrário, discorda da premissa, convertendo-a em uma promessa<sup>66</sup>” (Ahmed, 2016, p. 2, tradução minha).

<sup>63</sup> No original: “feminist killjoy”.

<sup>64</sup> No original: “hearing feminists as police is a way of not hearing feminism”.

<sup>65</sup> No original: “retooling her for our own purpose”.

<sup>66</sup> No original: “but rather disagrees with the premise by converting it into a promise”.

Comprometer-se com o feminismo a partir dessa postura é questionar comportamentos, crenças e discursos que perpassam nosso cotidiano. Este é um compromisso firmado por todas as entrevistadas, e fica evidente na fala de Denise, quando ela diz que percebe relações entre as postagens das redes sociais digitais e as situações do seu dia a dia:

“Eu percebo bastante, porque, é... são... geralmente as postagens, elas falam, elas mostram coisas às vezes até, fútil, coisas que a gente não nota no dia a dia se não é alertado né? E... coisas pequenas, assim, do tipo, quando o homem tá contando uma história todo mundo pra pra ouvir né? E as vezes quando a gente vai contar a nossa, eles tudo começam a conversar e tu fica boiando. Então isso é uma... foi uma das coisas que eu vejo assim, ó, que aí trouxe pra minha vida e eu comecei, tipo: ‘Não, pera aí! Vocês falaram, agora me ouvem!’ (risos). E outras coisas né, muitas outras coisas, isso é um exemplo. Mas eu acho que a página traz muito isso. Claro, traz coisas muito absurdas, que nunca aconteceu na minha vida, né? E... ou coisas que aconteceram, tipo o abuso é uma coisa, absurdamente fora de... e foi uma coisa que aconteceu, então, é, algo que hoje... na verdade eu sempre defendi, né, isso, em relação a eu ter passado, né? E hoje eu defendo muito mais, eu consigo me posicionar. Teve uma época que eu tinha, eu procurava não colocar muito assim, na rede social, que ‘ah, não quero ser chata’, né? Hoje não, hoje eu quero ser chata! Sabe? Eu vou falar! E se alguém reclamar eu vou postar mais uma vez (risos). Porque eu acho que eu tenho o dever de fazer isso!”

Dessa forma, assim como o título de feminista é considerado um direito, Denise traz também o dever de assumir uma posição política e defendê-la. Isso é considerado uma prática feminista, para ela e para as outras entrevistadas. Discutir questões de gênero, seja através de postagens, seja fora do ciberespaço, é a principal maneira que elas encontram de praticar o feminismo em suas vidas. Dessa forma, as plataformas digitais também trazem consigo novas formas de ativismo, apresentando uma diversidade de estratégias para engajar-se no movimento, especialmente através de micropolíticas de participação (Albu, 2017). Nasce um novo modo de atuar politicamente, onde feministas podem produzir e divulgar seu próprio discurso através da escrita em *blogs*, postagens em redes sociais digitais, produção de vídeos e outros conteúdos midiáticos. Uma vez que esses conteúdos são publicizados, criam um quadro diverso de demandas e agendas, auxiliando a quebrar silêncios e romper com situações de opressão.

Assim, as redes sociais propiciam a divulgação do feminismo a partir de uma perspectiva própria e individual, marcando a passagem do que Sarmento (2017) denomina de militância “do nós” ao ativismo do “eu”, o que, segundo a autora, facilita e estimula a aproximação das mulheres com o feminismo. Essa diferenciação é melhor desenvolvida por Alfredo Veiga-Neto (2012), que posiciona a militância na esfera coletiva, enquanto no ativismo acentua-se mais o caráter individual. Dessa forma, a militância está relacionada com ações coletivas que se baseiam em ideários comuns de um determinado grupo. Já o ativismo

relaciona-se ao compromisso ético do ativista, o que demanda uma constante reflexão acerca de seus pensamentos e ações, entre a teoria e a prática (Veiga-Neto, 2012). Vale ressaltar, entretanto, que esse é um posicionamento controverso e em disputa dentro dos estudos feministas, e que mesmo o ativismo não é um ato isolado, uma vez que envolve uma causa coletiva.

Assim, esse processo de apropriação dos feminismos em redes digitais não se dá sem disputas e negociações. Um exemplo são as tensões entre o campo da ação coletiva e uma possível individualização característica do feminismo de quarta onda. Para Banet-Weiser (2018), a luta feminista, historicamente, baseia-se na ação coletiva, que tem como objetivo a libertação das mulheres de um sistema sexista e desigual. Ao trazer a identificação como a lógica central, o feminismo popular reestrutura a política feminista, a partir de um foco individual, em que ser feminista está relacionado a uma atitude, um sentimento pessoal, onde identificar-se como feminista se torna o ato político em si (Banet-Weiser, 2018).

Contudo, é interessante pensar que o “fazer político” que se efetiva nas redes sociais digitais, oferece novas estratégias de resistência, que se interligam a partir de práticas individuais (Albu, 2017). Ao trazer essa concepção para as ações cotidianas, atua-se de forma a politizar as relações, atualizando o slogan de segunda onda: “o pessoal é político”. Dessa forma, através das escritas produzidas no ciberespaço, o feminismo propagado pelas redes sociais digitais questiona a estruturação de movimentos e coletivos feministas mais clássicos, e se propõe a ampliar o conceito de práticas feministas a partir de ações que têm um caráter individual, mas que estão pautadas em lutas coletivas, o que produz uma reconfiguração do próprio movimento.

Aqui vale lembrar a discussão feita no primeiro capítulo, sobre como os feminismos popularizados através das esferas digitais precisam de ser entendidos como constituídos também por práticas e valores do neoliberalismo, produzindo sujeitos feministas que operam em uma lógica individualista e empreendedora, onde iniciativas pessoais e inovadoras são entendidas como práticas feministas (Rottenberg 2014). Essa individualização ocorre quando emoções e relações sociais são transformadas em produtos para serem vendidos, alimentando um “mercado de empoderamento” (Banet-Weiser, 2015). Porém, o que as falas das entrevistadas apontam é a possibilidade de politizar as emoções e relações sociais e, em vez de transformá-las em mercadorias, utilizá-las para acionar ações capazes de motivar e incitar mudanças que desestabilizam a lógica patriarcal.

Essas ações são a base para construir um mundo feminista. Retomando a crítica feminista ao dualismo de espaços públicos e privados e, especialmente, individuais e políticos,

essas mulheres entendem que o “feminismo acontece nos mesmos lugares que historicamente foram classificados como não políticos: em espaços domésticos [...], [onde] cada cômodo da casa pode se tornar um cômodo feminista, [...] bem como na rua, no parlamento, na universidade<sup>67</sup>” (Ahmed, 2016, p. 3-4, tradução minha). Assim, o feminismo está em qualquer lugar onde é necessário lutar contra o sexismo, o que, em nossa sociedade, significa que o feminismo precisa estar em todos os lugares. Portanto, como aponta Ahmed (2016, p. 6, tradução minha), uma tendência feminista para se tornar uma pessoa que se intromete em discussões, que coloca sua opinião, que se arma em protesto, “é necessária para o movimento feminista. A luta individual importa; um movimento coletivo depende dela<sup>68</sup>”. Isso aparece na fala de Denise, quando ela diz que a militância também acontece nas redes sociais digitais, e que, longe de não produzir efeitos reais, é uma forma de buscar uma mudança social efetiva na sociedade:

“Eu acho que [a militância acontece] nas redes também. Eu acho que em tudo na verdade. Eu acho que quando - hoje eu vejo assim -, quando a gente tem oportunidade a gente tem que se posicionar, né? Às vezes eu chego em casa e penso ‘Ah meu Deus, porque que eu falei?’. Só que ao mesmo tempo eu sei que eu tenho que tomar uma posição! Porque quanto mais pessoas se posicionarem, mais, né, pessoas vão desconstruir. E a gente precisa disso né?”

Sua fala aponta para ações efetivas que incitam o desassossego e a auto-crítica e, por isso, desestabilizam convenções machistas naturalizadas. Embora movimentos coletivos mais amplos sejam importantes, especialmente na conquista de políticas públicas, “também parece urgente exercitar a transformação a partir das práticas cotidianas mais imediatas e banais, nas quais estamos todas/os irremediavelmente envolvidas/os”. Reconhecer o cotidiano e o imediato como políticos também proporciona a oportunidade de exercer ações transformadoras fora de movimentos sociais já estabelecidos e organizados (Louro, 1997). Embora possam parecer particulares ou limitadas, essas ações se concentram em lutas localizadas e formas mais viáveis e próximas de intervenção. O resultado é a perturbação de certezas e o ensino do pensamento crítico, que é, segundo Louro (1997, p. 124), “um dos legados mais significativos do feminismo [...] para desalojar as hierarquias” e desigualdades de gênero. É preciso, portanto, olhar para ações políticas cotidianas e aparentemente banais, que representam formas de se relacionar com o mundo e com as outras pessoas a partir de políticas feministas.

---

<sup>67</sup> No original: “feminism as happening in the very places that have historically been bracketed as not political: in domestic arrangements, [...] every room of the house can become a feminist room, [...] as well as on the street, in parliament, at the university.”

<sup>68</sup> No original: “is necessary for a feminist movement. Individual struggle does matter; a collective movement depends upon it”.

Hercus (2005) reitera que em muitas pesquisas sobre os movimentos sociais, formas e resultados de ações feministas menos visíveis publicamente têm sido obscurecidos ou pouco explorados, o que resulta em uma teoria sobre mobilização social fundada quase exclusivamente em ações de organizações mais clássicas. Entretanto, acadêmicas e pesquisadoras feministas têm mostrado a natureza política que se articula a situações pessoais. Mary Katzenstein (1995, como citado em Hercus, 2005, p. 132, tradução minha), por exemplo, descreve e analisa a ação política baseada na propagação do pensamento feminista, como uma forma de conscientização informal, através do que ela chama de “políticas discursivas<sup>69</sup>”, ou “política da construção de sentidos<sup>70</sup>”. Por meio da criação de redes de informação entre mulheres, a autora ressalta que ações coletivas feministas vão além da participação em eventos e em organizações (Katzenstein, 1995, como citado em Hercus, 2005). Essa forma de política discursiva é encontrada hoje nas redes sociais digitais e nas comunidades que ali se formam.

Essas práticas, ainda que normalmente não sejam consideradas formas de participação política em movimentos sociais, podem ser caracterizadas como ações essenciais e estratégicas para estabelecer a presença do feminismo na vida cotidianas das mulheres (Hercus, 2005), algo que pôde ser observado nas falas das entrevistadas nesta pesquisa. As entrevistadas também dão evidência à necessidade de transpor as telas virtuais, levando o feminismo para outras relações, seja participando de atos políticos nas ruas, prestando ajuda a outras mulheres em situações de violência, ou propagando os ideais feministas para pessoas conhecidas. Assim, as redes digitais aparecem como uma ferramenta para impulsionar ações feministas, que acontecem dentro e fora do ciberespaço.

Os contextos onde elas buscam aplicar perspectivas feministas, como uma tentativa de promover mudanças sociais, são variados: no seu emprego, em movimentos de mulheres, nas redes sociais digitais, na interação com amigas/os e familiares, na participação em um bloco de carnaval composto apenas por mulheres, e por meio de escolhas conscientes de não adequação a estéticas machistas. Entre as estratégias utilizadas para isso estão: (1) o uso de conhecimentos ou discursos feministas como meio de promover a libertação das mulheres do sistema patriarcal, utilizando as redes sociais digitais como espaços para adquirir e propagar conteúdos feministas – tópico já discutido neste capítulo; (2), o desafio a alguns entendimentos ou práticas de gênero tidas como “corretas” e “naturais”; (3) exigir e escolher relacionamentos mais igualitários e sem hierarquias de gênero; e (4) valorizar e fornecer apoio para outras mulheres, utilizando as redes sociais como uma ferramenta para manter e mobilizar redes de apoio entre mulheres fora

---

<sup>69</sup> No original: “discursive politics”.

<sup>70</sup> No original: “the politics of meaning-making”

do ambiente virtual e para engajar-se em campanhas e protestos públicos. A seguir, busco explorar melhor cada uma dessas estratégias e articular suas implicações para os estudos dos movimentos sociais de forma geral, e do movimento feminista em particular.

Diversas áreas e aspectos da vida cotidiana podem ser analisados a partir de uma perspectiva feminista, pois são capazes de promover vias de ação para muitas mulheres feministas (Hercus, 2005). Elas envolvem tanto questões já latentes ao longo de suas vidas – como a relação com seus corpos e padrões estéticos patriarcais -, quanto tópicos que passaram a ser pensados somente após o contato com o feminismo. Um exemplo é encontrado na fala de Denise, quando questionada se percebe alguma mudança na forma como ela se comporta antes e depois do contato com páginas feministas nas redes sociais digitais:

“Sim, muito! Sabe? Assim, em relação a tudo. Porque... eu tinha uma preocupação absurda de... [...] de parecer bonita, porque... de ficar bem pra todo mundo, e ser um padrão, porque eu nunca fui né? Eu sempre fui gorda então isso aí já foi uma desconstrução na minha vida, que eu passei muitos anos trazendo, né? Muitos anos sofrendo, até conseguir, é... eu não queria nem falar quanto eu pesava, sabe? Porque as pessoas, meu Deus, né? Então... e o feminismo é a mesma coisa assim, sabe? Eu tinha que ter um comportamento diferente, porque eu tinha que parecer feminina, eu tinha que pa... e eu sou eu, né? Eu posso ser feminina, eu posso ser masculina, eu posso ser o que eu quiser. Então, hoje em dia eu sei disso. E eu me comporto da forma que eu gosto, que eu sou, e que eu quero ser. E isso aí, assim, eu acho que tá bem claro pra mim, pro meu companheiro, né? Pras minhas filhas, e pras pessoas que vivem ao redor de mim né? É, agora com esse negócio da pandemia, meu cabelo começou a ficar branco, e eu pensei: ‘Ah, quer saber? Eu tô pensando em deixar branco’. [...] Eu comecei a perceber que tudo bem se eu tiver o cabelo branco, eu não vou me importar, que é uma coisa que Deus me livre, eu jamais faria isso, né? Antes. Eu jamais ia querer. Imagina se eu vou deixar meu cabelo ficar branco! E hoje não, sabe? Hoje eu penso assim: ‘Ah, se ficar branco também, se eu cansar de pintar, vou deixar crescer branco, vou cortar e deu!’”.

O debate sobre corpos, gordofobia e desconstrução de padrões de beleza – especialmente aqueles impostos por meios hegemônicos de comunicação – tem ganhado visibilidade nas redes sociais digitais, estando associado à quarta onda do movimento feminista (Arruda & Miklos, 2020). Além de ser um espaço para a problematização de conteúdos gordofóbicos, o ambiente digital também é usado como um meio para as usuárias “criarem e se tornarem elas próprias referências representativas contra-hegemônicas para si mesmas e para outras mulheres, fortalecendo a luta pela desconstrução dos padrões” (Arruda & Miklos, 2020, p. 113).

Nesse contexto emergem movimentos que buscam promover uma imagem corporal positiva, especialmente para mulheres com corpos que fogem dos padrões sociais e midiáticos. A pesquisa de Arruda e Miklos (2020) mostra que a maioria dos conteúdos encontrados na web

sobre o termo de gordofobia, no período de 2017 a 2020, tinham um cunho feminista, relacionando-o com o machismo e a tentativa patriarcal de controle dos corpos femininos. As autoras ainda ressaltam que, nestes conteúdos digitais, “Apesar de o peso fazer parte das pautas de aceitação propostas pelo movimento, ele é apenas um ponto dessa discussão, que envolve uma série de outras características, como cor da pele, estrutura capilar e deficiências físicas, por exemplo” (Arruda & Miklos, 2020, p. 113). O relato de Denise mostra o resultado positivo que essas discussões podem trazer para a vida das mulheres que se aproximam do feminismo através das redes sociais digitais.

Sua fala mostra uma mudança na forma de se relacionar com os outros, mas também consigo mesma e com seu corpo. Já foi afirmado que os conteúdos feministas compartilhados em redes sociais colaboram para o sentimento de sororidade e para atitudes de não julgamento de outras mulheres (Blevins, 2018). Aqui, o relato de Denise sugere que esses conteúdos também ajudam as mulheres a serem mais gentis e acolherem a si mesmas assim como acolhem suas irmãs de luta. Ao mesmo tempo, essa é uma atitude que desafia padrões de gênero, de feminilidade e do que é considerado “natural” para as mulheres. Dessa forma, como aponta Hercus (2005), é comum que muitas mulheres enfatizem que percebem um aumento de assertividade como resultado do seu envolvimento no movimento feminista. Para a autora, “Isso não é uma resistência individualizada, mas uma resistência que foi possível pelo recurso do discurso feminista<sup>71</sup>” (Hercus, 2005, p. 149).

Eliza também comenta que percebe mudanças depois do acesso a esses conteúdos digitais, que resultaram na modificação de seus hábitos. Um exemplo que ela dá é sobre como o ato da depilação foi questionado a partir de conteúdos que problematizavam e relacionavam o padrão estético exigido de mulheres adultas com a pedofilia.

“Até em relação aos nossos próprios hábitos! Né? Eu parei de me depilar por exemplo. Não, eu falei ‘eu sou mulher, eu sou adulta, e você vai ter que conviver com isso, meu amor’. Então... você tá entendendo? Isso, isso... não vou dizer que nunca me depilo, não é isso, eu vou à praia, e isso infelizmente socialmente a gente ainda não tem os pelos aceitos né? Mas assim, no meu dia a dia... meu amor, eu sou adulta, sabe?”

Ao desafiar práticas e convenções normatizadas em nossa cultura, como o hábito de se depilar, as entrevistadas contestam e rejeitam essas normas. Sara Ahmed (2016), argumenta que a experiência de não se depilar é considerada por outras pessoas como uma “declaração feminista<sup>72</sup>”. Isso acontece porque, ao ir contra as expectativas, “Quer façamos ou não

---

<sup>71</sup> No original: “This is not individualized resistance, but resistance that is made possible through the resource of feminist discourse”.

<sup>72</sup> No original: “a feminist statement”



declarações feministas, falemos ou não, o não cumprimento de códigos de aparência é ouvido como um discurso<sup>73</sup> (Ahmed, 2016, p. 36). Assim, atos que não estejam em conformidade com a “ordem das coisas”, com aquilo que é aceitável e exigido através das normas de gênero, são considerados como uma imposição de uma agenda feminista (Ahmed, 2016). Embora seja uma escolha pessoal, a depilação – e mais propriamente a não depilação – é levada ao debate público e, por isso, se torna uma prática feminista que busca confrontar aquilo que é considerado como conduta apropriada às mulheres.

Ao mesmo tempo, a fala de Eliza traz certas “negociações” que são feitas para conviver em uma sociedade patriarcal, como o ato de se depilar quando vai à praia. Essa negociação não aparece apenas em suas práticas, mas em seus relacionamentos. Ao falar sobre isso, Eliza relata que seus relacionamentos pessoais mudaram:

“Totalmente! Totalmente. Porque você não se sujeita mais a muita coisa. Ou se você se sujeita, você já se sujeita ciente do que tá, né? Já entendendo de que forma aquilo acontece. A gente vive em uma sociedade machista sim, e falar assim ‘ah não, eu não me relaciono com’... meu, mentira. Eu moro com um pai de 70 anos. Então assim, é uma pessoa que foi criado dentro de todos os estereótipos machistas de que mulher tem que servir, e foi um homem que foi criado só no meio de mulher. Então assim, pra ele, ele é o rei. Né? E a gente tá desconstruindo isso aos poucos, mas sim, eu vivo subjugada a uma sociedade que é sim machista. Eu não vou falar que ‘ai não, nunca’. Meu, sempre! Só que hoje eu já faço, com uma outra questão e coloco isso na roda, falo ‘ó, não tá certo isso não. Não é assim que o negócio funciona. Vamos conversar isso aí que não tá bom”.

Eliza não está sozinha, todas as entrevistadas trouxeram alguma situação onde negociam seus valores feministas com práticas ou pessoas machistas. Kelly, por exemplo, diz que costuma se pronunciar quando vê situações machistas:

“Eu já falo pra pessoa assim, mas nem tanto né, porque não é todo mundo que tá preparado pra ouvir essas coisas assim. Não vou chegar pra minha prima e dizer: ‘ó, tu tá num relacionamento abusivo, manda esse namorado embora’ (risos)”.

Isso exige novas formas e estratégias que as permitam não abandonar a tendência feminista de apontar o sexismo, como sugere Ahmed (2016). Entre essas estratégias, as entrevistadas citam desde a compra de livros feminista como presente, o compartilhamento de materiais e palestras acadêmicas, e o incentivo para que outras pessoas participem de coletivos e grupos feministas. Ainda, relatam um certo cansaço, que as faz escolher não se envolver em todas as discussões sobre sexismo, além de buscarem conscientemente se afastar daquelas/es que perpetuam o machismo em suas relações.

---

<sup>73</sup> No original: “Whether or not we make feminist points, whether or not we speak, not complying with codes of appearance is heard as speech”

Ainda que haja negociações, é afirmado por todas as entrevistadas que após se aproximarem do feminismo, elas passam a exigir das pessoas com quem convivem relações mais igualitárias e respeitosas. Para isso, a postura de “colocar na roda”, nomear o machismo, se intrometer em discussões, continua aparecendo como uma ação importante para aplicar o feminismo no cotidiano. Isso acontece em todas as relações, com companheiros, filhas/os, familiares e mesmo “questão de amizade, você já não tolera certos tipos de comportamento, você já não tolera certos tipos de comentário, você não tolera mais certos tipos de... enfim, né? Fala ‘não, cara, não dá!’”, como diz Eliza.

Na maioria das suas falas, as entrevistadas relataram que as relações mais conflituosas continuam sendo as familiares, pois muitos “se recusam a evoluir” (Denise). Entretanto, elas também valorizam os esforços e referem-se a aliadas/os dentro do círculo familiar, sobretudo com os membros mais novos. Denise, em particular, salienta que sua mãe, embora tenha sido criada em arranjos mais tradicionais e machistas, é muito aberta para desconstruir e aprender com a nova geração de feministas e através de conteúdos feministas em redes sociais digitais – mostrando que estes podem ser acessados por pessoas de todas as idades. Além disso, ela também cita a parceria com seu marido:

“Apesar de ter crescido numa família assim, mais antiga né? Pra não dizer machista. Ele tem essa coisa do aprender, sabe? Ele conversa, ele ouve a gente, assim, e as filhas também, né? Porque, na família dele existe muitas pia... ele é muito piadista! Ele tá sempre fazendo brincadeira, tá sempre rindo, sempre fazendo piada. Então às vezes que, é óbvio, que sai uma piada machista ou até mesmo racista, infelizmente, porque a gente faz né? Isso é uma coisa que a gente vai com o tempo desconstruindo. E aí, as filhas né? Eu não preciso nem falar nada, as filhas já tão ali: ‘Ei, isso é homofóbico’, ‘Pai, não pode falar assim porque isso é machismo’ (risos). Então ele acaba, ele acabou seguindo e evoluindo junto, sabe? E isso é muito legal assim, de ver, que a gente conseguiu evoluir junto, sabe? Pra... porque eu acho que não ia dar certo, se eu evoluísse, e ele ficasse pra trás, eu não ia conseguir... porque daí não tem como mais, hoje, eu aceitar menos do que eu mereço. Né? Menos do que eu quero pra mim. Não tem como. Então o bom é que ele me acompanhou, se não eu acho que eu não sei se eu ia conseguir, hoje, tá junto assim, sabe?”

Essa relação de parceria com o companheiro também é levantada por Paola. Ela diz que precisou desconstruir a própria visão sobre relações entre homens e mulheres para conseguir exigir relacionamentos mais igualitários. O feminismo a ajudou a perceber padrões sexistas que ela assumia, ao aceitar um lugar submisso. A frase de Denise sobre “não aceitar menos do que merece” pode ser utilizada também para descrever o modo como Paola construiu o relacionamento atual, como uma

“Parceria, de homem e mulher, por exemplo. Eu tenho um parceiro, que minha relação com ele, comparado ao pai do meu filho, eu sou amada, eu sou cuidada. Né, é um outro

tipo de relação. Não sou a mulherzinha que tem que correr, limpar e servi-lo. Eu tava aqui sentada conversando, ele tava lavando a louça e fazendo café. [...] A gente divide as coisas, as tarefas, um carrega o outro e os dois se carregam. E aí é uma relação de parceria, não de posse.

Já Kelly destaca não apenas uma mudança no seu comportamento com as outras pessoas, mas também na forma como os outros a veem:

“Os meus colegas comigo assim... Tipo: ‘Ah, não fala tal coisa, porque ela é do NEABI’, ‘Ah não fala tal coisa que ela entende disso’, sabe? Ah, é assim que eles me veem agora. Agora, nesses três anos, assim, sabe? Não sei se é, tipo, ganhar mais respeito, mas tipo, eles já não se metem com a gente, quando a gente é do movimento aí. Isso que nem é movimento né? (risos). Do movimento.”

Ao contrário de Denise e Eliza, que relatam serem vistas como “militantes chatas” por defender o feminismo, a fala de Kelly indica uma mudança positiva e até mesmo o ato de “ganhar mais respeito”. Aqui, vale lembrar que ela faz referência sobretudo às pessoas com quem trabalha, sejam colegas ou alunas/os da instituição de ensino da qual faz parte. Nesse sentido, como apontam bell hooks (2018) e Hercus (2005), a academia e outras instituições de ensino são espaços privilegiados para debates feministas e pautas progressistas.

Isso é corroborado pela própria entrevistada, que cita o quanto dentro do campus as pessoas “têm mais sensibilidade pra trabalhar questão de gênero e raça”, principalmente “quando o pessoal mais novo chegou, com uma outra formação, com uma outra visão”, o que “ajudou bastante pra trazer isso pra sala de aula”. Essa relação com a academia também aparece na forma como atua politicamente, uma vez que ela dá destaque a ações organizadas pelos núcleos de pesquisa sobre gênero e sexualidade que conhece, além de participar “mais de forma *off-line*”.

Porém, enquanto Kelly e Denise afirmam que fazem “muito protesto na internet” (Denise), Paola e Eliza enfatizam a importância de sair do ambiente digital. Segundo Eliza: “Eu acho que a grande sacada agora é a gente transpor essa militância virtual pro dia a dia mesmo, né? Porque, se não, se perde, né?”. Além de divulgar as lutas feministas para pessoas com quem tem contato fora das telas virtuais, outra forma de “transpor a militância para o dia a dia” é transformar as redes sociais digitais em ferramentas para mobilização e ações políticas.

As entrevistadas trouxeram três formas principais pelas quais isso acontece: a organização de marchas e protestos públicos; a realização de campanhas *on-line* contra conteúdos e propagandas sexistas e racistas; e ações de “resgate” ou “socorro” a mulheres e meninas em situações de violência. O que conecta todas essas experiências é o fato das redes sociais proporcionarem uma comunicação rápida entre as mulheres. Paola destaca essa

capacidade quando relata o uso das tecnologias digitais como suporte para ações políticas: “Eu acho que isso a rede ajuda bastante, ela consegue mobilizar rápido [...] Que a gente consegue se armar, se mobilizar mais né? Pela internet”. Ela relata então dois exemplos práticos do quais participou. O primeiro foi um “chamado” para um ato de protesto público nomeado de “el violador eres tu”.

“A vez que a gente fez a performance do "violador és tu", que foi chamada pelas redes sociais e tal, e que a gente foi lá na catedral. Por exemplo, foi um movimento que aconteceu de um dia pro outro e foi muito rápido assim, que todo mundo se avisou e compareceu bastante mulher. E foi feita pelos grupos feministas [...] Tinha que ser muito rápido, que era de um dia pro outro assim; ensaiou, passou todo as "deixa" pro... como fala? Todo o passo a passo, né? As coreografias foram passadas por blocos e aí tava todo mundo meio que ensaiando, ensaiou um pouco e foi feito”.

A performance “el violador eres tu” reuniu mulheres com os olhos vendados que cantaram versos como: “E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como vestia”. A canção foi criada pelo coletivo chileno Lastesis, como um hino de protesto para os atos que aconteceram em 2019, na semana do dia 25 de novembro, dia Internacional de combate à violência contra a mulher. A partir do compartilhamento de reportagens e vídeos pelas redes sociais digitais, a ideia se espalhou pelo mundo e diversos países tiveram atos de protesto onde as mulheres reproduziram a coreografia, que apontava para o descaso do Estado, da polícia e da justiça em relação a casos de estupro e violência contra a mulher, protestando contra o machismo e o patriarcado.

Já no segundo exemplo, Paola conta sobre uma mobilização que teve como lócus a internet e as redes sociais digitais:

“Por exemplo: a BomBril acabou de fazer uma propaganda com cunho racista. E eu vi as mulheres se juntar e fazer um boicote, e fazer vídeo, e assim, e gritar mesmo, porque tipo, ‘tá errado, parou, daqui pra frente não dá mais’. [...] Foi incrível porque rapidamente, no mesmo dia a BomBril respondeu e tirou o produto do catálogo. Mas assim, foi um movimento que começou pequenininho e depois as pessoas foram circulando e no mesmo dia ela respondeu, entendeu? Então assim, a gente viu mobilizar muito rápido... [...] de tarde ela já tava emitindo uma nota, né, que ia tirar o produto de circulação. E isso foi um movimento muito rápido. E foi via internet. [...] E aí uma menina do bloco fez um vídeo com vários relatos das meninas que ela conhece que é do bloco, o que a gente já escutou por conta do cabelo né? Os tipos de racismo que a gente já ouviu. [...] foi numa ação de acontecer, a gente conversar, ela fazer o vídeo, e a gente... sabe, assim? A gente já se articular assim e mandar pra frente. Vários grupos de feminismo negro, a gente mandou acho que quase todos, pros administradores que foram repassando, e rapidinho aconteceu o efeito. Esse é um tipo de mobilização muito boa! Eu acho que a melhor função via internet, todas as outras a gente resolve pessoalmente. Mas pra fazer um tipo de ação assim, nossa, não tem coisa melhor. A gente se junta rápido e tem o mesmo poder pra responder, entendeu? Não sei se conseguiria explicar melhor, mas eu acho que é bem isso”.

O papel da mídia na construção e manutenção de padrões e estereótipos de gênero, a partir de campanhas machistas e racistas tem sido problematizado e enfrentado por feministas desde a primeira onda do feminismo, como já apontado nesta pesquisa. Entretanto, as tecnologias digitais proporcionam uma nova forma de mobilização e de acesso a espaços de interlocução com produtores midiáticos, onde o envolvimento *on-line* possibilita e intensifica a participação ativa das consumidoras (Miguel, Marx & Arndt, 2020).

As falas de Paola exemplificam a articulação entre os feminismos contemporâneos e as mídias digitais na realização de ações feministas desenvolvidas por meio da Internet. Nesse contexto, plataformas e redes sociais digitais têm constituído importantes ferramentas para organização dessas manifestações. A velocidade oferecida pelas novas tecnologias proporciona ao ativismo político uma agilidade de organização e de divulgação de suas lutas sem precedentes (Gomes e Sorj 2014). Assim, são estimuladas ações de colaboração entre mulheres por meio de comunicações digitais, que possibilitam a conexão entre pessoas de todas as partes do país e do mundo.

Esses relatos também apontam que, em resposta aos crescentes ataques – que se materializam em discursos e atos de violência contra as mulheres e no desmantelamento de políticas públicas para mulheres e população LGBTQIA+ – há também o crescimento de um movimento de resistência feminista que se manifesta das mais diversas formas. Mulheres disputam as ruas, os espaços digitais e os veículos midiáticos, mobilizam marchas, performances artísticas, criam conteúdos, produzem intelectualmente, fazendo uso principalmente das redes sociais digitais para ampliação das pautas feministas (Miguel; Marx & Arndt, 2020).

Por fim, Paola traz uma terceira via pela qual as plataformas digitais são transformadas em ferramentas, quando usadas como suporte para ações de solidariedade entre mulheres. Para ela, as redes sociais digitais ajudam a organizar e mobilizar uma rede de apoio que funciona fora do ambiente digital, em ações práticas de ajuda. Entre essas ações, ela destaca o resgate de mulheres que se encontram em situações de violência:

“Já fui buscar amiga que tava apanhando do namorado, a gente ia, enfiava as coisas dela dentro do carro, ia trazer pra casa, não queria nem saber o que ela ia fazer amanhã. Tipo, ‘vamos resgatar agora!’. Isso as redes dava. Tipo ‘óh, amiga, tô aqui, tá acontecendo isso e isso’ e a gente se mobiliza [...], uma tem carro a outra tem a casa, a outra tem uma grana pra fazer um BO, entendeu? Aí a gente se organiza e resolve aquele problema e faz um resgate, assim”.

Para que essas ações sejam efetivas, ela diz que acredita “muito no grupo pequeno e

forte e amparado, assim”. Enquanto grupos e páginas *on-line* que tenham muitas/os participantes ajudam a gerar conhecimento e a divulgar o feminismo, “às vezes fica uma rede de 5 mil amigas, na hora do bicho pegar não aparece uma que te salva”.

Ela conta que utilizou as redes sociais digitais para organizar o “resgate” de sua irmã - que morava em outro estado - de um relacionamento abusivo:

E foi numa ação de várias mulheres. Não foi só eu não, eu era dando a coordenada daqui. ‘Gente, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo’ Mas eu conseguia falar, porque eu tinha respaldo de outras mulheres. ‘Ah você é inteligente pra caramba, você resolveu tudo daí’. Eu falo ‘não, gente, eu ia perguntando pra uma advogada, eu ia perguntando pra uma médica, pra uma psicóloga, pra menina que faz uns Reiki, a outra que faz’... Sabe, assim? [...] E eu consegui mobilizar todo mundo, ir lá e resgatar minha irmã. Entendeu? E ela conseguiu sair disso. [...] Mas eu acho que foi uma grande mobilização de mulheres, assim, que conseguiu resgatá-la. Essa aí foi salva, cara, na fogueira da bruxa assim, com o palito de fósforo na mão, porque ele ia matar [...] Mas eu acho que é por isso que... eu fico muito forte quando a gente consegue fazer uma ação dessa. Por exemplo, se eu vejo uma que tá muito ferrada eu digo ‘gente, a gente já resgatou uma quase sem vida!’ Então tá muito mais fácil aqui, dá pra dar esse apoio. As redes funcionam de forma muito eficiente, assim né? Porque alcança! A pessoa tá em casa, manda um sinal, se ela tiver sem saber o que tá acontecendo com ela, ela entende que ela tem apoio”.

Esse movimento de apoio mútuo que começa nas redes sociais, mas que extrapola o meio digital, mostra novamente o imbricamento entre as dimensões materiais e imateriais propostas por Quintarelli (2019a; 2019b), que resultam em um novo campo de atuação feminista (Dias, 2018). Ainda, mostra que os grupos e comunidades que se formam *on-line* podem ser efetivos na construção de sentimentos de sororidade e de práticas concretas decorrentes desse sentimento (hooks, 2018; Blevins, 2018), como quando Paola relata se sentir mais forte a partir dessas ações.

Assim, as falas das entrevistadas sobre os usos das redes sociais digitais como ferramentas para ações políticas reforçam a importância de “olhar para maneiras menos convencionais pelas quais a tecnologia permite ações políticas e sociais, a fim compreender como estas estão operando como modos emergentes de participação em um novo ambiente político<sup>74</sup>” (Harris, 2008, p. 482, tradução minha). Entender que tanto o uso da tecnologia quanto o entendimento do que é política e onde ela deveria acontecer, são de fato definições gendradas (Harris, 2008), abre espaço para outros modos de exercer o ativismo que não necessariamente se encaixam em definições masculinas de protesto público. Assim, o reconhecimento de novas formas e significados para práticas de cidadania, representação e

---

<sup>74</sup> No original: “to look at less conventional, technology-enabled political and social activity in order to understand how these are operating as emergent modes of participation in a new political environment”.

engajamento político, traz como implicação a expansão de perspectivas em estudos sobre mobilização social, a partir da contribuição do movimento feminista (Harris, 2008). Seja em ações coletivas, seja por práticas individuais e cotidianas, as mulheres entrevistadas mostram que incorporam e atuam a partir de políticas feministas e do contato com os feminismos digitais.

## 8. Considerações finais

A presente pesquisa permitiu analisar como as mulheres se apropriam de conteúdos feministas compartilhados em redes sociais digitais, possibilitando uma reflexão acerca das permanências e mudanças do movimento feminista, especialmente na forma como as mulheres entram em contato com suas discussões. A análise apresentada neste estudo certamente não esgota o debate acerca da multiplicidade de discursos e práticas feministas que existem no - e a partir do - espaço digital. Sendo assim, o objetivo destas considerações finais não é de encerrar o debate, mas sim de trazer alguns apontamentos sobre os achados da pesquisa, traçando contribuições aos estudos feministas de gênero, mídia e subjetividade.

A partir da análise das entrevistas, foi possível perceber que as redes sociais e os feminismos digitais desempenham um importante papel de aproximar as mulheres com o feminismo, seja através de informações sobre suas lutas e agendas, seja como ferramenta de mobilização política. Nesse sentido, as próprias características do ambiente digital ajudam a delinear as relações entre as mulheres e os feminismos que são estabelecidas no ciberespaço. Enquanto os algoritmos direcionam os conteúdos que aparecem para as/os usuárias/os das plataformas digitais, eles, junto com os *hiperlinks* e as *hashtags*, também possibilitam que as pessoas encontrem outras/os usuárias/os com os mesmos interesses, através de páginas e grupos feministas, por exemplo. Ainda, por sua dimensão imaterial, o ambiente digital possibilita a ampla produção e divulgação das várias vertentes feministas pelo ciberespaço através de escrituras do cotidiano, narrativas pessoais e compartilhamento de experiências. No entanto, como as falas das entrevistadas mostram, isso não impede que estas ações produzam efeitos materiais e políticos.

Foi possível perceber na fala das entrevistadas que a visão que elas tinham sobre o feminismo mudou com as informações e conteúdos encontrados no ciberespaço. Elas relatam que, mesmo que temáticas relacionadas à diversidade sexual e a gênero comecem a ser tratadas de maneira menos estigmatizadas pelos meios de comunicação tradicionais, a mídia *mainstream* ainda costuma retratar o feminismo e as mulheres feministas de uma forma pejorativa, afastando muitas pessoas do movimento. Ainda, afirmam que muitas temáticas caras ao feminismo não são discutidas pela sociedade em geral, sendo tratadas como tabu, como as dificuldades que as mães enfrentam e os casos de abuso sexual e violência contra mulheres. Isso demonstra o impacto que as redes sociais digitais produzem na vida das mulheres, uma vez que discussões feministas são encaradas de uma forma mais participativa, ajudando a divulgar o pensamento feminista e estimulando que mais mulheres se identifiquem com o feminismo.



Um elemento interessante foi a importância da maternidade para a aproximação destas mulheres com o feminismo, não apenas aqueles encontrados no ciberespaço, mas do movimento feminista como um todo. Embora através de diferentes caminhos, a maternidade e a experiência da maternagem abriram as portas para que elas se envolvessem e pesquisassem ativamente sobre causas feministas, buscando grupos de mulheres feministas que também são mães, encontrados no ambiente digital. Isso mostra a importância de pensar a maternidade como uma temática interseccional e a construção de um feminismo matricêntrico, que se preocupe com as necessidades de mulheres mães, como proposto por O'reilly (2019).

Portanto, como esta pesquisa procurou mostrar, a maternidade pode se tornar um ponto de partida para o engajamento político de mulheres no movimento feminista, o que reforça a importância de mais estudos sobre esta temática. Visto que muitos grupos e organizações feministas mais tradicionais não debatem esse aspecto ou mesmo invisibilizam e repudiam a maternidade, como destacado pelas entrevistadas, as mulheres feministas que são mães encontram nas redes sociais digitais e nos grupos *on-line* um espaço para discutir tanto sobre suas dificuldades quanto as alegrias de ser mãe, compartilhando suas histórias e suas experiências.

As redes sociais também são vistas como um espaço de (in)formação, onde as mulheres aprendem sobre as lutas e pautas do movimento e, nesse processo, passam a se compreender enquanto feministas. As narrativas midiáticas que circulam na Internet muitas vezes trazem tópicos que conversam com o cotidiano dessas mulheres, que passam a se apropriar desses conteúdos, dando novos sentidos para situações machistas que vivenciam. Suas falas ressaltam as relações cotidianas com familiares, amigos e colegas, que reproduzem comportamentos e pensamentos machistas. Entre as diferentes estratégias de engajamento político, problematizar e debater questões de gênero com essas pessoas tem um papel central para elas. Assim, as experiências através de redes sociais digitais são uma parte constituinte de seus processos de subjetivação e de sua construção identitária.

Nesse sentido, Benet-Weiser (2018) argumenta que há uma ênfase no processo de identificação, sendo que os feminismos que ganham destaque na cultura midiática contemporânea relacionam a política feminista com uma experiência de identificação individualizada, materializada por meio do consumo – com produtos voltados para esse público. Segundo a autora, isso reconfigura o próprio movimento, pois transforma práticas consumistas e de cuidado em práticas feministas, historicamente ligadas a lutas de um movimento social (Benet-Weiser, 2018). Contudo, as falas das entrevistadas trouxeram um contraponto a essa visão, uma vez que elas aprendem com os conteúdos feministas compartilhados em redes

sociais e utilizam os feminismos digitais para transformar suas ações em práticas feministas, seja através de postagens, seja defendendo o feminismo em outros espaços.

Ademais, como uma fonte de informação, as redes sociais digitais também divulgam um feminismo interseccional, a partir da expressão direta e do protagonismo de mulheres historicamente situadas à margem do movimento (Perez & Ricoldi, 2018). Surge então uma nova forma de ativismo, através de micropolíticas de participação, onde criar e compartilhar conteúdos ligados ao feminismo, expor e desnaturalizar ações machistas, e se posicionar através de postagens virtuais e em conversas informais, são entendidas também como práticas feministas.

Dessa forma, os discursos midiáticos sobre o feminismo e o fato dele ser pautado em diferentes canais e produções midiáticas, produz tanto potencialidades quanto desafios para os movimentos feministas atuais. Ao mesmo tempo que possibilita um maior acesso a estas discussões, também possibilita que suas pautas sejam cooptadas pelo mercado, resultando em uma pasteurização e mercantilização do movimento, que nega seu caráter histórico e político (Miguel, Marx & Arndt, 2020).

Por outro lado, as redes sociais virtuais são espaços importantes para explorar narrativas não hegemônicas, bem como para a troca de experiências e agência política, proporcionando ações de solidariedade e acolhimento. Nesse sentido, as entrevistadas destacaram a criação de grupos *on-line*, e a importância deles propagarem um feminismo não excludente e proporcionarem um espaço seguro. Ainda, destaca-se o uso das redes sociais digitais como uma ferramenta para ações de suporte, apoio e cuidado entre mulheres.

Apesar de muitos estudos sobre a quarta onda e os feminismos digitais destacarem como as/os jovens vêm utilizando as tecnologias para aprender sobre o feminismo e praticar seu ativismo, esta pesquisa mostrou que as redes sociais e a Internet possibilitam que mulheres de diversas idades e contextos tenham contato e se aproximem destes debates a partir do ambiente digital. Ainda, é importante considerar as trocas intergeracionais, que podem acontecer tanto *on-line* quanto em outros contextos, como o familiar.

Assim, ressalto a importância de pesquisas futuras em que possam ser ouvidas pessoas de diferentes idades e marcações sociais, para que se possa compreender como diferentes experiências, dentro e fora do ciberespaço, possibilitam que mulheres se apropriem de conteúdos feministas e façam uso de plataformas digitais como espaços para a divulgação, mobilização e discussão dos feminismos. Ainda, é necessário um debate mais aprofundado sobre exclusão digital, as possibilidades de acesso em diferentes partes do país e como isso afeta os feminismos digitais e a introdução de pessoas na quarta onda do movimento.

Por fim, foi possível perceber que a cultura midiática contemporânea se infiltra no cotidiano cada vez mais conectado das mulheres. Esses novos fluxos políticos trazem consigo desafios, mas também uma potência que atualiza e confere força ao movimento. As discussões e ações geradas no ciberespaço permitem trocas entre pessoas de diferentes partes do país e do mundo, promovem mobilizações e ações de solidariedade dentro do feminismo transnacional e articulam pautas interseccionais, produzindo efeitos nos muitos sujeitos que se identificam com as causas feministas. Assim, os feminismos digitais e a quarta onda feminista continuam contestando a separação entre espaços públicos e privados, atualizando o slogan da segunda onda ao afirmar que o pessoal (ainda) é político.

Em meio a embates políticos e tensionamentos entre práticas feministas e ações machistas e racistas, dentro e fora do ambiente digital, as mulheres se reúnem em torno de pautas feministas, criam uma rede de apoio entre elas e participam de diversas maneiras nos movimentos de luta e resistência. Suas ações, sejam no meio digital ou nas ruas, conferem força e visibilidade a diferentes mulheres, diferentes pautas, diferentes feminismos. Por meio da articulação nas redes sociais e na Internet, elas mostram que aquilo que começa no meio virtual tem potencial de se transformar em uma grande onda de luta contra as injustiças e desigualdades.

## Referências

- Abreu, C. (2017). Narrativas digifeministas; arte, ativismo e posicionamentos políticos na Internet. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, 2(4), 134-152.
- Ahmed, S. (2016). *Living a feminist life*. Durham: Duke university Press.
- Aita, E. B., & Facci, M. G. D. (2011). Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Revista*, 17(1), 32-47.
- Albu, D. (2017). Ciberfeminismo no brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*. Florianópolis: UFSC.
- Albuquerque, A. S., Hennigen, I., & Fonseca, T. M. G. (2018). Cartografias no ciberespaço: experimentações metodológicas em espaços híbridos. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-9.
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (2003). *O que é feminismo*. Brasiliense.
- Araújo, M. P. N. (2000). *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Editora FGV.
- Ardnt, G. J. & Miguel, R. D. B. P (2018). Para todEs: reflexões acerca do femvertising. In De Oliveira-Cruz (Orgs.), *Publicidade e gênero: representações e práticas em questão*, 151-170). Santa Maria: Facos-UFSM.
- Arruda, A. S., & Miklos, J. (2020). O peso e a mídia: estereótipos da gordofobia. *LÍBERO*, 23(46), 111-126.
- Babo, I. (2017). Redes e ativismo. In Di Felice, M., Roza, E., & Pereira, E. (Orgs). *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas, SP: Papirus Editora.
- Banet-Weiser, S. (2015). 'Confidence you can carry!': girls in crisis and the market for girls' empowerment organizations. *Continuum*, 29(2), 182-193.
- Banet-Weiser, S. (2018). *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*. Duke University Press.
- Banet-Weiser, S.; Gill, R, & Rottenberg, C. (2020). Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? Sarah Banet-Weiser, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation. *Feminist Theory*, 21(1), 3- 24.
- Barbosa, P. B. (2019). Maternidade e os não-lugares da mulher que é mãe. *Revista África e Africanidade-Ano XI*, (29).
- Bassanezi, C. (2006). Mulheres dos anos dourados. In Priore, M. (Orgs.), *História das mulheres no Brasil*. (8 ed., Cap. 18, pp. 607-639). São Paulo: Contexto.
- Bittencourt, N. A. (2015). Movimentos feministas. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, 1(1), 198-210.

- Blevins, K. (2018). bell hooks and Consciousness-Raising: Argument for a Fourth Wave of Feminism. In: Vickery, J. R., & Everbach, T. (Ed.). *Mediating misogyny Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan*, 91-108.
- Bobel, C. (2007). 'I'm not an activist, though I've done a lot of it': doing activism, being activist and the 'perfect standard' in a contemporary movement. *Social movement studies*, 6 (2), 147-159.
- Brandão, H.; Padron, L. D.; Mello, R.; Cabral, T. & Gomes, T. A. (2014, dezembro 23). He For She – Ele Por Ela? [Blog]. Recuperado de <https://labfemininonamidia.wordpress.com/2014/12/23/he-for-she-ele-por-ela/>
- Bruno, F. (2004). Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista Famecos*, 11(24), 110-124.
- Butler, J., & Rios, A. (2009). Desdiagnosticando o gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19, 95-126.
- Castro, L. G. F. de; Silva, D. da C. P. & Nascimento, J. P. F. (2017). Ativismo digital e feminismo na web: o meme #meuamigosecreto. *Encontro Internacional de Formação de Professoras e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, 10(1).
- Cestari, M. J. (2008). Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. *Língua, Literatura e Ensino-ISSN 1981-6871*, 3.
- Coelho, M. P. (2016). Vozes que ecoam: Feminismo e mídias sociais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(1), 214-224.
- Collins, P. H. (2000). Black Women and Motherhood. In: Collins, P. H. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2a ed). New York: Routledge, 173-200.
- Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2), 9-35.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum* (1), 139–167.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dias, C. (2011). e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In: Dias, C. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital* [on-line]. Recuperado de <https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano2.pdf>
- Dias, C. (2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes.
- Dias, C., & Couto, O. F. D. (2011). As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. *Linguagem*

*em (Dis) curso*, 11(3), 631-648.

- Duarte, C. L. (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Dutra, Z. A. P. (2018). A Primavera das Mulheres: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. *Revista Feminismos*, 6(2).
- Fava, G. P. (2013). Filtro bolha: desafio para propagação de informação no meio digital. In *Anais XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*.
- Ferreira, C. B. D. C. (2015). Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, (44), 199-228.
- Ferreira, V. C. (1996). Entre emancipadas e quimeras-imagens do feminismo no Brasil. In *Cadernos AEL, Mulher, História e Feminismo* (nº 3, pp. 153-200)
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas* (RC M. Machado & EJ Morais, Trans.). Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2008). *A Arqueologia do Saber*. 7ed.; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Geen, F. J. (2019). Practicing matricentric feminist mothering. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, 10(1/2), 83-100.
- Gill, R. (2016). Post-postfeminism?: New feminist visibilities in postfeminist times. *Feminist media studies*, 16(4), 610-630.
- Gill, Rosalind (2007) Postfeminist media culture: elements of a sensibility. *European journal of cultural studies*, 10 (2), 147-166.
- Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121.
- Goldberg, M. (1992). *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan.
- Gomes, C., & Sorj, B. (2014). Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Sociedade e Estado*, 29(2), 433-447.
- Gonçalves, E., & Pinto, J. P. (2011). Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos pagu* (36), 25-46.
- Gonzalez, L. (2018). *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora.
- Green, F. J. (2004). "Feminist mothers: Successfully negotiating the tension between motherhood as an "institution" and "experience." In: O'Reilly, A. (Ed.). *From Motherhood to Mothering: The Legacy of Adrienne Rich's Of Woman Born*. Albany, NY: Suny Press, 125-136.
- Green, F. J. (2008). Feminist motherline: embodied knowledge/s of feminist mothering. In: O'Reilly, A. (Ed.). *Feminist mothering*. Albany, NY: Suny Press, 161-176.

- Groff, A. R., Maheirie, K., & Zanella, A. V. (2010). Constituição do (a) pesquisador (a) em ciências humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 97-103.
- Hemmings, C. (2009). Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, 17(1), 215-241.
- Hercus, C. (2005). *Stepping out of line: Becoming and being a feminist*. New York, NY: Routledge.
- hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- IBGE (2020). *PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país*. Agência IBGE. 29 abril 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-Internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>>. Acesso em: 11 maio 2020.
- Jenkins, H. (2009) *Cultura da Convergência*. (2a ed) São Paulo: Aleph.
- Kilyeni, A. (2015). Likes, tweets and other “friends”: Social media buzzwords from a terminology perspective. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 192, 430-437.
- Koch, I. G. V. (2007). Hipertexto e construção do sentido. *ALFA: Revista de Linguística*, 51(1).
- Leitão, D. K., & Gomes, L. G. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, 1(42), 41-65. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884>
- Leite, R. D. S. C. (2003). Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 11(1), 234-241.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (2003). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. (6ª ed.). Petrópol Janeiro: Vozes.
- Louro, G. L. (2007). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, A. R. (2018). Das suffragettes ao feminismo de hashtag: uma conversa sobre os novos feminismos. *Encontro de GTS de pós graduação*, 7.
- Marx, K. & Engels, F. (1986). *A Ideologia Alemã* (Feuerbach). 5ed. São Paulo: Hucitec.
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Revista de sociologia e política*, 18(36), 67-92.
- Medrado, A., & Muller, A. P. (2019). Ativismo Digital Materno: Características do Movimento de Mães em Rede e Interfaces com os Ativismos Feministas. In: *42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Belém, PA.

- Méndez, N. P. (2007). Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. *Métis: história & cultura*, 6(12), 269-288.
- Miguel, R. D. B. P. (2005). De moça prendada à menina super-poderosa: um estudo sobre as concepções de adolescência, sexualidade e gênero na revista *Capricho* (1952-2003). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Miguel, R. D. B. P. (2009). A revista *Capricho* como um lugar de memória (décadas de 1950 a 1960). Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Miguel, R. D. B. P., Marx, D. S., & Arndt, G. J. (2020). Surfando na onda digital: Feminismos em rede no Brasil. *ex æquo*, 42, 119-134.
- Miguel, R. de B. P. M. (2012). Os cuidados de si e os cuidados do outro: lugares de gênero na publicidade da revista *Capricho* (décadas de 1950-1960). *Projeto História*. 45, 219-242
- Moré, C. L. O. O. (2015). A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde. *Atas CIAIQ-Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, v. 3, p. 126-131
- Nathanson, J. (2008). Maternal activism: How feminist is it? In: O'reilly, A. (Ed.). *Feminist mothering*. Albany, NY: Suny Press, 243-256.
- Novais, K. C. de (2019). Aprendizados sobre maternagem ativista a partir das mães pela diversidade e do pensamento feminista negro. *Humanidades & Inovação*, 6(16), 67-81.
- O'reilly, A. (2019). Matricentric feminism: A feminism for mothers. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, 10(1/2), 13-26.
- Oliveira-Cruz, M. F. D, Ferrari, C. T., Conrad, K., & Nosvitz, M. E. B. (2021). A maternidade “real” no Instagram. In: Oliveira-Cruz, M. F. D., & Mendonça, M. C. D. (Org.). *Maternidade nas Mídias*. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 39-70.
- O'reilly, A. (2010). Outlaw (ing) motherhood: a theory and politic of maternal empowerment for the twenty-first century. *Hecate*, 36(1/2), 17-29.
- Orlandi, E. P. (1995). *Texto e discurso*. *Organon*, 9(23).
- Orlandi, E. P. (2006). História das idéias x história de vida - Entrevista com Eni Orlandi. In Scherer, A. E. *Fragmentum*, 4(7), 11-51.
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 7a Ed. Campinas: Pontes.
- Orlandini, M. G. (2019). Ativismo de sofá ou participação política? Os processos de politização do ativismo por hashtag. *Revista Mediação*, 22(29), 133-151.
- Paiva, V. L. M. de O. (2016). A Linguagem dos emojis. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 55(2), 379-401. <https://doi.org/10.1590/010318134955176321>
- Pedro, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978).



*Revista Brasileira de História*, 26(52), 249-272.

- Pedro, J. M. (2012). O feminismo de “segunda onda”: Corpo, pazer e trabalho. In: Pinsky, C. B., & Pedro, J. M. (Orgs.), *Nova história das mulheres no Brasil* (1 ed., Cap. 11, pp. 238-259). São Paulo: Editora Contexto.
- Pereira, M. A. (2011). Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. *Encontro da compolítica*, 4, 1-26.
- Perez, O. C., & Ricoldi, A. M. (2019). A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In *Congresso Latino-Americano de ciência política (ALACIP)*, 10.
- Perez, O., & Ricoldi, A. (2018). A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. *42º Encontro Anual da ANPOCS GT8- Democracia e desigualdades*.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23.
- Prado Filho, K., & Martins, S. (2007). Subjetividade como objeto da (s) psicologia (s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19.
- Quintarelli, S. (2019a). *A revolução digital e transformações sociais*. Tradução: Rodrigo Bravo. Recuperado de <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/A-revolucao-digital-e-transformacoes-sociais/52/43515>
- Quintarelli, S. (2019b). *Instruções para um futuro imaterial*. São Paulo: Elefante.
- Reed, J. (2014, Junho 21). How social media is changing language. [Electronic document published by Oxford Dictionaries] Recuperado de <https://blog.oup.com/2014/06/social-media-changing-language/>
- Rich, A. (1986). *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution*. (2ª ed), NY: W.W. Norton & Company Ltd.
- Rodrigues, C. (2013). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, 10.
- Saffioti, H. (1987). Feminismos e seus frutos no Brasil. In: Sader, E. (Orgs.), *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. (pp. 105-157). São Paulo: Cortez.
- Salvador, S. M., & Correia, M. J. C. S. (2017). Site Think Olga: o feminismo brasileiro nas plataformas digitais. *Revista de Iniciação Científica*, v. 2.
- Santos, B. D. S. (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Lisboa: Editora Gradiva.
- Sarmiento, R. (2017). *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921a 2016)*. 2017 (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa

de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, MG, Brasil.

- Scavone, L. (2001). A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos pagu*, (16), 137-150.
- Schmidt, S. P. (2000). O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. *Estudos Feministas*, 77-89.
- Schmidt, S. P. (2004). Como e por que somos feministas. *Revista Estudos Feministas*, 12, 17-22.
- Senlle, R. G. (2020). Conversas de Mães em Rede: um percurso netnográfico, dos blogs maternos até a Bancada de Mães Ativistas nas eleições de 2018 no Facebook. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Soares, A. P. M. (2017). O ativismo digital materno a partir da análise da plataforma de mídia independente Cientista que virou mãe. In: *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba, PR.
- Soares, A. P. M. (2019). Ativismo digital materno: características e interfaces do movimento de mães em rede com a mídia independente e os feminismos. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Soihet, R. (2004). Pisando no “sexo frágil”. *Revista Nossa História*, 14-20.
- Teles, A., & Leite, R. S. C. (2013). *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios.
- Varikas, E. (1997). O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. *TEMPO Revista do Departamento de História da UFF*, 2(3), 59-80.
- Vasconcelos, V. S. de (2018). Hiperlinks e suas funções dêiticas no hipertexto. In: *Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia On-line*, 7(1).
- Veiga-Neto, A. J. D. (2012). É preciso ir aos porões. *Revista brasileira de educação*, 17(50), 267-282.
- Vieira, L. A. (2016). He for she: uma análise hermenêutica do discurso de lançamento do programa da ONU mulher pelo engajamento masculino na luta pela igualdade de gênero. (Trabalho de conclusão de curso). Bacharelado em Comunicação Social, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Vigotski, L. S. (2009). *Criação e imaginação na infância*. São Paulo: Ática.
- Woitowicz, K. J. (2008). Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, 2, 1- 15.
- Woitowicz, K. J. (2012). *Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: Ativismo*

mediático, cidadania e novas formas de resistência. *Ação Midiática– Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.*, 1(3).

Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em estudo*, 9(1), 127-135.

Zirbel, I. (2007). Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, SC, Brasil.

## Apêndice A

### **Instrumentos:**

Roteiro da  
Entrevista:

1. O que é o feminismo para você?
2. De onde vem o seu interesse sobre as discussões feministas?
3. Como você entrou em contato com essas discussões?
4. Você se considera feminista?
5. Quais redes sociais você usa? Com que frequência?
6. Você curte ou segue páginas/canais feministas? Quais?
7. Como você chegou até essas páginas/canais?
8. Você percebeu alguma mudança antes e depois de ter contato com essas páginas (na forma como você se comporta, ou como você enxerga e lida com situações do seu dia a dia)? O que?
9. Você percebeu alguma mudança nos seus relacionamentos pessoais?
10. Participa de algum grupo feminista em rede social?
11. Quais discussões sobre feminismo te interessam?
12. O que faz você seguir ou continuar acompanhando uma página/canal feminista?
13. Você percebe alguma relação entre as postagens que você acompanha e situações do seu dia a dia?
14. Tem mais alguma coisa que você gostaria de me falar?

## Apêndice B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
NÚCLEO DE ESTUDOS E AÇÕES EM GÊNERO,  
EDUCAÇÃO, MÍDIA E SUBJETIVIDADE

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Prezada:

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada “**Feminismo digital: apropriações de conteúdos feministas compartilhados em redes sociais**”, que tem como objetivo compreender de que forma os conteúdos feministas compartilhados em redes sociais repercutem na vida cotidiana das mulheres que tem contato com eles. Esse estudo faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado da aluna Djenifer Samantha Marx sob orientação da professora Dra. Raquel de Barros Pinto Miguel, vinculada ao Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

A sua participação ocorrerá de forma totalmente **voluntária** e não remunerada, por meio do consentimento em entrevistá-la através de um roteiro de perguntas relacionadas ao tema da pesquisa. As entrevistas serão realizadas individualmente em um local fechado, a fim de garantir o sigilo das informações, e serão registradas através de gravação e anotações realizadas pela pesquisadora. A escolha de data, local e horário será previamente combinado com a participante, buscando facilitar seu acesso a pesquisa. O tempo estimado de duração é de aproximadamente 1 hora e trinta minutos.

Toda e qualquer informação que possa lhe identificar será mantida em **absoluto sigilo**, sendo que a quebra involuntária do sigilo será tratada conforme legislação legal

vigente. Fica resguardada a sua liberdade de recusar-se ou cancelar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem a apresentação de qualquer justificativa e sem penalidade alguma, conforme preveem as normas da Resolução nº466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

A legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação em pesquisas, contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (deslocamento, alimentação, etc) serão ressarcidos em espécie pela pesquisadora com verba de recurso próprio, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo ou dano causado pela pesquisa à participante, de acordo com a legislação vigente. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento não implicarão em qualquer penalidade ou prejuízo.

Devido ao caráter subjetivo da pesquisa, é possível que ao longo da entrevista você possa sentir-se mobilizada emocionalmente, ou sob situação de desconforto ao seu bem-estar. Nesse caso, a pesquisadora estará disponível para acolher as demandas que surgirem, bem como indicar os devidos encaminhamentos, caso necessário. Os possíveis riscos decorrentes da participação nessa pesquisa incluir tédio ou algum grau de sofrimento ou constrangimento, tendo em vista que as experiências das mulheres são marcadas por violências e outras formas de opressão. Nesse caso, é fundamental a disponibilidade de um acolhimento para as demandas que surgirem. Assim, um primeiro acolhimento poderá ser feito pela própria pesquisadora que, enquanto psicóloga, proporcionará o apoio psicológico adequado ao momento pelo tempo que for necessário. Ainda, se necessário, será feito um encaminhamento à alguma clínica social para acompanhamento psicológico sem custo ou aos serviços públicos do município correspondente, como por exemplo: Serviço de Atendimento Psicológico a Comunidade (SAPSI); Comunidade Gestáltica, entre outras, garantindo acompanhamento e assistência necessários ao longo de toda a pesquisa.

Acredita-se que na maior parte dos casos a participação na pesquisa por meio da entrevista trará benefícios às participantes, pois promoverá reflexões sobre suas experiências.

Esse documento tem o valor jurídico de um contrato, e deverá ser assinado em duas vias de igual valor por você e pela pesquisadora, e uma das vias ficará com você. O documento respeitará as normas da Resolução nº466 de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, e as pesquisadoras se comprometem a cumprir as normas dessa resolução.

Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o NUGEMS e/ou com a pesquisadora pelo fone: (48) 9966-07084 /, via e-mail pelo: [djeni.marx@hotmail.com](mailto:djeni.marx@hotmail.com), ou no endereço do físico, na

sala 9B - bloco B do CFH, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, bairro Trindade, Florianópolis. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 466/2012 e suas complementares.

Pesquisadora responsável: Prof. Dra. Raquel Barros Pinto Miguel. Pesquisadora principal: Djenifer Samantha Marx (Mestranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH: Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, Trindade – Florianópolis. Email: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: 3721-6094.

Os resultados da presente pesquisa serão divulgados às participantes, garantindo o livre acesso às informações da pesquisa.

Eu,..... , considero-me informada sobre a pesquisa “Feminismo digital: apropriações de conteúdos feministas compartilhados em redes sociais”, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma oral, registrada em gravações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações por terceiros, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a Djenifer Samantha Marx, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora Raquel de Barros Pinto Miguel, pesquisadora responsável da investigação.

Florianópolis, /\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Assinatura da Participante

---

Assinatura da Pesquisadora

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu contato para o envio da devolutiva.

---